



FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS

BNDES FGI

CNPJ nº 10.993.128.0001-57

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2020
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL



FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS

BNDES FGI

CNPJ nº 10.993.128/0001-57

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2020

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Prestação de Contas Anual do BNDES FGI – Exercício de 2020
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

PRESIDENTE

Gustavo Henrique Moreira Montezano

DIRETORES

Ângela Brandão Estellita Lins

Bianca Nasser Patrocinio

Bruno Laskowsky

Claudenir Brito Pereira

Fábio Almeida Abrahão

Leonardo Mendes Cabral

Petrônio Duarte Cançado

Ricardo Wiering de Barros

Saulo Benigno Puttini

ÁREA DE OPERAÇÕES E CANAIS DIGITAIS

DEPARTAMENTO DE PRODUTOS DE GARANTIA PARA ACESSO A CRÉDITO – DEPOG

SUPERINTENDENTE

Marcelo Porteiro Cardoso

CHEFE DE DEPARTAMENTO

Luciano Quinto Lanz

GERENTE

Ciro Magalhães de Melo Jorge

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AGO – Assembleia Geral Ordinária

Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais

Circular PLP – Circular de Produtos, Linhas e Programas elegíveis à outorga de garantia do FGI

Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

ECG – Encargo por Concessão de Garantia

FIDC – Fundos de Investimento em Direitos Creditórios

Finame – Agência Especial de Financiamento Industrial

Fungetur – Fundo Geral de Turismo

ICI – Índice de Cobertura de Inadimplência

IRF-M – Índice de Renda Fixa de Mercado

ISS – Imposto sobre Serviços

LFT – Letra Financeira do Tesouro

LTN – Letra do Tesouro Nacional

MPME – Micro, pequenas e médias empresas (conforme critério do Regulamento do BNDES FGI)

NTN-F – Nota do Tesouro Nacional, série F

PIS-Pasep – Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PL – Patrimônio Líquido

Pro-CDD – Programa BNDES para Composição de Dívidas

Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – CIRCULARES SOBRE O BNDES FGI DIVULGADAS NO ANO – TRADICIONAL E PEAC	17
TABELA 2 – AVISOS SOBRE O BNDES FGI DIVULGADAS NO ANO – TRADICIONAL E PEAC	19
TABELA 3 – VALOR PATRIMONIAL E RENTABILIDADE DA COTA – FGI TRADICIONAL	24
TABELA 4 – VALOR PATRIMONIAL E RENTABILIDADE DA COTA – FGI PEAC	25
TABELA 5 – COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE RENDA FIXA – FGI TRADICIONAL	27
TABELA 6 – RENTABILIDADE DA CARTEIRA – FGI TRADICIONAL	28
TABELA 7 – COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE RENDA FIXA – FGI PEAC	28
TABELA 8 – RENTABILIDADE DA CARTEIRA – FGI PEAC	28
TABELA 9 – OPERAÇÕES POR CLASSIFICAÇÃO DE RISCO – FGI PEAC	33
TABELA 10 – OPERAÇÕES POR PORTE DA BENEFICIÁRIA – FGI PEAC	33
TABELA 11 – OPERAÇÕES POR AGENTE FINANCEIRO – FGI PEAC	34
TABELA 12 – OPERAÇÕES POR LINHA DE CRÉDITO – FGI PEAC	35
TABELA 13 – OPERAÇÕES POR PRAZO – FGI PEAC	36
TABELA 14 – OPERAÇÕES POR FINALIDADE – FGI PEAC	36
TABELA 15 – OPERAÇÕES POR REGIÃO – FGI PEAC	37
TABELA 16 – OPERAÇÕES POR SETOR – FGI PEAC	37
TABELA 17 – OPERAÇÕES POR NATUREZA JURÍDICA – FGI PEAC	38
TABELA 18 – OPERAÇÕES POR CLASSIFICAÇÃO DE RISCO – FGI TRADICIONAL	40
TABELA 19 – OPERAÇÕES POR PORTE DA BENEFICIÁRIA – FGI TRADICIONAL	41
TABELA 20 – OPERAÇÕES POR AGENTE FINANCEIRO – FGI TRADICIONAL	42
TABELA 21 – OPERAÇÕES POR PERCENTUAL GARANTIDO – FGI TRADICIONAL	42
TABELA 22 – OPERAÇÕES POR PROGRAMA/LINHA – FGI TRADICIONAL	43
TABELA 23 – OPERAÇÕES POR PRAZO – FGI TRADICIONAL	44
TABELA 24 – OPERAÇÕES POR FINALIDADE – FGI TRADICIONAL	44
TABELA 25 – OPERAÇÕES POR REGIÃO – FGI TRADICIONAL	45
TABELA 26 – OPERAÇÕES POR SETOR – FGI TRADICIONAL	46
TABELA 27 – LIMITES MÁXIMOS ADMITIDOS POR AGENTE FINANCEIRO – FGI PEAC	49
TABELA 28 – RECEITA COM ECG EM 2020	52
TABELA 29 – DESPESAS DE <i>OVERHEAD</i> EM RELAÇÃO AO PL MÉDIO SEMESTRAL – FGI TRADICIONAL	53
TABELA 30 – DESPESAS DE <i>OVERHEAD</i> EM RELAÇÃO AO PL MÉDIO SEMESTRAL – FGI PEAC	53
TABELA 31 – REMUNERAÇÃO MENSAL DO ADMINISTRADOR EM 2020 (R\$) – FGI TRADICIONAL	56
TABELA 32 – REMUNERAÇÃO MENSAL DO ADMINISTRADOR EM 2020 (R\$) – FGI PEAC	57

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

GRÁFICO 1 – SALDO DE CRÉDITO MPME NO BRASIL (R\$ BILHÕES) **11**

GRÁFICO 2 – PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS EM 2020, POR CLASSIFICAÇÃO DE RISCO – FGI PEAC **33**

GRÁFICO 3 – PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS EM 2020, POR PORTE DA BENEFICIÁRIA – FGI PEAC **34**

GRÁFICO 4 – PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS EM 2020, POR PRAZO – FGI PEAC **36**

GRÁFICO 5 – PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS EM 2020, POR REGIÃO – FGI PEAC **37**

GRÁFICO 6 – PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS EM 2020, POR SETOR – FGI PEAC **38**

GRÁFICO 7 – PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS EM 2020, POR CLASSIFICAÇÃO DE RISCO – FGI TRADICIONAL **40**

GRÁFICO 8 – PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS EM 2020, POR PORTE DA BENEFICIÁRIA – FGI TRADICIONAL **41**

GRÁFICO 9 – PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS EM 2020, POR FINALIDADE – FGI TRADICIONAL **45**

GRÁFICO 10 – PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS EM 2020, POR REGIÃO – FGI TRADICIONAL **46**

GRÁFICO 11 – PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS EM 2020, POR SETOR – FGI TRADICIONAL **47**

GRÁFICO 12 – EVOLUÇÃO DAS HONRAS LIQUIDADAS – FGI TRADICIONAL **59**

GRÁFICO 13 – EVOLUÇÃO DO ICI GLOBAL NO FECHAMENTO DE CADA EXERCÍCIO – FGI TRADICIONAL **59**

GRÁFICO 14 – EVOLUÇÃO DAS RECUPERAÇÕES DE CRÉDITOS – FGI TRADICIONAL **60**

FIGURA 1 – MAPA DAS OPERAÇÕES CONTRATADAS COM GARANTIA POR MUNICÍPIO BRASILEIRO EM 2020 – FGI PEAC **31**

FIGURA 2 – MAPA DAS OPERAÇÕES CONTRATADAS COM GARANTIA POR MUNICÍPIO BRASILEIRO EM 2020 – FGI TRADICIONAL **39**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 9

- 1.1 Informações acerca da prestação de contas da administração pública federal 12

2. AÇÕES DO ADMINISTRADOR 14

- 2.1 Medidas de gestão e fomento ao negócio de garantias 14
2.2 Normatização 16
2.3 Convocações de assembleia de cotistas 19

3. ESTRUTURA PATRIMONIAL E ADEÇÃO DE NOVOS COTISTAS 20

- 3.1 Posições patrimoniais 20
3.2 Estrutura de capital 23
3.3 Valor patrimonial e rentabilidade da cota 24

4. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS 26

- 4.1 Introdução 26
4.2 Ativos de renda fixa na carteira do BNDES FGI 27
4.2.1 Composição da carteira e operações realizadas 27
4.2.2 Análise do segmento em 2020 29
4.2.3 Perspectivas para 2021 29
4.3 Ativos de renda variável na carteira do BNDES FGI 30

5. OPERAÇÕES COM GARANTIA DO BNDES FGI EM 2020 30

- 5.1 FGI Peac 30
5.2 FGI Tradicional 38
5.3 Limites operacionais de contratação 47
5.3.1 Limite de alavancagem global do fundo 47
5.3.2 Limites por tomador/operação 48
5.3.3 Limites por agente financeiro 49
5.4 Perspectivas para a concessão de garantias em 2021 50

6. RECEITAS E DESPESAS DO BNDES FGI 51

- 6.1 Receitas 51
6.1.1 Receita com encargos por concessão de garantias 51
6.1.2 Receitas financeiras e da carteira de títulos e valores mobiliários 52
6.2 Despesas 53
6.2.1 Despesas com fornecedores 54

6.2.2 Despesas com tributos **55**

6.2.3 Despesas com a remuneração do Administrador **55**

7. DEMANDAS JUDICIAIS 57

8. HONRAS 58

9. RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS 60

10. EVENTOS SUBSEQUENTES 61

11. PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES 63

12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO BNDES FGI EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E NOTAS EXPLICATIVAS 66

ANEXO I – LISTA DE OPERAÇÕES EFETUADAS NA CARTEIRA DE RENDA FIXA (FGI TRADICIONAL) 97

ANEXO II – LISTA DE OPERAÇÕES EFETUADAS NA CARTEIRA DE RENDA FIXA (FGI PEAC) 100

ANEXO III – LISTA DE PRODUTOS, LINHAS E PROGRAMAS PASSÍVEIS DE OUTORGA DE GARANTIA PELO FGI TRADICIONAL 103

1.

INTRODUÇÃO

O Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI) foi constituído em 29 de junho de 2009 no Brasil com a finalidade de colaborar para a ampliação do acesso a crédito para micro, pequenas e médias empresas (MPME), microempreendedores individuais e autônomos transportadores de carga. Para tanto, o fundo presta garantias e compartilha o risco de inadimplência em operações de crédito com esse público que atendam determinados requisitos de elegibilidade e que sejam realizadas por instituições financeiras previamente habilitadas.

Inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o número 10.993.128/0001-57, o BNDES FGI é um condomínio aberto, com recursos próprios, prazo indeterminado de duração e natureza privada, sendo regido por seu estatuto, por seus regulamentos de operações e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

O BNDES FGI é formado por dois patrimônios segregados, cada um com direitos e obrigações próprios, distinguidos fundamentalmente por sua finalidade, sendo:

- I. o primeiro, de natureza permanente, denominado FGI Tradicional, formado por cotas de classe “A” e “B”; e
- II. o segundo, de caráter extraordinário, vinculado ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito, conforme previsto na Lei 14.042, de 19 de agosto de 2020, denominado FGI Peac e formado por cotas de classe “C”.

A União Federal é cotista dos dois patrimônios supramencionados, tendo integralizado cotas classe “A” com títulos e valores mobiliários, em 11 de agosto de 2009, nos termos da Medida Provisória 464, de 9 de junho de 2009, posteriormente convertida na Lei 12.087, de 11 de novembro de 2009. Em 2020, a União integralizou cotas classe “C” em quatro parcelas de R\$ 5 bilhões cada, nos termos da Medida Provisória 975, de 1º de junho de 2020, convertida na Lei 14.042, de 19 de agosto de 2020. Cabe esclarecer que a União Federal é a única cotista do patrimônio representado pelo FGI Peac, sendo, portanto, a única detentora de cotas classe “C”.

O BNDES é o administrador do fundo, logo, de ambos os patrimônios que o compõem, sendo também cotista do FGI Tradicional, por meio de cotas classe “A” e “B”. As cotas classe “B” possuem os mesmos direitos das cotas classe “A”, distinguindo-se apenas por também serem computadas para fins de abertura de margem de garantia para contratação de operações com o FGI Tradicional. Vale ressaltar que embora detenha cotas classe “B”, o BNDES nunca contratou a garantia do BNDES FGI em suas operações diretas de financiamento.

Em 31 de dezembro de 2020, existiam também outros 27 cotistas classe “B”, todos instituições financeiras, conforme apresentado na seção 3.1 do presente relatório.

A existência de dois patrimônios segregados sob um mesmo fundo é certamente inovadora e tem um motivo bastante peculiar: a criação de um novo patrimônio dentro do BNDES FGI era a forma mais rápida para implementar um programa emergencial de garantias a fim de responder tempestivamente à enorme crise que se estabeleceu no mercado de crédito para pequenas e médias empresas (PME) decorrente da propagação do novo coronavírus no mundo em 2020.¹

Em momentos de crise acentuada como o que foi vivido, torna-se especialmente difícil para PMEs conseguirem novos financiamentos ou empréstimos. As incertezas sobre os rumos da economia aumentam a percepção de risco de inadimplência, gerando insegurança a credores, os quais passam a adotar critérios de aprovação de crédito mais rigorosos como medida preventiva. Esse fenômeno, em que os canais de crédito se tornam disfuncionais, é conhecido na literatura como *credit crunch*. Seus impactos sobre a economia são seriíssimos e tendem a agravar ainda mais a crise que lhe deu origem, criando uma espiral negativa, pois sem crédito para girar as operações, muitas empresas acabam se tornando insolventes e vão à falência, gerando desemprego em massa.

Foi diante desse cenário absolutamente crítico, de declarada calamidade pública conforme Decreto Legislativo 6, de 20 de março de 2020, que o BNDES – em conjunto com o Ministério da Economia – lançou o Programa Emergencial de Acesso a Crédito, em 30 de junho de 2020. Para viabilizar a constituição do patrimônio segregado relativo ao FGI Peac, o BNDES, no papel de Administrador do BNDES FGI, convocou Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de cotistas do fundo para deliberar sobre as alterações ao estatuto correspondentes. A matéria foi aprovada em AGE realizada em 19 de junho de 2020, com a presença e participação de outros 12 cotistas, todos com voto a favor.

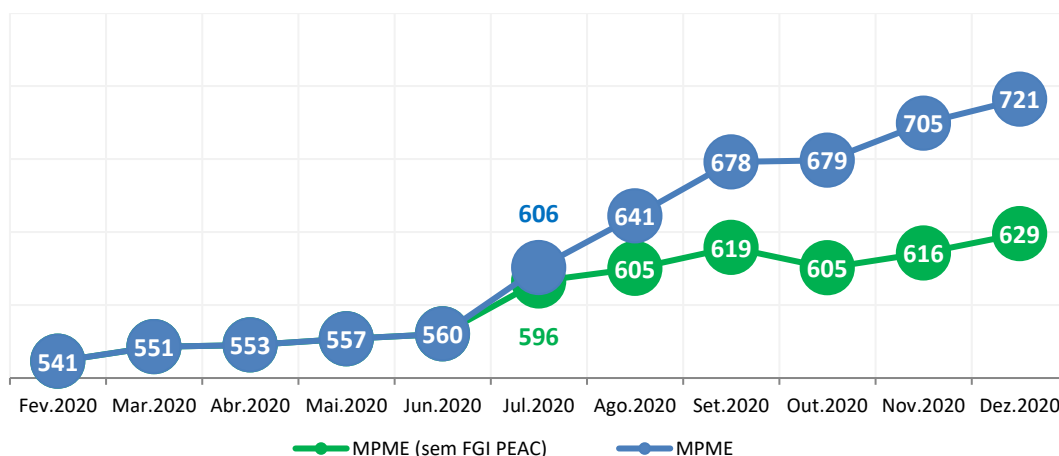
Cumprе sublinhar que o programa foi posteriormente apreciado pelo Congresso Nacional quando da tramitação da MP 975/2020. Sua conversão na Lei 14.042/2020, publicada na data de 20 de agosto, implicou algumas alterações, como a inclusão de associações, fundações e cooperativas, exceto as de crédito, bem como empresas cuja receita bruta superasse o teto

¹ A crise que se instalou no mercado de crédito para PMEs não foi exclusividade brasileira, tendo atingido países ao redor do mundo de maneira bastante intensa, mesmo aqueles com alto grau de desenvolvimento. Assim como no Brasil, programas emergenciais de acesso a crédito e garantias com suporte governamental foram implementados em diversos países, a exemplo de Austrália, Canadá, Estados Unidos da América (EUA), Suíça, Alemanha, Reino Unido, França, Espanha e Itália. Fonte: Bank for International Settlements, Financial Stability Institute. *Public guarantees for bank lending in response to the Covid-19 pandemic* (FSI Brief nº 5), Disponível em <https://www.bis.org/fsi/fsibriefs5.pdf>, acesso em 31mar. 2021.

definido para o programa, havendo, porém, para estas últimas um limite de uso do orçamento total do programa de até 10% e critérios mais restritivos. Importa notar o massivo alinhamento e suporte da sociedade em torno do projeto de lei de conversão que abrigou o FGI Peac. Na Câmara dos Deputados, a votação encerrou com 362 votos a favor, um contra e seis abstenções, enquanto no Senado houve unanimidade, com 74 votos a favor.

Por meio da prestação de garantias em condições adequadas à severidade do momento, o programa estimulou o restabelecimento dos canais de crédito para PMEs no país, suportando a concessão de novos créditos no impressionante montante de R\$ 92 bilhões durante o segundo semestre. O impacto do Peac na evolução do saldo de crédito às MPMEs no Brasil é notório e pode ser observado no Gráfico 1. Salienta-se que o crescimento na curva sem FGI Peac (linha verde) a partir de julho se deve à maturação de outras medidas emergenciais para reforço ao crédito executadas durante a pandemia, algumas delas inclusive pelo próprio BNDES, a saber: o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese) e o Peac-Maquinhinhas.

GRÁFICO 1 – SALDO DE CRÉDITO MPME NO BRASIL (R\$ BILHÕES)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Banco Central do Brasil.

Além de viabilizar o acesso a crédito novo, o FGI Peac promoveu também melhores condições. Destacam-se, nesse contexto: (i) taxa de juros média na carteira de apenas 0,89% ao mês, nível inferior ao praticado no mercado para operações de mesmo perfil; e (ii) prazos mais longos de financiamento, com média de 46 meses, contendo no mínimo seis de carência.

O FGI Peac ficou vigente para contratações até 31 de dezembro de 2020. Muito importante salientar que o programa admitia apenas novas operações de crédito, sendo expressamente vedado ao agente financeiro na Lei 14.042/2020 prever obrigação contratual ou reter recursos para liquidação de débitos preexistentes, evitando assim a reciclagem de carteiras inadimplentes ou de qualidade duvidosa. Cabe ressaltar que a referida lei dispôs que compete ao Banco Central do Brasil (BCB) fiscalizar o cumprimento, pelas instituições financeiras participantes, das condições estabelecidas no âmbito do programa.

De acordo com a mesma lei, puderam contratar empréstimos e financiamentos com garantia do FGI Peac: empresas de pequeno e médio porte, associações, fundações de direito privado e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito. A lei possibilitou ainda que até 10% dos recursos destinados ao programa apoiassem empresas de porte superior, desde que atendidas determinadas condições, a exemplo da manutenção do nível de empregos no território nacional.

Mais de 114 mil empresas e entidades foram beneficiadas, em quase 70% dos municípios brasileiros. E o mais importante, empresas estas responsáveis por uma folha salarial de cerca de 6 milhões de empregados. Afinal, ao colaborar para a manutenção de empresas viáveis, o FGI Peac visava em última instância justamente isto: a preservação da renda e do emprego dos brasileiros.

Cabe ressaltar que a modalidade de garantia permanente do BNDES FGI, prestada por meio do patrimônio denominado FGI Tradicional, permaneceu em operação mesmo durante a vigência do programa emergencial e obteve expressivo crescimento, de 172,5%, em relação ao volume observado no ano de 2019. Com isso, apoiou R\$ 1,4 bilhão em financiamentos adicionais, em mais de 4 mil operações.

Este relatório apresenta a prestação de contas anual da Administração do BNDES FGI referente ao exercício de 2020, englobando seus dois patrimônios. Observamos que a prestação de contas ainda está sujeita à deliberação da assembleia geral ordinária de cotistas, a qual será realizada em breve, e cujo resultado poderá ensejar ajustes ao presente documento.

Além desta introdução, o relatório contém as seguintes seções. A seção 2 descreve as ações do Administrador. A seção 3 apresenta a estrutura patrimonial do fundo. A seção 4 analisa a carteira de investimentos, enquanto a seção 5 detalha as operações contratadas com a garantia do BNDES FGI. A seção 6 fornece informações sobre as receitas e despesas do fundo ao longo do ano. A seção 7 relata ações judiciais na qual o BNDES FGI é parte. A seção 8 exibe dados sobre pagamentos de honra. A seção 9 relata sobre a recuperação de crédito em operações honradas. A seção 10 informa os eventos subsequentes relevantes ocorridos entre a data-base do presente relatório (31 de dezembro de 2020) e a data de fechamento de sua edição. Por fim, a seção 11 disponibiliza o Parecer dos Auditores Independentes e a seção 12 traz as Demonstrações Financeiras Consolidadas do BNDES FGI em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e Notas Explicativas.

1.1 INFORMAÇÕES ACERCA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Na prestação de contas referente ao exercício de 2019, de acordo com a Decisão Normativa (DN) 178, de 23 de outubro de 2019, do Tribunal de Contas da União (TCU), o BNDES FGI foi incluído como uma das unidades de contexto que compõem o Ministério da Economia que, por sua vez, é uma das unidades prestadoras de contas (UPC). Dessa forma, foram encaminhadas ao dito ministério pelo Administrador do BNDES FGI, antes de 31 de março de 2020, as informações referentes ao fundo não auditadas, considerando que o prazo para divulgação da prestação de contas definido no estatuto do fundo é até 30 de abril de 2020.

Em relação ao exercício de 2020, as prestações de contas anuais da administração pública federal devem observar as disposições da IN-TCU 84/2020 e da Decisão Normativa TCU 187/2020. Como o BNDES FGI não está listado como UPC individual no Anexo I da Decisão Normativa TCU 187/2020, deve ter as informações de sua gestão integradas à prestação de contas do Ministério da Economia, no prazo de até 31 de março de 2021.

Em atendimento ao disposto no Anexo II da Decisão Normativa TCU 187/2020, que trata dos elementos de conteúdo sugeridos e informações que podem constar no relatório de gestão, a seguir são apresentadas as informações sobre o BNDES FGI.

Não houve planejamento estratégico pactuado com o Ministério da Economia para o exercício, e a unidade não está vinculada ao planejamento estratégico do Plano Plurianual (PPA) nem aos planos nacionais e setoriais do governo. A governança do fundo não realizou planejamento estratégico nem plano tático em 2020. O Administrador limitou-se a cumprir suas atribuições estatutárias. Assim como não houve planejamento estratégico nem plano tático em 2020, também não foram definidos objetivos e metas para exercício, com o Administrador limitando-se a cumprir suas atribuições estatutárias.

Conforme disposto no artigo 1º de seu estatuto, o BNDES FGI, constituído pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), seu Administrador, como um condomínio aberto, por prazo indeterminado, tendo natureza privada, patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e do Administrador, sujeito a direitos e obrigações próprios, será regido pelo seu estatuto, por seus regulamentos de operações e pelas demais disposições que lhe forem aplicáveis, amparado pela Lei 12.087, de 11 de novembro de 2009 e pela Lei 14.042, de 19 de agosto de 2020. Logo, não cabe tratar de previsão de recursos orçamentários públicos nem de estratégia de alocação de recursos nos diversos níveis da gestão federal.

Não houve definição de indicadores de desempenho para o exercício, mas os resultados do fundo são apresentados ao longo deste relatório. Sendo o BNDES FGI um fundo privado, a relação com o valor público em termos de produtos e resultados gerados, preservados ou entregues, é dada de forma indireta, pelo cumprimento de seu estatuto.

Para a garantia da legalidade, da economicidade e da transparência na aplicação dos recursos do BNDES FGI, o Administrador utiliza o mesmo rigor e padrões de governança corporativa

dedicados à própria instituição, mantendo ainda as medidas de segregação de funções determinadas pelo estatuto do fundo.

A governança praticada visa assegurar a transparência dos atos de gestão, a equidade no tratamento das partes interessadas, a mitigação de conflitos de interesse, a prestação de contas e o cumprimento de leis e regulamentos, bem como a eficiência e a eficácia operacional. Fazem parte da governança do Administrador o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, o Comitê de Riscos, o Comitê de Auditoria, a auditoria interna, entre outros comitês e unidades segmentadas por especialidade, além da auditoria independente contratada para a avaliação dos demonstrativos contábeis e financeiros.

2.

AÇÕES DO ADMINISTRADOR

2.1 MEDIDAS DE GESTÃO E FOMENTO AO NEGÓCIO DE GARANTIAS

FGI PEAC – PROGRAMA EMERGENCIAL DE ACESSO A CRÉDITO

Conforme mencionado na seção 1, a principal iniciativa levada a cabo pelo Administrador do BNDES FGI no ano de 2020 foi a constituição do FGI Peac e a gestão do Programa Emergencial de Acesso a Crédito.

A implantação do programa envolveu inúmeros desafios e frentes de trabalho, a saber:

- contribuições para a edição da Medida Provisória 975/2020;
- consulta a órgãos e entidades públicas e privadas para modelagem do programa;
- definição de determinados critérios e condições de operação;
- emissão do regulamento, circulares e avisos normativos;
- desenho e implantação de novos processos;
- desenvolvimento e homologação de sistemas de suporte;
- habilitação de 47 instituições financeiras para contratação da garantia do programa;
- treinamento de equipes operacionais próprias e dos agentes financeiros habilitados;
- participação na coordenação com o Congresso para a conversão da MP 975/2020 em lei;
- adaptação do programa e processos às alterações realizadas pelo Poder Legislativo quando da conversão da medida provisória na Lei 14.042/2020;
- ampla divulgação do FGI Peac para o público externo e a imprensa;

- estabelecimento de fluxo regular de prestação de contas e reporte de informações ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério da Economia e ao Banco Central do Brasil (BCB);
- apoio ao Ministério da Economia para captação de recursos financeiros para o programa com bancos multilaterais.

Cabe salientar a urgência com que tudo foi executado. Mesmo diante das complexidades de adaptação organizacional advindas da repentina mudança para o teletrabalho, o Administrador logrou divulgar, já em 26 de junho de 2020, o regulamento de operações do FGI Peac. Imediatamente após essa data, em 1º de julho de 2020, abriu o protocolo em sistemas para recebimento eletrônico de solicitações de outorga de garantia pelos agentes financeiros habilitados.

FGI TRADICIONAL

Afora a intensa dedicação à implantação e gestão do Peac, o Administrador do BNDES FGI preservou e executou suas atribuições ligadas à operação do FGI Tradicional. Diversas medidas de gestão foram realizadas em 2020, incluindo alterações normativas, adaptações em sistemas, implementação de novos processos, acompanhamento operacional, entre outras. Detalhamos a seguir algumas dessas medidas.

Análise e alteração dos regulamentos de operações

Em 2020, o Administrador do BNDES FGI realizou alterações nos regulamentos para permitir:

- I. a devolução sob condições do encargo por concessão de garantia (ECG) complementar em renegociações envolvendo novação de dívida;
- II. a redefinição do valor de referência sobre o qual incide o teto para dispensa de constituição de garantias reais;
- III. a substituição de garantias fidejussórias e reais no decorrer das operações, sob condições;
- IV. o fechamento de uma tranche antes do término do período de referência padrão, a pedido do agente financeiro;
- V. condições específicas para solicitação de honra nos casos de operações garantidas por alienação fiduciária de bens móveis ou imóveis.

As mudanças regulamentares foram comunicadas via circular aos agentes financeiros, conforme exposto no item 2.2.

Admissão da suspensão de prestações (*standstill*) no FGI Crédito Livre

Em face da crise decorrente da pandemia de Covid-19, foi divulgada norma com as condições para a suspensão da cobrança de prestações (*standstill*) pelos agentes financeiros nas operações com garantia do FGI Crédito Livre, com a consequente adaptação de sistemas para suportar os aditivos.

Modelagem do FGI 4.0

O Administrador do BNDES FGI avançou com o projeto FGI 4.0, destinado ao reposicionamento estratégico do FGI Tradicional, bem como à digitalização e simplificação de processos.

Em 2020, foi desenvolvida a proposta de modelagem do produto. As principais novidades que se prevê na modelagem são: (i) a segmentação de perfis homogêneos de operações em esteiras especializadas; (ii) a disponibilização de *application programming interface* (API) para permitir a contratação da garantia nas plataformas digitais dos agentes financeiros durante o próprio processo de originação do crédito; (iii) nova metodologia de precificação, com melhor ajuste ao risco de cada operação e forma de cobrança mais simples; e (iv) processo centralizado de recuperação de créditos.

O início da fase de implementação está condicionado a avaliações de aderência complementares, definição da estrutura necessária para a gestão do projeto, levantamento do investimento em sistemas e alocação de equipe.

Inclusão de novas linhas entre as elegíveis à garantia

Em 2020, foram implementadas as adequações de sistemas necessárias e emitidas duas circulares para divulgar a possibilidade de contratação da garantia do FGI Tradicional em novas linhas no âmbito de operações de repasse BNDES ou de FGI Crédito Livre, a saber: (i) Linha BNDES de Renegociação Emergencial de Operações Indiretas Automáticas; (ii) Linha Finep Inovacred Conecta; (iii) Linha Finep Inovacred 4.0.

Habilitação de agentes financeiros

Em julho de 2020, o Banco Industrial do Brasil assinou contrato com o BNDES FGI e realizou sua primeira subscrição de cotas a fim de abrir margem para operação da garantia.

No fim do ano, os bancos Sofisa e BTG Pactual também protocolaram perante o Administrador do BNDES FGI pedidos de habilitação. A análise e formalização de tais pedidos foi concluída apenas em 2021, após a data-base do presente relatório.

2.2 NORMATIZAÇÃO

A Tabela 1 lista as circulares emitidas pelo Administrador do fundo ao longo do ano de 2020.

TABELA 1 – CIRCULARES SOBRE O BNDES FGI DIVULGADAS NO ANO – TRADICIONAL E PEAC

CIRCULAR Nº	DATA DE EMISSÃO	ASSUNTO	DESCRIÇÃO
AST 01/2020	03.01.2020	Fator K FGI Tradicional	Alteração do fator K, para cálculo do Encargo por Concessão de Garantia – ECG, em operações a serem realizadas com garantia do Fundo Garantidor para Investimentos – FGI.
AST 02/2020	11.02.2020	Alteração no Regulamento FGI Tradicional (operações Repasse)	Novo Regulamento de Operações para Outorga de Garantia Direta pelo Fundo Garantidor para Investimentos – FGI, por Operação Contratada com Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME.
AST 03/2020	11.02.2020	Alteração no Regulamento FGI Tradicional (operações Crédito Livre)	Novo Regulamento de Operações para Outorga de Garantia Direta do Fundo Garantidor para Investimentos – FGI para Operações Contratadas com Recursos Não Originados do Sistema BNDES.
AST 04/2020	30.03.2020	Lista PLP FGI Tradicional	Atualiza a Lista de Produtos, Linhas e Programas Passíveis de Outorga de Garantia pelo Fundo Garantidor para Investimentos – FGI.
AST 05/2020	23.06.2020	Alteração de Estatuto FGI Tradicional	Alteração no Estatuto do FGI a fim de criar o patrimônio segregado referente ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito, nos termos da Medida Provisória nº 975, de 01 de junho de 2020; e a aprovação das Diretrizes Gerais de Operação do PEAC, como anexo ao Estatuto do FGI.
AST 06/2020	26.06.2020	Regulamento FGI PEAC	Criação do Regulamento de Operações para Outorga de Garantia do Fundo Garantidor para Investimentos – FGI no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito.
AST 07/2020	06.07.2020	Taxas de equivalência FGI PEAC	Informa as Taxas de equivalência (“idivul”), conforme o indexador, a serem aplicadas às operações contratadas de 15 de julho de 2020 a 14 de agosto de 2020, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito.
AST 08/2020	15.07.2020	Atualização do Regulamento FGI PEAC	Atualização dos Anexos II e VI ao Regulamento do Programa Emergencial de Acesso a Crédito no âmbito do Fundo Garantidor para Investimentos divulgado pela Circular AST nº 06, de 26.06.2020.
AST 09/2020	17.07.2020	Diretrizes de Operação FGI PEAC	Alteração nas Diretrizes Gerais de Operação do Programa Emergencial de Acesso a Crédito, anexo ao Estatuto do Fundo Garantidor para Investimentos.
AST 10/2020	17.07.2020	Regulamento FGI PEAC	Novo Regulamento do Programa Emergencial de Acesso a Crédito no âmbito do Fundo Garantidor para Investimentos.
AST 11/2020	29.07.2020	Atualização do Regulamento FGI PEAC	Atualização dos Anexos II e VI do Regulamento do Programa Emergencial de Acesso a Crédito no âmbito do Fundo Garantidor para Investimentos divulgado pela Circular AST nº 10, de 17.07.2020.
AST 12/2020	05.08.2020	Taxas de equivalência FGI PEAC	Informa as taxas de equivalência (“idivul”), conforme o indexador, a serem aplicadas às operações contratadas de 15 de agosto de 2020 a 14 de setembro de 2020, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito.
AST 13/2020	21.08.2020	Estatuto FGI Tradicional e Diretrizes FGI PEAC	Alteração no Estatuto do Fundo Garantidor para Investimentos e nas Diretrizes Gerais de Operação do Programa Emergencial de Acesso a Crédito, anexas ao Estatuto do FGI.
AST 14/2020	21.08.2020	Regulamento FGI PEAC	Novo Regulamento do Programa Emergencial de Acesso a Crédito no âmbito do Fundo Garantidor para Investimentos.

(Continua)

(Continuação)

CIRCULAR Nº	DATA DE EMISSÃO	ASSUNTO	DESCRIÇÃO
AST 15/2020	25.08.2020	Atualização do Regulamento FGI PEAC	Ajuste no Anexo VI ao Regulamento do Programa Emergencial de Acesso a Crédito no âmbito do Fundo Garantidor para Investimentos divulgado pela Circular AST nº 14, de 21.08.2020.
AST 16/2020	02.09.2020	Taxas de equivalência FGI PEAC	Informa as taxas de equivalência ("idivul"), conforme o indexador, a serem aplicadas às operações contratadas de 15 de setembro de 2020 a 14 de outubro de 2020, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito.
AST 17/2020	17.09.2020	Atualização do Regulamento FGI PEAC	Atualização dos Anexos II, IV e VI ao Regulamento do Programa Emergencial de Acesso a Crédito no âmbito do Fundo Garantidor para Investimentos divulgado pela Circular AST nº 14, de 21.08.2020.
AST 18/2020	27.09.2020	Estatuto FGI e Diretrizes FGI PEAC	Alteração no Estatuto do Fundo Garantidor para Investimentos e nas Diretrizes Gerais de Operação do Programa Emergencial de Acesso a Crédito, anexas ao Estatuto do FGI.
AST 19/2020	01.10.2020	Lista PLP FGI Tradicional	Atualiza a Lista de Produtos, Linhas e Programas Passíveis de Outorga de Garantia pelo FGI Tradicional.
AST 20/2020	02.10.2020	Taxas de equivalência FGI PEAC	Informa as taxas de equivalência ("idivul"), conforme o indexador, a serem aplicadas às operações contratadas de 15 de outubro de 2020 a 14 de novembro de 2020, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito.
AST 21/2020	06.10.2020	Regulamento FGI PEAC	Novo Regulamento do Programa Emergencial de Acesso a Crédito no âmbito do Fundo Garantidor para Investimentos.
AST 22/2020	14.10.2020	Atualização Regulamento FGI PEAC	Atualização no Anexo II do Regulamento do Programa Emergencial de Acesso a Crédito no âmbito do Fundo Garantidor para Investimentos.
AST 23/2020	19.10.2020	Atualização Regulamento FGI PEAC	Comunica a data de início de protocolo de operações realizadas com empresas de grande porte no Programa Emergencial de Acesso a Crédito no âmbito do Fundo Garantidor para Investimentos, bem como a atualização do Anexo VI do Regulamento do FGI PEAC.
AST 24/2020	21.10.2020	Alteração Diretrizes FGI PEAC	Alteração nas Diretrizes de Operação do Fundo Garantidor para Investimentos no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito, anexas ao Estatuto do Fundo Garantidor para Investimentos.
AST 25/2020	21.10.2020	Regulamento FGI PEAC	Novo Regulamento de Operações para Outorga de Garantia do Fundo Garantidor para Investimentos no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito.
AST 26/2020	05.11.2020	Taxas de equivalência FGI PEAC	Informa as taxas de equivalência ("idivul"), conforme o indexador, a serem aplicadas às operações contratadas de 15 de novembro de 2020 a 14 de dezembro de 2020, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito.
AST 27/2020	19.11.2020	Alterações nos Procedimentos Operacionais FGI Tradicional	Comunica aos Agentes Financeiros as alterações nos procedimentos operacionais do FGI Tradicional.
AST 28/2020	07.12.2020	Taxas de equivalência FGI PEAC	Informa as taxas de equivalência ("idivul"), conforme o indexador, a serem aplicadas às operações contratadas de 15 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC).
AST 29/2020	30.12.2020	Fator K FGI Tradicional	Comunica a alteração do fator K, para cálculo do Encargo por Concessão de Garantia – ECG, em operações a serem realizadas com garantia do FGI Tradicional.

Fonte: Elaboração própria.

Adicionalmente, a Tabela 2 exibe os avisos emitidos no ano:

TABELA 2 – AVISOS SOBRE O BNDES FGI DIVULGADAS NO ANO – TRADICIONAL E PEAC

AVISO Nº	DATA DE EMISSÃO	ASSUNTO	DESCRIÇÃO
AST 01/2020	31.03.2020	Procedimentos para Standstill FGI Tradicional	Comunica aos Agentes Financeiros nova alternativa de renegociação a ser admitida em operações com outorga de garantia na modalidade FGI Crédito Livre.
AST 02/2020	04.06.2020	Suspensão de certidões FGI Tradicional	Comunica aos Agentes Financeiros a suspensão temporária da exigência de comprovações na contratação de operações com garantia do FGI.
AST 03/2020	20.08.2020	Conversão da Medida Provisória FGI PEAC	Comunica aos Agentes Financeiros implicações decorrentes da conversão da Medida Provisória 975/20 na Lei 14.042/20.
AST 04/2020	24.08.2020	Suspensão de Certidões FGI Tradicional	Comunica aos Agentes Financeiros a revogação da suspensão temporária da exigência de comprovações na contratação de operações com garantia do FGI Tradicional.
AST 05/2020	06.10.2020	Protocolo das Operações FGI PEAC	Comunica aos Agentes Financeiros sobre o início do protocolo de operações realizadas com empresas de grande porte e sobre os Layouts previstos no Anexo VI do Regulamento FGI PEAC, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI PEAC).
AST 06/2020	03.11.2020	Novo prazo para retificação FGI PEAC	Comunica aos Agentes Financeiros sobre novo prazo para retificação de determinadas informações relativas a operações objeto de Solicitação de Outorga de Garantia ao Fundo Garantidor para Investimentos no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI PEAC).
AST 07/2020	14.12.2020	Alerta de prazo FGI PEAC	Comunica aos Agentes Financeiros a importância de se observar o prazo previsto no caput do artigo 22 do Regulamento do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI PEAC)
AST 08/2020	21.12.2020	Alerta de prazo FGI PEAC	Esclarece aos Agentes Financeiros a necessidade de observância do prazo previsto no caput do artigo 22 do Regulamento do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI PEAC) em Operações de Repasses do Sistema BNDES.

Fonte: Elaboração própria.

2.3 CONVOCAÇÕES DE ASSEMBLEIA DE COTISTAS

Durante o exercício de 2020, foram realizadas seis assembleias de cotistas, as quais são detalhadas abaixo.

Em 19 de junho de 2020, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE), na qual se deliberou sobre a alteração do estatuto do FGI, a fim de criar o patrimônio segregado referente ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI Peac), nos termos da Medida Provisória 975/2020, e estabelecer providências pertinentes. Além disso, deliberou-se sobre a aprovação do documento de Diretrizes Gerais de Operação do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Diretrizes de

Operação do Peac), anexo ao estatuto, cujo conteúdo representou a base para a elaboração do regulamento de operações do programa pelo Administrador posteriormente.

Em 29 de junho de 2020, foi realizada Assembleia Geral Ordinária (AGO), na qual se deliberou sobre a prestação anual de contas do Administrador do BNDES FGI, composta pelas Demonstrações Contábeis e Financeiras e o *Relatório da Administração do Fundo*, relativos ao ano de 2019.

Em 17 de julho de 2020, foi realizada AGE, na qual se deliberou sobre a alteração das Diretrizes de Operação do Peac, em matéria relativa exclusivamente ao patrimônio constituinte do FGI Peac.

Em 21 de agosto de 2020, foi realizada AGE, na qual se deliberou sobre a alteração das Diretrizes de Operação do Peac, em matéria relativa exclusivamente ao patrimônio constituinte do FGI Peac.

Em 25 de setembro de 2020, foi realizada AGE, na qual se deliberou sobre alteração do artigo 2º, parágrafo único, do estatuto, alteração dos artigos 1º, 5º e 15 e inclusão dos artigos 1º-A e 1º-B nas Diretrizes de Operação do Peac e consolidação do estatuto e das diretrizes de operação do Peac.

Em 21 de outubro de 2020, foi realizada AGE, na qual se deliberou sobre a alteração das Diretrizes de Operação do Peac, em matéria relativa exclusivamente ao patrimônio constituinte do FGI Peac.

Em todas as assembleias citadas, as matérias deliberadas foram aprovadas, sem ressalvas, por todos os cotistas presentes que não se abstiveram e que exerceram seus votos.

3.

ESTRUTURA PATRIMONIAL E ADEÇÃO DE NOVOS COTISTAS

3.1 POSIÇÕES PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido (PL) consolidado do fundo era de R\$ 19,1 bilhões, sendo R\$ 1,3 bilhão do FGI Tradicional e R\$ 17,8 bilhões do FGI Peac.

FGI Tradicional

O FGI Tradicional possuía, ao fim do exercício, 29 cotistas, sendo dois cotistas institucionais detentores de cotas classe “A” (a União Federal e o BNDES) e 28 cotistas detentores de cotas classe “B”, o próprio BNDES e 27 agentes financeiros. Naquela data, a relação desses agentes financeiros era a seguinte:

- Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso;
- Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro
- Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina
- Agência de Fomento do Estado de São Paulo
- Agência de Fomento de Goiás
- Agência de Fomento do Paraná
- Agência de Fomento do Rio Grande do Sul
- Banco Bradesco
- Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo
- Banco do Brasil
- Banco CNH Capital
- Banco Cooperativo Sicredi
- Banco Daycoval
- Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
- Banco do Estado do Rio Grande do Sul
- Banco do Nordeste do Brasil
- Banco Fidis
- Banco Industrial do Brasil
- Banco J. Safra
- Banco Mercedes-Benz
- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
- Banco Rodobens
- Banco Santander
- Banco Volvo Brasil
- Caixa Econômica Federal
- Itaú Unibanco
- Scania Banco

No exercício de 2020, ocorreram integralizações de cotas classe “B” do FGI Tradicional, no valor total de R\$ 4,7 milhões, por seis agentes financeiros previamente habilitados, com o objetivo de ampliar seus limites para contratar garantias.² Ocorreu também a primeira integralização do Banco Industrial do Brasil, decorrente de sua habilitação, bem como a saída do Banco Ribeirão Preto, mediante resgate total das cotas de sua titularidade.

² Conforme previsto no artigo 25 do estatuto do BNDES FGI, os agentes financeiros devem subscrever cotas de emissão do BNDES FGI equivalentes a 0,5% do valor que pretendem contratar em garantias. Esse limite é controlado pelo Administrador, conforme detalhado na seção 5.3 do presente relatório.

FGI Peac

O FGI Peac é formado apenas por cotas classe “C”, as quais são detidas apenas pela União Federal, única cotista desse patrimônio. O FGI Peac não previu exigência de integralização de cotas pelos agentes financeiros como requisito para abertura de margem de operação. A definição dos limites operacionais concedidos aos agentes financeiros habilitados no programa foi estabelecida pelo artigo 16 do documento denominado Diretrizes de Operação do Peac, aprovado em AGE do fundo como anexo ao estatuto do BNDES FGI.

A habilitação de agentes financeiros ao FGI Peac teve seus critérios também previstos nas Diretrizes de Operação do Peac, mais precisamente em seus artigos 2º e 3º. Durante a vigência do programa, que se encerrou em 31 de dezembro de 2020, foram habilitadas 47 instituições financeiras, cuja lista está a seguir:

- Agência de Fomento de Goiás
- Agência de Fomento do Estado da Bahia
- Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina
- Agência de Fomento do Estado de São Paulo
- Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro
- Agência de Fomento do Paraná
- Banco ABC Brasil
- Banco Alfa de Investimento
- Banco BMG
- Banco Bocom BBM
- Banco Bradesco
- Banco BS2
- Banco BTG Pactual
- Banco Caterpillar
- Banco CNH Industrial Capital
- Banco Daycoval
- Banco da Amazônia
- Banco de Brasília (BRB)
- Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
- Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo
- Banco de Lage Landen Brasil
- Banco do Brasil
- Banco do Estado de Sergipe
- Banco do Estado do Rio Grande do Sul
- Banco Fibra
- Banco GMAC

- Banco Industrial do Brasil
- Banco Inter
- Banco John Deere
- Banco Mercedes-Benz
- Banco Moneo
- Banco Randon
- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
- Banco Rendimento
- Banco Safra
- Banco Santander
- Banco Sofisa
- Banco Triângulo
- Banco Votorantim
- Caixa Econômica Federal
- Caruana Financeira
- Itaú Unibanco
- Omni Banco
- Sistema Cooperativo Ailos
- Sistema Cooperativo Sicoob
- Sistema Cooperativo Sicredi
- Stara Financeira

Das 47 instituições financeiras habilitadas, 40 chegaram a realizar contratações, estando as mesmas discriminadas na seção 5.1 deste relatório.

3.2 ESTRUTURA DE CAPITAL

FGI Tradicional

No encerramento de 2020, a estrutura de capital do FGI Tradicional era composta pela participação da União Federal como cotista majoritária, com 79,57% das cotas (apenas classe “A”), seguida pelo BNDES, com participação de 15,03%, sendo 14,78% em cotas classe “A” e 0,25% em cotas classe “B”. O percentual restante, 5,39%, estava distribuído entre os demais cotistas, todos agentes financeiros detentores de cotas classe “B”. Com essa estrutura, 94,35% do capital do FGI Tradicional era composto por cotas classe “A” e 5,65% por cotas classe “B”.

Na data-base do presente relatório, a quantidade total de cotas emitidas pelo FGI Tradicional era de 570.708.190,15, quantidade superior à do fim de 2019 (568.473.871,07 cotas) em razão das integralizações ocorridas durante o ano.

FGI Peac

Em relação ao FGI Peac, após a aprovação das condições na AGE de 19 de junho de 2020, foi firmado em 23 de junho de 2020 o Contrato de Subscrição de Cotas entre União e BNDES, para subscrição de R\$ 5 bilhões em cotas classe “C” do FGI (referentes ao patrimônio segregado para o FGI Peac), integralizados em 24 de junho de 2020. As demais subscrições, no montante de R\$ 5 bilhões cada, totalizando os R\$ 20 bilhões previstos na Lei 14.042/2020, ocorreram respectivamente em 27 de agosto de 2020, 8 de setembro de 2020 e 5 de outubro de 2020.

3.3 VALOR PATRIMONIAL E RENTABILIDADE DA COTA

Em conformidade com o que determina o estatuto do BNDES FGI, as tabelas 3 e 4 apresentam o valor patrimonial da cota e as rentabilidades apuradas em 31 de dezembro de 2020 e nos fechamentos dos semestres anteriores para os patrimônios do FGI Tradicional e do FGI Peac, respectivamente.

Explicações sobre os principais motivos da rentabilidade de cada patrimônio são disponibilizadas a seguir. Detalhamento adicional sobre as receitas e despesas do BNDES FGI em 2020 é também exposto na seção 6 deste relatório, bem como na seção 12, que traz as Demonstrações Financeiras Consolidadas do BNDES FGI em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e Notas Explicativas.

FGI Tradicional

No exercício, as cotas classe A e B, ambas referentes ao patrimônio do FGI Tradicional, se valorizaram 8,37%, decorrente de resultado da operação de garantias positivo em cerca de R\$ 10,7 milhões, bem como de resultado financeiro, superando as despesas administrativas em R\$ 69,4 milhões.

TABELA 3 – VALOR PATRIMONIAL E RENTABILIDADE DA COTA – FGI TRADICIONAL

PATRIMÔNIO DO BNDES FGI	PERÍODO	VALOR DA COTA NO FECHAMENTO (R\$)	RENTABILIDADE NO PERÍODO (%)
FGI TRADICIONAL	2S/20	2,25034443	2,81
	1S/20	2,18877084	3,74
	2S/19	2,10976523	3,36
	1S/19	2,04127579	4,85

Fonte: Elaboração própria.

FGI Peac

As cotas classe “C”, correspondentes ao patrimônio do FGI Peac, tiveram desvalorização de 10,95% no ano, devido principalmente à provisão de adequação técnica constituída para a carteira garantida, no valor de R\$ 2,3 bilhões, a fim de suprir a expectativa de honras futuras.³

TABELA 4 – VALOR PATRIMONIAL E RENTABILIDADE DA COTA – FGI PEAC

PATRIMÔNIO DO BNDES FGI PEAC	PERÍODO	VALOR DA COTA NO FECHAMENTO (R\$)	RENTABILIDADE NO PERÍODO (%)
FGI PEAC	2S/20	1,94712400	-10,97
	1S/20*	2,18723633	0,04
	2S/19	-	-
	1S/19	-	-

Fonte: Elaboração própria.

* A primeira integralização de cotas do FGI Peac ocorreu em 24 de junho de 2020. Fonte: Elaboração própria.

Conforme exposto na seção 1 deste relatório, o FGI Peac, como um programa emergencial, objetivava primordialmente a preservação de empresas e empregos num momento de profunda crise econômica. A solução oferecida pelo programa, isto é, a prestação de garantias, visava restabelecer os canais de crédito às pequenas e médias empresas (PME) no país, trazendo segurança mínima às instituições financeiras para que voltassem a emprestar, fazendo assim a roda do crédito girar novamente.

Para tanto, o FGI Peac, modelado com base em critérios técnicos e comparáveis às melhores experiências internacionais de programas emergenciais, assumiu parte do risco de crédito em operações realizadas com o público-alvo disposto na Lei 14.042/20.

Cabe salientar que a Medida Provisória 975/2020, que deu origem à lei supracitada, previa a cobrança de um encargo por concessão de garantia (ECG). O encargo é uma comissão cobrada do agente financeiro concedente do crédito, podendo este repassar o custo ao tomador final. Sendo o ECG uma receita do FGI Peac, o qual foi patrocinado integralmente com recursos da União Federal, trata-se em última instância de uma receita indireta da União.

³ A provisão de adequação técnica foi proposta pela empresa de consultoria atuarial atualmente contratada para assessorar o Administrador do BNDES FGI e tem por objetivo equilibrar o balanço do fundo quanto às receitas com encargo por concessão de garantia, apropriadas por competência, *versus* as despesas projetadas de honra, líquidas das recuperações de crédito. A seção 6 do presente relatório discorre em mais detalhes sobre o contrato firmado com essa empresa.

O ECG previsto na MP 975/2020 manteve o mesmo nível que vinha sendo cobrado no período pré-crise nas operações de garantia do FGI Tradicional e tinha por objetivo reduzir o impacto fiscal do FGI Peac para a União, ao mesmo tempo em que evitava onerar demasiadamente o custo do crédito às PMEs em momento econômico tão sensível. Como um programa emergencial, o ECG não se propunha a compensar plenamente o risco assumido com a garantia. Era inclusive inviável naquele momento precificar o ECG com base na perda esperada das operações garantidas, visto que não existiam informações históricas ou previsões adequadas para calculá-la, considerando o ineditismo da crise sanitária. A tentativa de previsão da inadimplência futura se mostrava infrutífera, pois a elevada incerteza que havia se instalado no cenário econômico era justamente a causa do travamento do mercado de crédito e do empocamento da liquidez.

Importa notar que, quando do trâmite da MP 975/2020 pelo Congresso Nacional, os parlamentares votaram por eliminar por completo a cobrança do ECG, dispensando a cobrança para todas as operações a partir da data de início de vigência da lei de conversão, ocorrida em 20 de agosto de 2020, um dia após a sanção presidencial. Uma vez que a referida lei não dispôs sobre retroatividade de seus efeitos, a cobrança de ECG realizada durante a vigência da MP 975/2020 não enseja devolução aos tomadores.

4.

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

4.1 INTRODUÇÃO

A política de investimentos do BNDES FGI, definida em seu estatuto, visa um equilíbrio entre rentabilidade, segurança e liquidez. A gestão dos ativos de ambos os patrimônios componentes do fundo tem como objetivo primordial sua preservação, a fim de que possam ser honrados os compromissos com garantias prestadas, sendo que cada patrimônio possui parâmetros de alocação e *benchmarks* de rentabilidade específicos.

A política estatutária de investimentos do FGI Tradicional, define que as aplicações de seu patrimônio, excluindo-se as participações diretas e indiretas em fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), devem respeitar os seguintes limites: (i) até 15% em ações de companhias listadas em bolsa de valores; (ii) até 15% em operações compromissadas; e (iii) até 100% para as aplicações em títulos públicos federais ou cotas de fundos de investimento de renda fixa. Já a política de investimentos do FGI Peac, devem respeitar os seguintes limites:

(i) até 100% em operações compromissadas; e (ii) até 100% para as aplicações em títulos públicos federais ou cotas de fundos de investimento de renda fixa. A referência para a rentabilidade da carteira de renda fixa é de 92,5% do Índice de Renda Fixa de Mercado (RF-M), divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Para os ativos de renda variável, é equivalente ao Ibovespa.

Por sua vez, a política do FGI Peac prevê que seus recursos poderão ser aplicados em até: (i) 100% em títulos públicos federais, cotas de fundos de investimentos de renda fixa, cotas de fundos de investimento e em cotas de fundos de investimento de renda fixa; e (ii) até 100% em operações compromissadas. O *benchmark* de rentabilidade é 95% da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic).

4.2 ATIVOS DE RENDA FIXA NA CARTEIRA DO BNDES FGI

4.2.1 Composição da carteira e operações realizadas

FGI Tradicional

O Fundo Exclusivo de Investimento em Renda Fixa BB FGI FI RF é o instrumento de aplicação dos recursos disponíveis no caixa do BNDES FGI. Esse fundo de renda fixa é gerido pela BB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM) e dispõe de regulamento próprio, adequado ao que determina a política de investimentos do BNDES FGI.

As operações realizadas ao longo do ano de 2020 por meio desse veículo, listadas no Anexo I, se limitaram à compra e venda de títulos públicos (LTNs, NTN-Fs e LFTs) visando manter a liquidez necessária ao fluxo de caixa previsto e convergir o desempenho da carteira ao *benchmark* estatutário para as aplicações em renda fixa.

O fundo de renda fixa BB FGI FI RF apresentava PL de R\$ 1.350.838 mil no encerramento do exercício (R\$ 1.254.061 mil em 2019). A Tabela 5 apresenta a composição da carteira de renda fixa do FGI Tradicional em 31 de dezembro de 2020, a qual somava R\$ 1.350.872 mil. A diferença entre esse montante e o valor do PL do BB FGI FI RF equivale aos recursos em caixa não aplicados, além de despesas provisionadas no passivo desse fundo de renda fixa. Essas despesas são decorrentes de serviços de auditoria, da taxa devida à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da taxa de administração devida ao gestor, entre outras de menor relevância.

TABELA 5 – COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE RENDA FIXA – FGI TRADICIONAL

DATA	ATIVOS	POSIÇÃO (R\$ mil)	% DA CARTEIRA
31.12.2020	Títulos públicos	1.195.735	88,52
	Operações compromissadas	155.137	11,48
	TOTAL	1.350.872	100,00

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 6 apresenta a rentabilidade apurada no exercício de 2020 em relação ao *benchmark* do FGI Tradicional.

TABELA 6 – RENTABILIDADE DA CARTEIRA – FGI TRADICIONAL

DATA	VALOR DE MERCADO	RETORNO EM 2020	CUMPRIMENTO DO BENCHMARK
31.12.2020	R\$ 1.350.838.035,80	6,7081%	108,33%

Fonte: Elaboração própria

FGI Peac

A carteira de renda fixa do FGI Peac encerrou o exercício com uma posição de R\$ 20,7 bilhões. A Tabela 7 apresenta a composição dessa carteira em 31 de dezembro de 2020.

TABELA 7 – COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE RENDA FIXA – FGI PEAC

DATA	ATIVOS	POSIÇÃO (R\$ mil)	% DA CARTEIRA
31.12.2020	Títulos públicos	7.155.057	34,52
	Operações compromissadas	13.573.058	65,48
	TOTAL	20.728.115	100,00

Fonte: Elaboração própria

As operações realizadas pelo Administrador ao longo do ano buscaram convergir o desempenho da carteira ao *benchmark* estatutário e estão listadas no Anexo II. A Tabela 8 apresenta a rentabilidade apurada em relação ao *benchmark*.

TABELA 8 – RENTABILIDADE DA CARTEIRA – FGI PEAC

DATA	VALOR DE MERCADO	RETORNO EM 2020	CUMPRIMENTO DO BENCHMARK
31.12.2020	R\$ 20.728.114.649,49	0,9335%	91,41%

Fonte: Elaboração própria

Cabe ressaltar que o fundo FGI Peac tinha somente seis meses de existência no fim de 2020 e que a *performance* de curto prazo foi impactada pela compra de cerca de R\$ 1,6 bilhão de títulos Tesouro Selic (LFT) com vencimento em 1º de março de 2023 e 1º de março de 2026. Tais posições foram montadas em meados do terceiro trimestre, mais precisamente em 31 de julho e 4 de agosto.

O impacto das medidas emergenciais relacionadas à Covid-19 sobre o endividamento público e o consequente aumento da necessidade de emissão de dívida pelo Tesouro Nacional, que passou a emitir um montante muito maior de títulos mais curtos, intensificou a percepção de risco por parte do mercado e ocasionou elevação no ágio das LFTs. Com isso, a marcação a

mercado desses papéis foi bastante afetada no segundo semestre de 2020, causando impacto sobre a rentabilidade de curto prazo da carteira do FGI Peac.

Contudo, pelo fato de a maior parte dos recursos estar alocado em operações compromissadas, que garantem rentabilidade de 100% da taxa média Selic, e o próprio efeito do tempo sobre as aplicações em LFTs, com a redução do ágio, tendem a gerar uma rentabilidade acima do *benchmark* futuramente, compensando o desempenho deste período.

4.2.2 Análise do segmento em 2020

O início do ano de 2020 foi marcado por uma expectativa bastante positiva, alimentada por uma política monetária mais flexível pelo banco central americano após os cortes preventivos de 2019, que levaram os juros básicos de 2,25% para 1,50%, e pela assinatura do acordo comercial entre EUA e China. No Brasil, a perspectiva para a economia era também favorável, inclusive com o BCB dando continuidade à trajetória de cortes na taxa Selic, que iniciou o ano em 4,50% ao ano.

Todavia, em março, os mercados no mundo sofreram intensamente o impacto da pandemia. A renda fixa passou por um aumento significativo da volatilidade, mas a rápida e intensa atuação das principais autoridades monetárias globais, com políticas de juros extremamente baixas e de compras de ativos (*quantitative easing* – QE), lograram êxito em manter a funcionalidade dos mercados e na diminuição da volatilidade.

No Brasil, o BCB respondeu com cortes adicionais na taxa Selic, levando-a a 2,00% a.a., com a promessa de não subir os juros no horizonte próximo. Assim, a volatilidade dos papéis de renda fixa passou por redução, assim como a curva de juros. Contudo, nos últimos meses do ano, o aumento de preocupações no mercado com a saúde fiscal para 2021, bem como a aceleração dos indicadores de inflação ao consumidor contribuíram para o aumento do prêmio em toda a curva de juros.

4.2.3 Perspectivas para 2021

Para 2021, esperamos que a política monetária dos principais bancos centrais do mundo permaneça bastante flexível, com juros em zero ou negativos e aplicação do QE, mesmo que a atividade econômica ganhe força com as campanhas de vacinação em massa e com adicional suporte do gasto fiscal. Entretanto, visto que a incerteza acerca da situação sanitária no país tem persistido, com uma nova onda de contaminações mais intensa, é possível que a curva de juros no Brasil mantenha prêmios relativamente elevados ao longo do ano.

4.3 ATIVOS DE RENDA VARIÁVEL NA CARTEIRA DO BNDES FGI

Não ocorreram operações com ativos de renda variável no exercício de 2020. Dessa forma, o saldo aplicado em ativos de renda variável ao longo do exercício permaneceu nulo.

5.

OPERAÇÕES COM GARANTIA DO BNDES FGI EM 2020

Conforme mencionado anteriormente no presente relatório, o BNDES FGI é formado por dois patrimônios segregados: o FGI Tradicional, de caráter permanente, e o FGI Peac, de caráter extraordinário, sendo este último vinculado ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito previsto na Lei 14.042/2020.

Devido à magnitude alcançada pelo FGI Peac, iniciamos a apresentação dos dados operacionais do ano de 2020 com foco nesse programa para então, na seção posterior, apresentar os dados relativos ao FGI Tradicional.

5.1 FGI PEAC

O FGI Peac foi introduzido em detalhes na seção 1 deste relatório. Contudo, cabe reforçar aqui alguns conceitos básicos sobre o Programa Emergencial de Acesso a Crédito.

Esse programa foi criado com o intuito de combater os efeitos negativos na economia derivados da pandemia de Covid-19 por meio da prestação de garantias em condições especiais para operações de crédito. Foi lançado em 30 de junho de 2020 e ficou vigente para contratações até 31 de dezembro de 2020.

Nesse período, foram elegíveis a contratar empréstimos e financiamentos com garantia do FGI Peac as empresas de pequeno e médio porte, associações, fundações de direito privado e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito. A Lei 14.042/2020 possibilitou ainda que até 10% dos recursos destinados ao programa apoiassem empresas de porte superior desde que atendidos determinados requisitos, a exemplo da manutenção do nível de empregos no território nacional.

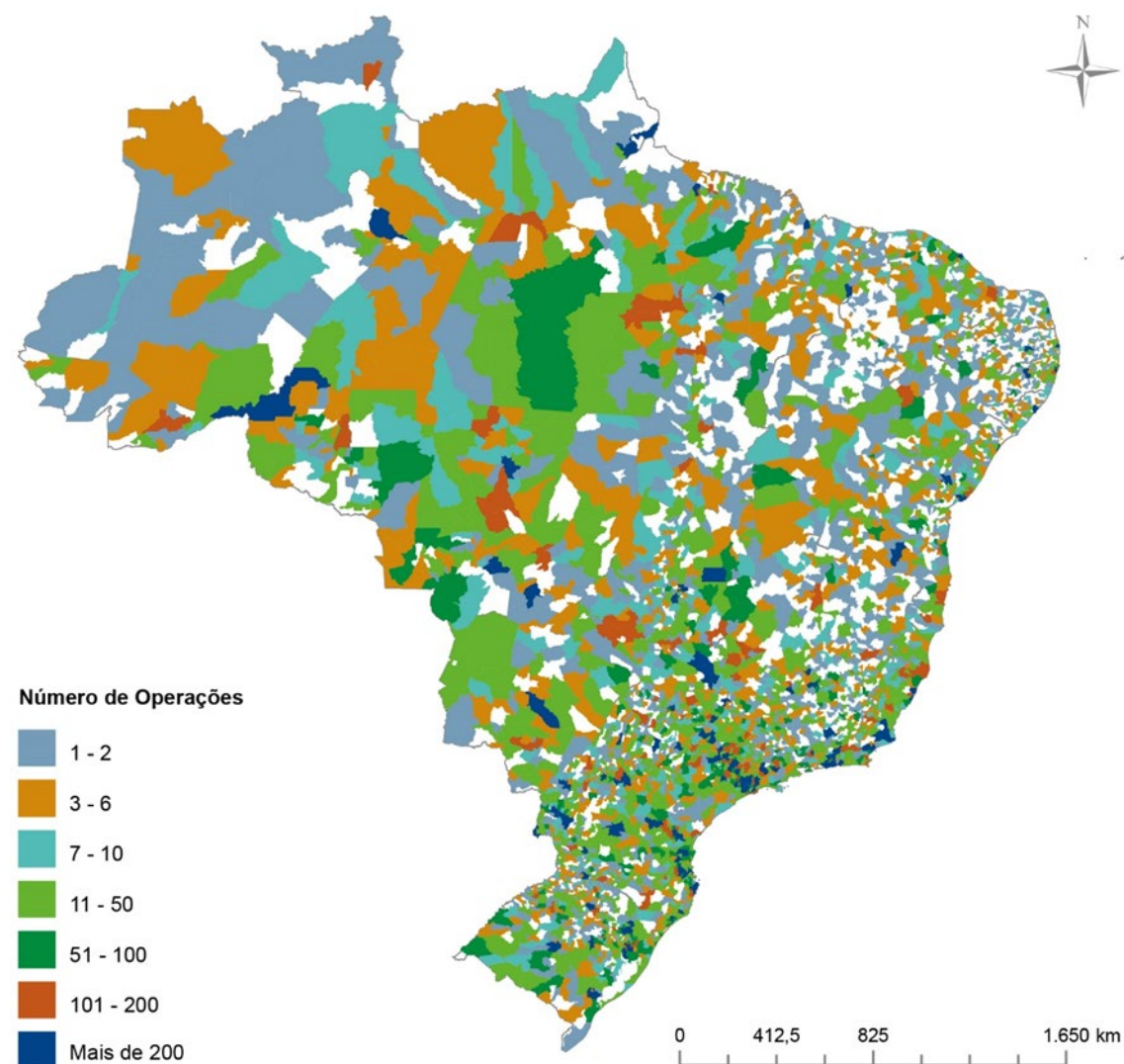
Vale notar que o programa admitia apenas novas operações de crédito, sendo expressamente vedado ao agente financeiro concedente do crédito prever obrigação contratual ou reter

recursos para liquidação de débitos preexistentes, evitando assim a reciclagem de carteiras inadimplentes ou de qualidade duvidosa.

Ressalte-se ainda que a dita lei dispôs que compete ao BCB fiscalizar o cumprimento, pelas instituições financeiras participantes, das condições estabelecidas no âmbito do programa.

O FGI Peac encerrou o exercício contabilizando R\$ 92,1 bilhões em financiamentos garantidos. Foram no total 135.735 operações em todos os estados brasileiros, abrangendo quase 70% dos municípios existentes no país. A Figura 1 exibe a distribuição territorial das operações garantidas pelo FGI Peac durante sua vigência.

FIGURA 1 – MAPA DAS OPERAÇÕES CONTRATADAS COM GARANTIA POR MUNICÍPIO BRASILEIRO EM 2020 – FGI PEAC



GeoBNDES

Fonte: Elaboração própria.

O programa visava normalizar os canais de crédito, que haviam ficado extremamente disfuncionais em decorrência das incertezas trazidas pela crise. Estimulando a retomada do crédito, buscava-se preservar empresas, emprego e renda.

Os dados mostram que o FGI Peac foi bastante exitoso em sua missão e que sua garantia foi de fato fundamental ao restabelecimento da segurança necessária para que instituições financeiras voltassem a conceder novos financiamentos e empréstimos. Vale citar, a garantia foi fixada em 80% do principal do financiamento para todas as operações, havendo, portanto, uma parcela do risco que era arcada pela instituição financeira concedente do crédito.

Com base em dados do BCB, observa-se que as operações garantidas pelo programa para pequenas e médias empresas representaram a impressionante parcela de 52,2% das operações de capital de giro com recursos livres e prazo superior a 365 dias realizadas no segundo semestre de 2020 com o mesmo público.

Outro aspecto importante foi a expressiva redução no custo do crédito proporcionado, entre outros fatores, pela garantia do FGI Peac. Nas operações do programa, a taxa de juros média para pequenas empresas ficou em 13% ao ano, ao passo que, para médias empresas, ficou em 11% ao ano.⁴ Segundo dados do DataSebrae⁵, tomando como comparação as taxas de juros médias praticadas no Sistema Financeiro Nacional em operações de capital de giro com recursos livres e prazo superior a 365 dias durante o quarto trimestre de 2019 (período pré-crise), verifica-se que as operações do FGI Peac proporcionaram taxas de juros 48% menores para pequenas empresas, ao passo que, para as médias empresas, essas taxas foram 32% inferiores.

O programa buscou também promover o alongamento de prazos de pagamento, admitindo operações com prazo total de até 60 meses e com, no mínimo, seis meses de carência. Haja vista o momento extremamente sensível atravessado por muitas empresas, a diluição das parcelas de amortização se mostrava essencial para que retomassem suas atividades mais suavemente. Como consequência, as operações contratadas no âmbito do FGI Peac exibiram prazo total médio de 46 meses.

As tabelas e gráficos a seguir disponibilizam dados operacionais do FGI Peac sob diferentes prismas, a fim de permitir análises variadas ao leitor.

⁴ Vale esclarecer que, de forma a estimular a redução do custo do crédito para os tomadores, o regulamento do FGI Peac estabeleceu o limite de 1% ao mês como teto de taxa de juros média para a carteira de cada agente financeiro, sob pena de redução da cobertura de inadimplência para aqueles que descumprissem o limite.

⁵ Fonte: <https://datasebrae.com.br/paineltaxasdejuros>, acesso em 02 de fevereiro de 2021.

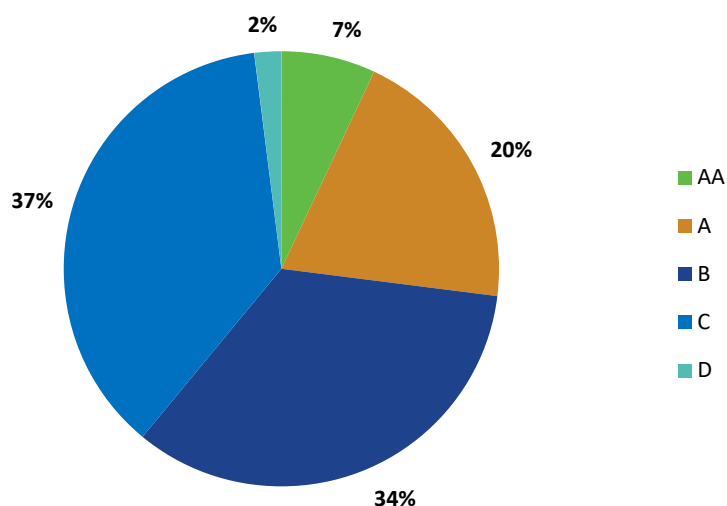
TABELA 9 – OPERAÇÕES POR CLASSIFICAÇÃO DE RISCO – FGI PEAC

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO*	FINANCIADO (R\$ MIL)	GARANTIDO (R\$ MIL)	Nº OPERAÇÕES
AA	6.155.078	4.924.062	8.844
A	18.188.848	14.551.079	27.782
B	34.694.462	27.755.570	46.169
C	30.341.904	24.273.523	50.441
D	2.711.963	2.169.570	2.499
TOTAL	92.092.255	73.673.804	135.735

Fonte: Elaboração própria.

* Segundo as normas do FGI Peac, as classificações de risco das operações devem ser atribuídas pelos agentes financeiros de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional 2.682, de 21 de dezembro de 1999. A classificação é informada pelo agente financeiro ao Administrador no momento do pedido de outorga de garantia e deve se basear no risco de crédito assumido pelo fundo, ou seja, desconsiderando a existência da garantia do FGI Peac.

GRÁFICO 2 – PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS EM 2020, POR CLASSIFICAÇÃO DE RISCO – FGI PEAC



Fonte: Elaboração própria

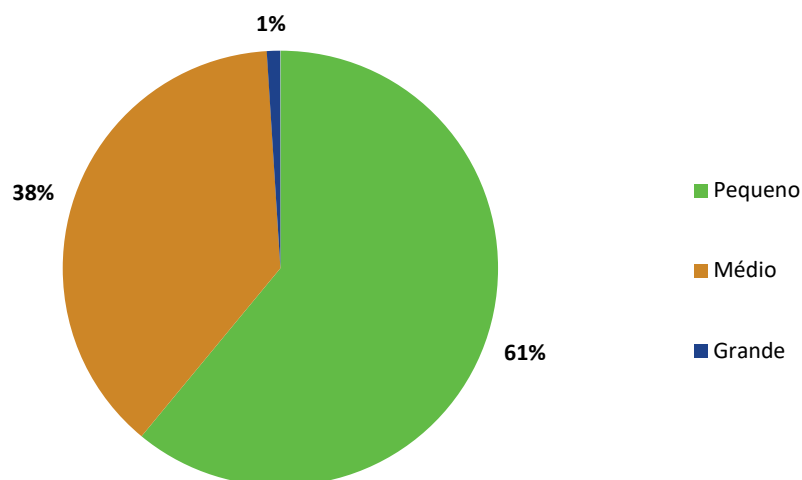
TABELA 10 – OPERAÇÕES POR PORTE DA BENEFICIÁRIA – FGI PEAC

PORTE DA BENEFICIÁRIA*	FINANCIADO (R\$ MIL)	GARANTIDO (R\$ MIL)	Nº OPERAÇÕES
Pequeno	14.173.758	11.339.007	83.151
Médio	68.153.990	54.523.192	51.125
Grande	9.764.507	7.811.606	1.459
TOTAL	92.092.255	73.673.804	135.735

Fonte: Elaboração própria.

* De acordo com o critério estabelecido nos regulamentos de operações do FGI Peac.

GRÁFICO 3 – PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS EM 2020, POR PORTE DA BENEFICIÁRIA – FGI PEAC



Fonte: Elaboração própria

TABELA 11 – OPERAÇÕES POR AGENTE FINANCEIRO – FGI PEAC

AGENTE FINANCEIRO	FINANCIADO (R\$ MIL)	GARANTIDO (R\$ MIL)	Nº OPERAÇÕES
ITAU	15.657.323	12.525.858	19.834
BRABESCO	15.483.796	12.387.036	32.148
CAIXA	15.094.191	12.075.353	30.396
SAFRA	9.999.935	7.999.948	7.246
SANTANDER	9.175.473	7.340.379	9.397
DAYCOVAL	8.190.769	6.552.615	5.714
ABC	3.561.164	2.848.931	915
BBM	2.952.909	2.362.327	401
SICREDI	2.730.711	2.184.569	11.224
SICOOB	2.431.885	1.945.508	10.343
SOFISA	2.175.244	1.740.195	934
VOTORAN	1.088.485	870.788	417
BANRISUL	780.863	624.691	2.075
BIB	749.151	599.321	210
BANCO INTER	289.235	231.388	125
ALFA	288.200	230.560	44
BDMG	255.735	204.588	159
FIBRA	144.150	115.320	42
DESENVOLVE SP	129.495	103.596	404
AILOS	122.129	97.703	2.079

(Continua)

(Continuação)

AGENTE FINANCEIRO	FINANCIADO (R\$ MIL)	GARANTIDO (R\$ MIL)	Nº OPERAÇÕES
MERCEDES	109.227	87.382	215
GMAC	84.400	67.520	25
CNH	75.354	60.283	187
BASA	72.765	58.212	517
BRB	71.333	57.066	42
CARUANA	54.017	43.213	18
BS2 BANCO	53.718	42.974	15
BANDES	51.890	41.512	13
DESENBAHIA	44.025	35.220	57
BB	43.340	34.672	221
RENDIMENTO	37.130	29.704	10
MONEO	28.240	22.592	79
OMNI BANCO	19.060	15.248	108
BMG	15.380	12.304	5
BRDE	10.168	8.134	44
RANDON	7.653	6.123	31
DLL	5.449	4.359	3
AF PARANA	4.617	3.694	34
BADESC	2.969	2.375	1
BTG PACTUAL	677	541	3
TOTAL	92.092.255	73.673.804	135.735

Fonte: Elaboração própria.

TABELA 12 - OPERAÇÕES POR LINHA DE CRÉDITO – FGI PEAC

LINHA DE CRÉDITO	FINANCIADO (R\$ MIL)	GARANTIDO (R\$ MIL)	Nº OPERAÇÕES
BNDES Ônibus/Caminhão	27.317	21.854	78
BNDES Crédito Pequenas Empresas	216.098	172.879	497
BNDES BK Aquisição	1.801	1.441	3
Operações de Repasse BNDES	245.216	196.173	578
Empréstimo/Giro (recursos livres)	91.622.139	73.297.711	134.649
Investimento (recursos livres)	224.900	179.920	508
Operações com Recursos Livres	91.847.039	73.477.631	135.157
TOTAL	92.092.255	73.673.804	135.735

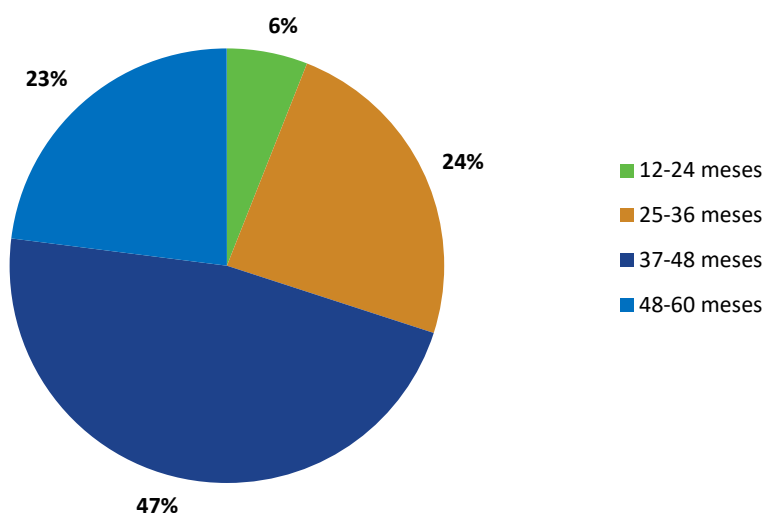
Fonte: Elaboração própria.

TABELA 13 – OPERAÇÕES POR PRAZO – FGI PEAC

PRAZO (EM MESES)	FINANCIADO (R\$ MIL)	GARANTIDO (R\$ MIL)	Nº OPERAÇÕES
12-24	4.477.746	3.582.197	7.700
25-36	18.795.511	15.036.409	32.296
37-48	45.353.968	36.283.174	63.704
49-60	23.465.030	18.772.024	32.035
TOTAL	92.092.255	73.673.804	135.735

Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 4 – PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS EM 2020, POR PRAZO – FGI PEAC



Fonte: Elaboração própria

TABELA 14 - OPERAÇÕES POR FINALIDADE – FGI PEAC

FINALIDADE	FINANCIADO (R\$ MIL)	GARANTIDO (R\$ MIL)	Nº OPERAÇÕES
Empréstimo/Giro	91.838.237	73.470.590	135.146
Investimento	254.018	203.214	589
TOTAL	92.092.255	73.673.804	135.735

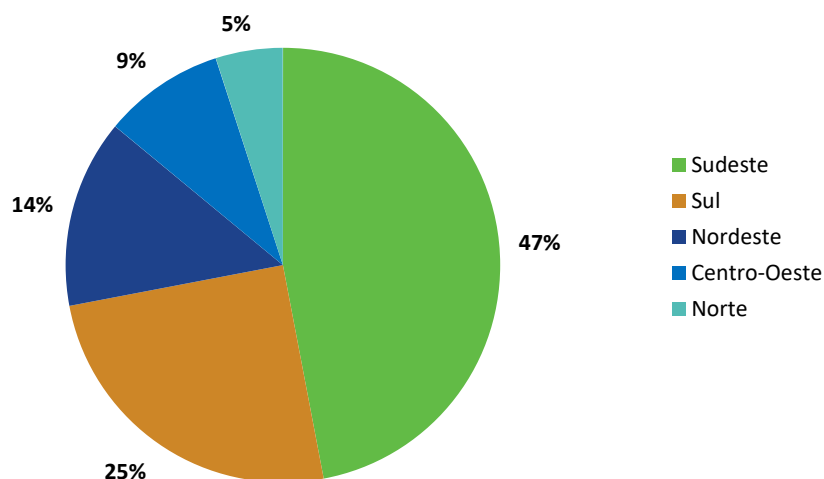
Fonte: Elaboração própria.

TABELA 15 – OPERAÇÕES POR REGIÃO – FGI PEAC

REGIÃO	FINANCIADO (R\$ MIL)	GARANTIDO (R\$ MIL)	Nº OPERAÇÕES
Sudeste	48.078.595	38.462.876	64.197
Sul	21.697.659	17.358.127	34.501
Nordeste	10.463.431	8.370.745	18.462
Centro-Oeste	7.992.430	6.393.944	12.055
Norte	3.860.140	3.088.112	6.520
TOTAL	92.092.255	73.673.804	135.735

Fonte: Elaboração própria

GRÁFICO 5 – PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS EM 2020, POR REGIÃO – FGI PEAC



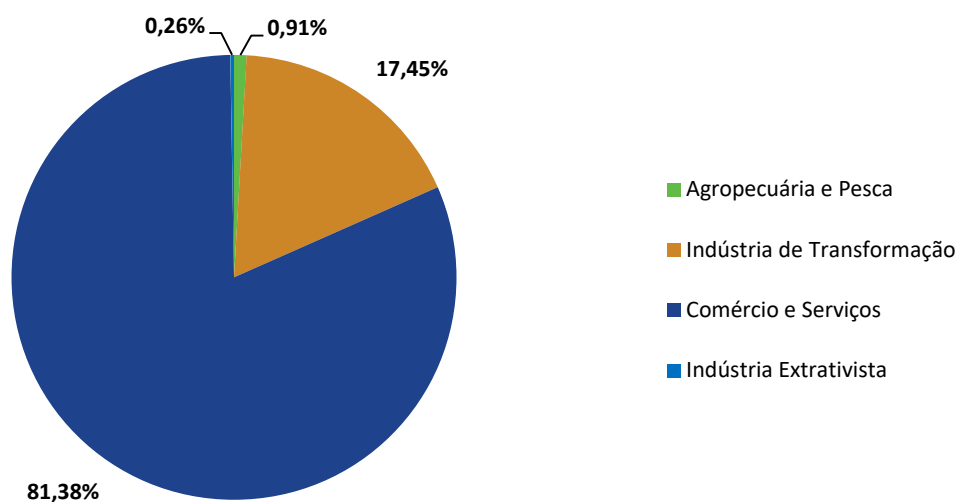
Fonte: Elaboração própria

TABELA 16 – OPERAÇÕES POR SETOR – FGI PEAC

SETOR	FINANCIADO (R\$ MIL)	GARANTIDO (R\$ MIL)	Nº OPERAÇÕES
Agropecuária e Pesca	1.941.898	1.553.518	1.234
Indústria de Transformação	26.392.322	21.113.857	23.684
Comércio e Serviços	63.359.649	50.687.720	110.458
Indústria Extrativista	398.386	318.709	359
TOTAL	92.092.255	73.673.804	135.735

Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 6 – PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS EM 2020, POR SETOR – FGI PEAC



Fonte: Elaboração própria

TABELA 17 – OPERAÇÕES POR NATUREZA JURÍDICA – FGI PEAC

NATUREZA JURÍDICA	FINANCIADO (R\$ MIL)	GARANTIDO (R\$ MIL)	Nº OPERAÇÕES
Empresas	91.421.228	73.136.983	135.365
Associações	331.808	265.446	177
Cooperativas	271.852	217.481	166
Fundações	67.367	53.894	27
TOTAL	92.092.255	73.673.804	135.735

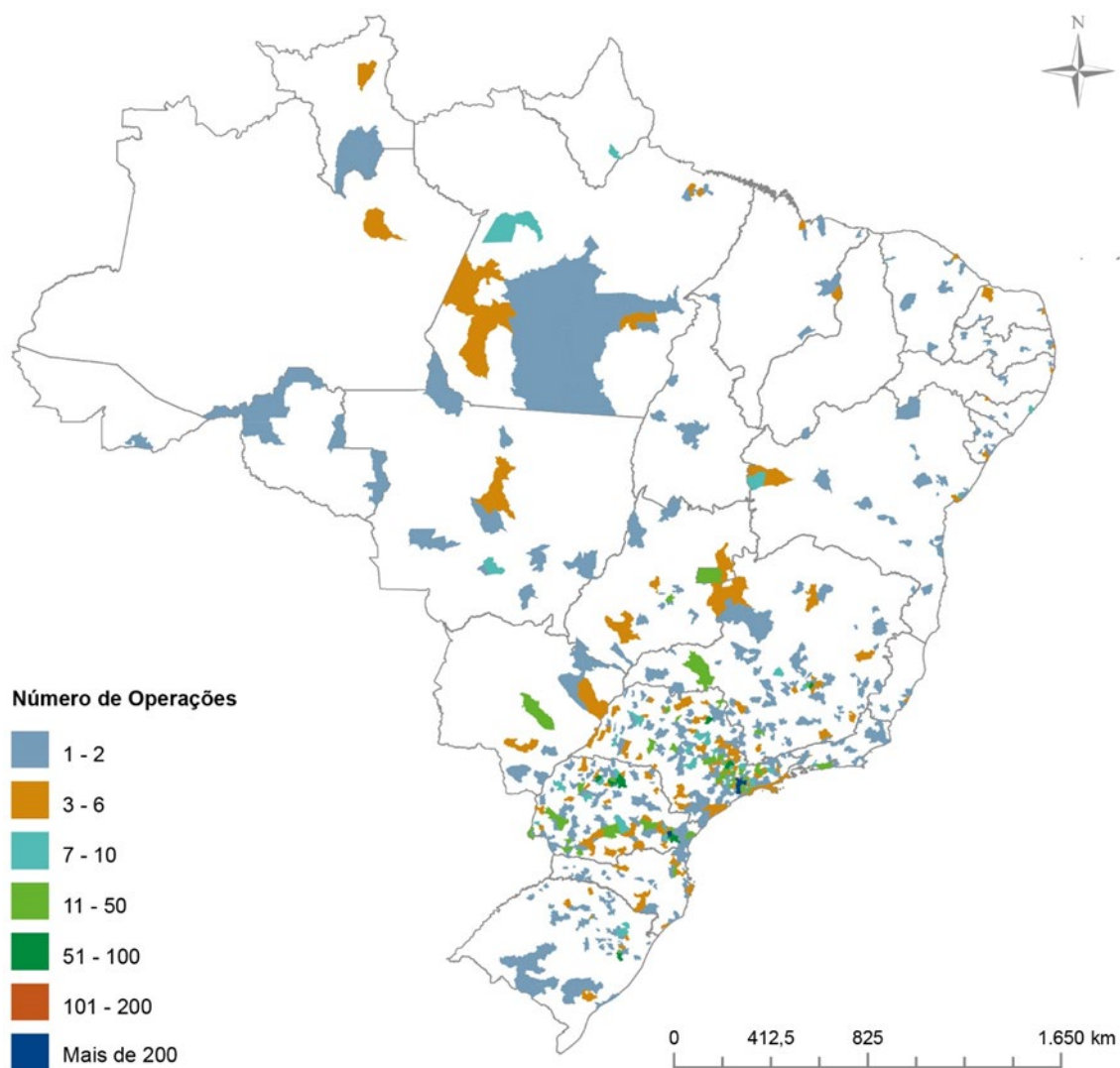
Fonte: Elaboração própria.

5.2 FGI TRADICIONAL

Findo o exercício, o FGI Tradicional registrava um histórico de R\$ 9,5 bilhões em financiamentos garantidos, totalizando 43.112 operações desde sua constituição em 2009, com 34.432 beneficiárias distintas. Em 2019, esses dados eram de, respectivamente, R\$ 8,1 bilhões, 38.678 operações e 30.459 beneficiárias.

A garantia do FGI Tradicional se fez presente em todos os estados brasileiros. A Figura 2 exibe a distribuição por município das operações garantidas pelo FGI Tradicional no decorrer no ano.

FIGURA 2 – MAPA DAS OPERAÇÕES CONTRATADAS COM GARANTIA POR MUNICÍPIO BRASILEIRO EM 2020 – FGI TRADICIONAL



GeoBNDES

Fonte: Elaboração própria.

Vale ressaltar que mesmo diante da “concorrência” temporária do FGI Peac no segundo semestre do ano, a modalidade perene de garantia do BNDES FGI, prestada por meio do FGI Tradicional, permaneceu em forte ritmo de crescimento, expandindo no ano 172,5% em relação ao volume observado em 2019. Com isso, apoiou R\$ 1,4 bilhão em financiamentos, em mais de 4 mil operações.

Cabe destaque principalmente para as operações com finalidade de investimento contratadas no produto FGI Crédito Livre, que cresceram 812,8% no ano, perfazendo um total de R\$ 368,8 milhões em 1.263 operações.

Por meio das tabelas e gráficos a seguir, apresenta-se o perfil das garantias prestadas pelo FGI Tradicional, comparando-se os fluxos dos anos de 2019 e 2020, discriminados por diversas variáveis de análise.⁶

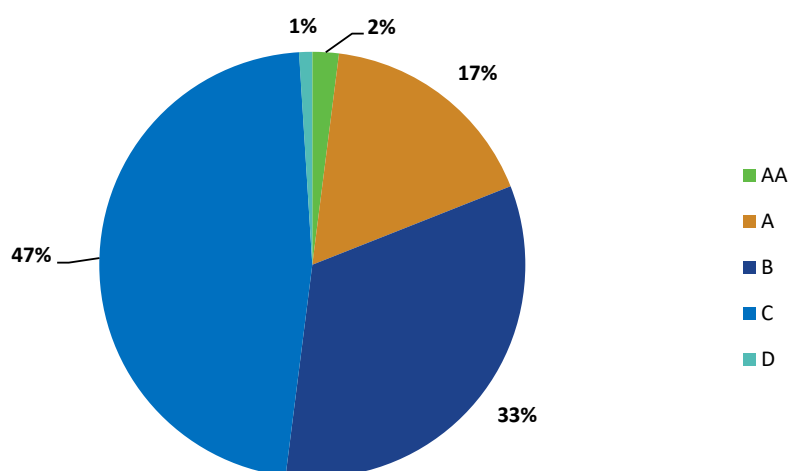
TABELA 18 – OPERAÇÕES POR CLASSIFICAÇÃO DE RISCO – FGI TRADICIONAL

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO*	FINANCIADO (R\$ MIL)			GARANTIDO (R\$ MIL)			Nº OPERAÇÕES		
	2019	2020	VARIAÇÃO (%)	2019	2020	VARIAÇÃO (%)	2019	2020	VARIAÇÃO (%)
AA	46.618	118.296	153,8%	29.143	56.000	92,2%	35	86	145,7%
A	108.975	329.236	202,1%	76.377	217.059	184,2%	256	746	191,4%
B	204.976	443.511	116,4%	138.964	304.854	119,4%	590	1487	152,0%
C	249.047	490.245	96,8%	173.261	364.842	110,6%	656	2.066	214,9%
D	51.296	21.605	-57,9%	39.749	15.678	-60,6%	90	49	-45,6%
TOTAL	660.912	1.402.892	112,3%	457.494	958.433	109,5%	1.627	4.434	172,5%

Fonte: Elaboração própria.

* Segundo as normas do BNDES FGI, as classificações de risco das operações devem ser atribuídas pelos agentes financeiros de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional 2.682, de 21 de dezembro de 1999. A classificação é informada pelo agente financeiro ao Administrador no momento do pedido de outorga de garantia e deve se basear no risco de crédito assumido pelo fundo, ou seja, desconsiderando a existência da garantia do BNDES FGI.

GRÁFICO 7 – PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS EM 2020, POR CLASSIFICAÇÃO DE RISCO – FGI TRADICIONAL



Fonte: Elaboração própria

⁶ Cumpre esclarecer que a metodologia utilizada para apuração do desempenho nas contratações da garantia do BNDES FGI toma por base o fluxo líquido de operações em comparações ano a ano. Isso significa que operações contratadas em um determinado ano X, porém canceladas no ano seguinte, X+1, deduzem a quantidade total de operações contratadas no ano X+1.

TABELA 19 – OPERAÇÕES POR PORTE DA BENEFICIÁRIA – FGI TRADICIONAL

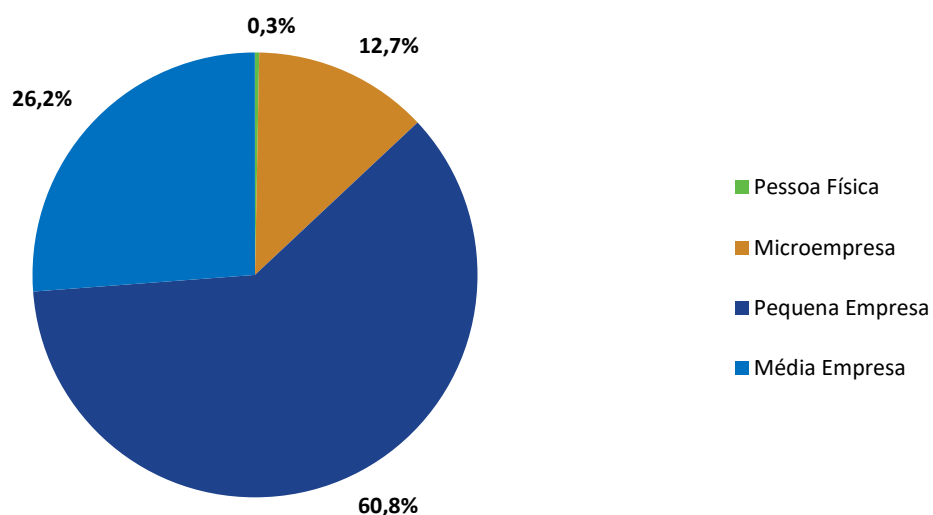
PORTE DA BENEFICIÁRIA*	FINANCIADO (R\$ MIL)			GARANTIDO (R\$ MIL)			Nº OPERAÇÕES		
	2019	2020	VARIACÃO (%)	2019	2020	VARIACÃO (%)	2019	2020	VARIACÃO (%)
Pessoa física**	407	4.930	1111,4%	227	2.703	1090,6%	2	13	550,0%
Microempresa	47.425	26.526	-44,1%	34.717	13.851	-60,1%	371	563	51,8%
Pequena empresa	229.386	401.031	74,8%	159.479	309.326	94,0%	798	2.696	237,8%
Média empresa	383.694	970.406	152,9%	263.070	632.554	140,5%	456	1.162	154,8%
TOTAL	660.912	1.402.892	112,3%	457.494	958.433	109,5%	1.627	4.434	172,5%

Fonte: Elaboração própria.

* De acordo com o critério estabelecido nos Regulamentos de Operações do BNDES FGI.

** A única categoria de pessoa física admitida como beneficiária do BNDES FGI é a de transportador autônomo de carga, exclusivamente em operações de aquisição de equipamentos rodoviários de carga.

GRÁFICO 8 – PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS EM 2020, POR PORTE DA BENEFICIÁRIA – FGI TRADICIONAL



Fonte: Elaboração própria

TABELA 20 – OPERAÇÕES POR AGENTE FINANCEIRO – FGI TRADICIONAL

AGENTE FINANCEIRO	FINANCIADO (R\$ MIL)			GARANTIDO (R\$ MIL)			Nº OPERAÇÕES		
	2019	2020	VARIAÇÃO (%)	2019	2020	VARIAÇÃO (%)	2019	2020	VARIAÇÃO (%)
Desenvolve SP	101.705	519.005	410,3%	67.211	398.670	493,2%	530	1.925	263,2%
Volvo	137.884	328.499	138,2%	94.790	196.890	107,7%	246	621	152,4%
BDMG	106.905	168.108	57,2%	62.177	82.366	32,5%	84	152	81,0%
AF Paraná	20.257	121.997	502,2%	15.959	97.461	510,7%	183	1.160	533,9%
Daycoval	198.091	115.172	-41,9%	151.974	88.888	-41,5%	426	349	-18,1%
BRDE	27.938	66.660	138,6%	16.093	36.809	128,7%	24	125	420,8%
CEF	53.842	55.968	3,9%	43.074	44.775	3,9%	111	79	-28,8%
Badesul	11.183	26.576	137,6%	4.016	13.878	245,6%	19	23	21,1%
Outros	3.107	909	-70,8%	2.200	(1.303)*	-159,2%	4	- *	-100%
TOTAL	660.912	1.402.892	112,3%	457.494	958.433	109,5%	1.627	4.434	172,5%

Fonte: Elaboração própria.

* Números negativos (ou zeros) ocorrem em razão de os cancelamentos terem superado (ou igualado) as contratações no período.

TABELA 21 – OPERAÇÕES POR PERCENTUAL GARANTIDO – FGI TRADICIONAL

PERCENTUAL GARANTIDO	FINANCIADO (R\$ MIL)			GARANTIDO (R\$ MIL)			Nº OPERAÇÕES		
	2019	2020	VARIAÇÃO (%)	2019	2020	VARIAÇÃO (%)	2019	2020	VARIAÇÃO (%)
10	718	19.392	2600,9%	72	1.939	2593,4%	1	3	200,0%
20	24.718	75.089	203,8%	4.944	15.018	203,8%	37	82	121,6%
30	22.366	62.622	180,0%	6.710	18.787	180,0%	27	114	322,2%
40	36.161	54.870	51,7%	14.464	21.948	51,7%	19	54	184,2%
50	78.262	142.965	82,7%	39.131	71.483	82,7%	92	208	126,1%
60	28.164	32.100	14,0%	16.899	19.260	14,0%	23	36	56,5%
70	11.440	26.845	134,7%	8.008	18.792	134,7%	7	31	342,9%
80	459.083	989.009	115,4%	367.266	791.207	115,4%	1.421	3.906	174,9%
TOTAL	660.912	1.402.892	112,3%	457.494	958.433	109,5%	1.627	4.434	172,5%

Fonte: Elaboração própria.

TABELA 22 – OPERAÇÕES POR PROGRAMA/LINHA – FGI TRADICIONAL

PROGRAMA / LINHA	FINANCIADO (R\$ MIL)			GARANTIDO (R\$ MIL)			Nº OPERAÇÕES		
	2019	2020	VARIÇÃO (%)	2019	2020	VARIÇÃO (%)	2019	2020	VARIÇÃO (%)
BNDES Ônibus/Caminhão	160.301	316.883	97,7%	108.893	189.628	74,1%	287	607	111,5%
BNDES Crédito Pequenas Empresas	70.016	325.571	365%	55.640	251.049	351,2%	614	1.861	203,1%
BNDES BK Aquisição	36.290	62.924	73,4%	24.463	43.084	76,1%	64	98	53,1%
BNDES Fundo Clima – Máquinas e Equipamentos	32.118	-23.464*	-173,1%	15.917	-13.015*	-181,8%	7	-7*	-200,0%
BNDES Giro**	12.647	-	-100%	9.129	-	-100,0%	46	-	-100,0%
BNDES MPME Investimento	12.436	10.676	-14,2%	5.953	6.624	11,3%	13	5	-61,5%
BNDES MPME Inovadora Giro	8.632	-2.092*	-124,2%	6.906	-1.673*	-124,2%	10	-2	-120,0%
BNDES BK Energia Renovável**	2.264	-	-100%	1.611	-	-100,0%	4	-	-100,0%
BNDES Materiais Industrializados	-	18.999	N/A	-	15.199	N/A	-	10	N/A
BNDES Pro CDD	-	4.422	N/A	-	3.422	N/A	-	39	N/A
BNDES MPME Inovadora Investimento	-162*	-65 *	-59,7%	(129)*	-52 *	-59,5%	3	1	-66,7%
Operações de Repasse BNDES	334.541	713.853	113,4%	228.383	494.265	116,4%	1.048	2.612	149,2%
Finep Inovacred	43.776	34.096	-22,1%	24.031	16.690	-30,5%	28	19	-32,1%
Investimento (Crédito Livre)	40.406	368.814	812,8%	24.027	275.178	1045,3%	81	1.263	1459,3%
Giro (Crédito Livre)	239.379	269.702	12,7%	178.805	164.997	-7,7%	468	527	12,6%
Fungetur	2.809	16.427	484,8%	2.248	7.303	224,9%	2	13	550,0%
Operações FGI Crédito Livre	326.371	689.039	111,1%	229.110	464.168	102,6%	579	1.822	214,7%
TOTAL	660.912	1.402.892	112,3%	457.494	958.433	109,5%	1.627	4.434	172,5%

Fonte: Elaboração própria.

* Números negativos podem ocorrer em razão de os cancelamentos terem superado as contratações no período.

** Programas que tiveram vigência expirada ou o protocolo de novas operações suspenso.

TABELA 23 – OPERAÇÕES POR PRAZO – FGI TRADICIONAL

PRAZO (EM MESES)	FINANCIADO (R\$ MIL)			GARANTIDO (R\$ MIL)			Nº OPERAÇÕES		
	2019	2020	VARIAÇÃO (%)	2019	2020	VARIAÇÃO (%)	2019	2020	VARIAÇÃO (%)
0-24	109.975	94.530	-14,0%	84.717	53.229	-37,2%	164	152	-7,3%
25-36	79.696	224.839	182,1%	62.159	169.390	172,5%	564	735	30,3%
37-48	117.720	99.649	-15,4%	87.164	60.424	-30,7%	328	572	74,4%
49-60	164.217	852.811	419,3%	114.858	603.572	425,5%	404	2.786	589,6%
61-72	54.034	53.627	-0,8%	36.890	35.404	-4,0%	93	139	49,5%
73-84	9.555	2.649	-72,3%	5.432	1.267	-76,7%	12	10	-16,7%
85-96	22.331	161.900	625,0%	13.535	82.169	507,1%	8	90	1025,0%
97-108	35.728	(130.350)*	-464,8%	20.951	66.066)*	-415,3%	26	(72)*	-376,9%
109-120	22.277	69.360	211,4%	11.268	32.752	190,7%	16	26	62,5%
Maior que 120	45.379	(26.124)*	-157,6%	20.521	(13.709)*	-166,8%	12	(4)*	-133,3%
TOTAL	660.912	1.402.892	112,3%	457.494	958.433	109,5%	1.627	4.434	172,5%

Fonte: Elaboração própria.

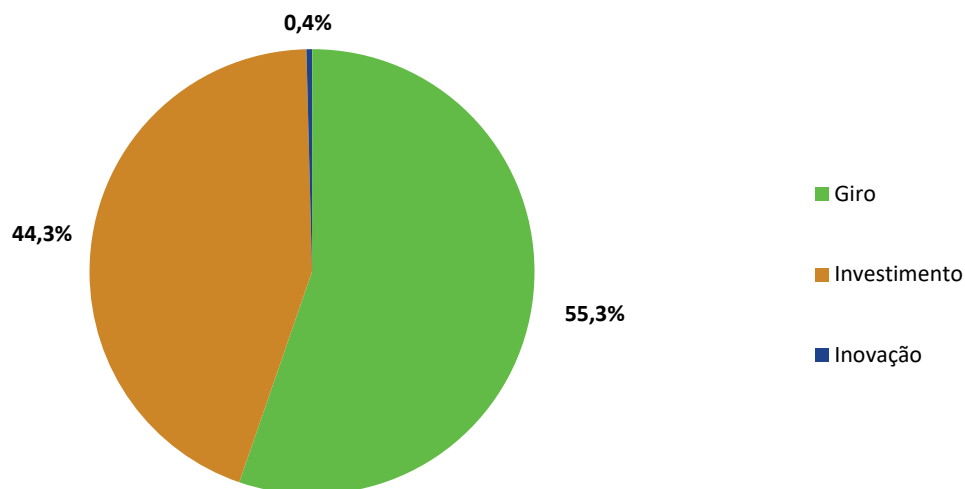
* Números negativos podem ocorrer em razão de os cancelamentos terem superado as contratações no período.

TABELA 24 – OPERAÇÕES POR FINALIDADE – FGI TRADICIONAL

FINALIDADE	FINANCIADO (R\$ MIL)			GARANTIDO (R\$ MIL)			Nº OPERAÇÕES		
	2019	2020	VARIAÇÃO (%)	2019	2020	VARIAÇÃO (%)	2019	2020	VARIAÇÃO (%)
Giro	322.042	603.585	87,4%	243.575	421.659	73,1%	1.128	2.451	117,3%
Investimento	286.624	766.601	167,5%	183.112	521.426	184,8%	458	1.965	329,0%
Inovação	52.246	32.706	-37,4%	30.807	15.348	-50,2%	41	18	-56,1%
TOTAL	660.912	1.402.892	112,3%	457.494	958.433	109,5%	1.627	4.434	172,5%

Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 9 – PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS EM 2020, POR FINALIDADE – FGI TRADICIONAL



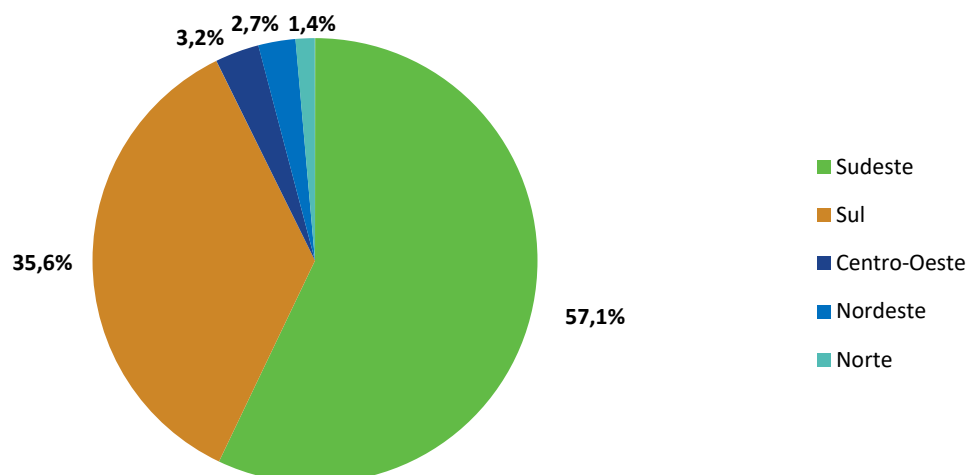
Fonte: Elaboração própria

TABELA 25 – OPERAÇÕES POR REGIÃO – FGI TRADICIONAL

REGIÃO	FINANCIADO (R\$ MIL)			GARANTIDO (R\$ MIL)			Nº OPERAÇÕES		
	2019	2020	VARIAÇÃO (%)	2019	2020	VARIAÇÃO (%)	2019	2020	VARIAÇÃO (%)
Sudeste	381.217	889.232	133%	258.437	619.407	140%	966	2530	162%
Sul	157.097	360.395	129%	108.246	238.942	121%	411	1578	284%
Centro-Oeste	50.627	64.210	27%	36.882	41.843	13%	123	143	16%
Nordeste	57.213	61.030	7%	42.652	40.211	-6%	91	121	33%
Norte	14.758	28.025	90%	11.276	18.030	60%	36	62	72%
TOTAL	660.912	1.402.892	112,3%	457.494	958.433	109,5%	1.627	4.434	172,5%

Fonte: Elaboração própria

GRÁFICO 10 – PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS EM 2020, POR REGIÃO – FGI TRADICIONAL



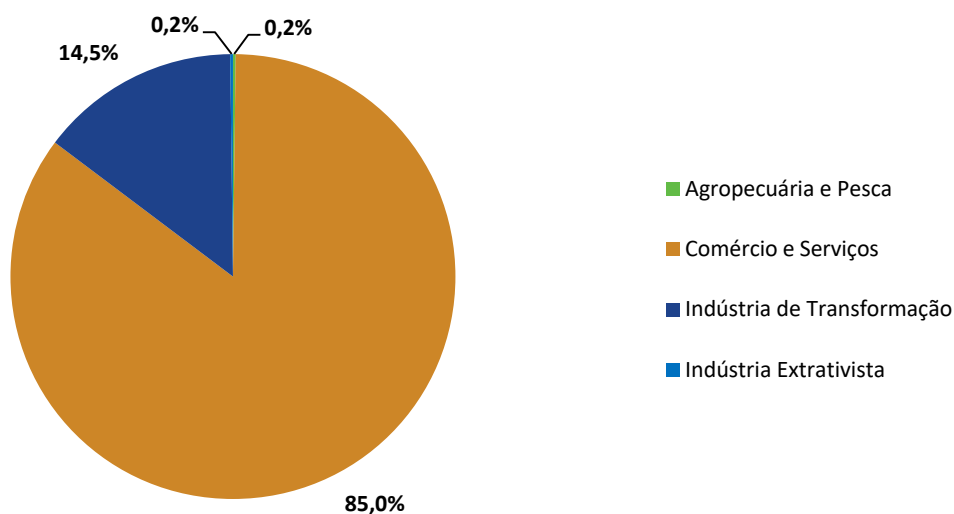
Fonte: Elaboração própria

TABELA 26 – OPERAÇÕES POR SETOR – FGI TRADICIONAL

SETOR	FINANCIADO (R\$ MIL)			GARANTIDO (R\$ MIL)			Nº OPERAÇÕES		
	2019	2020	VARIAÇÃO (%)	2019	2020	VARIAÇÃO (%)	2019	2020	VARIAÇÃO (%)
Agropecuária e pesca	1.620	4.338	168%	1.296	2.720	110%	5	10	100%
Comércio e serviços	478.318	1.074.414	125%	339.168	748.662	121%	1308	3771	188%
Indústria de transformação	180.336	318.188	76%	116.664	203.280	74%	312	643	106%
Indústria extrativa	638	5.952	833%	365	3.771	932%	2	10	400%
TOTAL	660.912	1.402.892	112,3%	457.494	958.433	109,5%	1.627	4.434	172,5%

Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 11 – PERCENTUAL DA QUANTIDADE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS EM 2020, POR SETOR – FGI TRADICIONAL



Fonte: Elaboração própria

5.3 LIMITES OPERACIONAIS DE CONTRATAÇÃO

Os normativos de ambos os patrimônios do BNDES FGI (Tradicional e Peac) estipulam determinados limites para a outorga de garantias, funcionando assim como mecanismos de gestão de riscos e de incentivo à diversificação de suas carteiras de garantias. O controle desses limites foi automatizado pelo Administrador do BNDES FGI, proporcionando segurança ao processo de contratação. As características e os dados atualizados a respeito de cada um desses limites estão a seguir detalhados.

5.3.1 Limite de alavancagem global do fundo

FGI Tradicional

Para a carteira total do FGI Tradicional, existe um limite máximo de alavancagem equivalente a 12 vezes seu PL, formado por cotas de classe “A” e “B”. Em 31 de dezembro de 2020, o PL do FGI Tradicional era de R\$ 1,3 bilhão, o que resultava em um limite global de R\$ 15,4 bilhões. Findo o exercício de 2020, o valor comprometido com garantias ativas somava R\$ 3,1 bilhões, o que representava uma alavancagem de 2,4 vezes em relação ao PL.

FGI Peac

A alavancagem do FGI Peac foi definida de modo que o valor máximo de cobertura de inadimplência na prestação de garantias fosse limitado ao valor integralizado em cotas classe “C”, sendo considerada no momento da outorga de novas garantias no programa.

O valor máximo de cobertura de inadimplência e sua metodologia de apuração foram definidos na Portaria 14.557, de 18 de junho de 2020, expedida pela área do Ministério da Economia responsável por supervisionar a política de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços, conforme § 8º do artigo 5º da Lei 14.042/2020.

Segundo disposto na referida portaria, a cobertura máxima de inadimplência considerava pesos distintos para as operações em função do porte do tomador de crédito, havendo uma cobertura relativamente maior para aquelas realizadas com entidades de menor porte, de modo a incentivar operações com o segmento.

Tendo apoiado R\$ 92,1 bilhões em créditos, a alavancagem do FGI Peac encerrou o exercício de 2020 a um múltiplo igual a 4,6 vezes o valor integralizado no fundo pela União Federal. Vale ressaltar que, em 31 de dezembro de 2020, a alavancagem atingiu 99,58% do limite máximo global admitido pelo regulamento de operações, demonstrando excelente aproveitamento dos recursos públicos destinados ao programa.

5.3.2 Limites por tomador/operação

FGI Tradicional

No FGI Tradicional, existe um limite máximo por tomador de R\$ 10 milhões para a outorga de garantias, o qual é calculado por CNPJ ou, no caso específico do transportador rodoviário de carga autônomo, por CPF. O Administrador do BNDES FGI possui críticas de sistemas automatizadas para assegurar o cumprimento desse limite. Vale esclarecer que uma única operação com um dado tomador pode alcançar o montante de R\$ 10 milhões, visto que não há outro limite definido que tome por base o valor de operação.

FGI Peac

As garantias concedidas pelo FGI Peac possuíam um limite por tomador por agente financeiro de no máximo R\$ 10 milhões, considerando o somatório dos créditos. Havia também um limite mínimo de R\$ 5 mil para o valor do crédito em cada operação.

5.3.3 Limites por agente financeiro

Devido aos controles automatizados implantados pelo Administrador do BNDES FGI, todos os agentes financeiros habilitados, tanto no FGI Tradicional quanto no FGI Peac, mantiveram-se enquadrados durante o ano de 2020 em relação aos limites estabelecidos nos respectivos regulamentos de operações.

FGI Tradicional

Limite observado o patrimônio líquido do fundo

Determina que a exposição do FGI Tradicional a nenhum conglomerado financeiro pode superar, em valores garantidos, mais do que quatro vezes o PL do BNDES FGI, formado por cotas de classe “A” e “B”. Em 2020, não houve agente financeiro com contratações restritas por conta desse limite.

Limite observado o valor subscrito em cotas

Estabelece que um agente financeiro não pode contratar, em valores garantidos, no FGI Tradicional, mais do que duzentas vezes o valor por ele subscrito em cotas, ressalvando-se a reutilização de cotas no caso de extinção das garantias outorgadas ou a liquidação das operações de crédito, nos termos dos regulamentos de operações.

Em 2020, ocorreram dez eventos de integralização de cotas classe “B”, no valor total de R\$ 4,7 milhões, por seis agentes financeiros distintos que já eram operadores, com o objetivo de ampliar a margem de operação.

FGI Peac

No FGI Peac, o valor máximo de créditos apoiados de um mesmo agente financeiro foi definido conforme a Tabela 27:

TABELA 27 – LIMITES MÁXIMOS ADMITIDOS POR AGENTE FINANCEIRO – FGI PEAC

CARTEIRA PJ DO AGENTE FINANCEIRO (R\$ BILHÕES)*	VALOR MÁXIMO DOS CRÉDITOS NO FGI PEAC (R\$ BILHÕES)
Entre 0,05 e 0,1	0,1
Maior que 0,1 até 1	0,5
Maior que 1 até 10	2,5
Maior que 10 até 100	7,5
Acima de 100	12,5

Fonte: Regulamento do FGI PEAC

* O termo Carteira PJ está definido no regulamento de operações do FGI PEAC e representa o saldo da carteira de operações de crédito realizadas com pessoas jurídicas no Brasil na database de 31 de dezembro de 2019, de acordo com informações extraídas do sistema IFdata do Banco Central do Brasil

Instituições financeiras pertencentes a um mesmo conglomerado financeiro, bem como cooperativas de crédito integrantes de um mesmo sistema, mas habilitadas separadamente, tiveram limite definido com base no somatório de suas respectivas Carteiras PJ, sendo o limite resultante dividido proporcionalmente entre elas segundo o peso de suas Carteiras PJ.

De acordo com alteração aprovada em Assembleia Geral Extraordinária do FGI Peac em outubro de 2020, os agentes financeiros cujos créditos apoiados pelo programa haviam superado dois terços do montante disposto na tabela exibida acima tiveram seus limites automaticamente suplementados em valor equivalente a um terço do limite inicialmente estabelecido.

5.4 PERSPECTIVAS PARA A CONCESSÃO DE GARANTIAS EM 2021

No ano anterior, nesta mesma seção do relatório, defendemos que o advento de novos modelos de negócio e de tecnologias digitais têm contribuído para que muitos bancos passassem a explorar novos nichos, perseguindo MPMEs como clientes, e que, nesse contexto, a garantia do BNDES FGI continha grande valor.

Já se observava à época um movimento de maior interesse de agentes financeiros na garantia do BNDES FGI, em especial na modalidade de crédito livre. No entanto, com a ocorrência da crise em 2020 e a experiência altamente exitosa do FGI Peac, esse interesse saltou para outro patamar, refletindo-se em novos pedidos de habilitação ao FGI Tradicional cada vez mais frequentes.

Em paralelo, conforme mencionado na seção 2, o Administrador do BNDES FGI avançou com o projeto FGI 4.0, destinado ao reposicionamento estratégico e digitalização do FGI Tradicional, concluindo sua modelagem.

A combinação de um cenário de demanda por garantia extremamente favorável, aliado aos esforços constantes do Administrador no aprimoramento do produto, permite traçar prognósticos bastante promissores para o fundo não apenas para 2021, mas também para médio e longo prazos.

Em suma, a perspectiva da Administração para a concessão de garantias do FGI Tradicional para o exercício que se apresenta é positiva, sendo esperado incremento em relação ao que se observou em 2020.

6.

RECEITAS E DESPESAS DO BNDES FGI

6.1 RECEITAS

Apresenta-se nesta seção um breve detalhamento de algumas rubricas de receita do BNDES FGI, em complemento às informações presentes nas Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, disponibilizadas na seção 12.

Ressalte-se que dados sobre recuperações de crédito, que também constituem receitas do fundo, são exibidos na seção 9, mas sob a ótica de caixa.

6.1.1 Receita com encargos por concessão de garantias

A receita operacional proveniente da cobrança do ECG é auferida quando das liberações dos recursos dos financiamentos em operações contratadas com a garantia do fundo. A receita com ECG é recebida à vista pelo BNDES FGI, embora seja usualmente financiada ao tomador do crédito pelo agente financeiro. Mensalmente, é constituída a provisão de encargos não ganhos referente a essa receita, a fim de que seja reconhecida no resultado por competência.

A evolução da receita mensal do FGI Consolidado (Tradicional + Peac) com o ECG, está exposta na Tabela 28. Do total apresentado de R\$ 742,4 milhões, R\$ 54,1 milhões, corresponde ao Tradicional e R\$ 688,3 milhões ao Peac.

TABELA 28 – RECEITA COM ECG EM 2020

MÊS	FGI TRADICIONAL	FGI PEAC	BNDES FGI CONSOLIDADO
Janeiro	3.304	0	3.304
Fevereiro	2.384	0	2.384
Março	3.752	0	3.752
Abril	3.505	0	3.505
Maio	5.580	0	5.580
Junho	5.589	0	5.589
Julho	6.777	2.416	9.192
Agosto	6.142	317.099	323.241
Setembro	4.907	368.673	373.580
Outubro	3.096	136*	3.232
Novembro	5.463	29*	5.492
Dezembro	3.604	3*	3.608
TOTAL	54.104	688.356	742.460

Fonte: Elaboração própria.

* Refere-se a cobrança residual de ECG sobre liberações ocorridas anteriormente a 20.08.20, mas que foram objeto de retificações pelo agente financeiro após a data de protocolo da operação perante o Administrador do FGI PEAC.

Pode-se observar que a receita com ECG do FGI Peac, mesmo tendo sido objeto de cobrança por um curto período, representou a maior parte da receita operacional no consolidado do fundo, devido à dimensão tomada pelo programa.

A cobrança de ECG no FGI Peac foi prevista na Medida Provisória 975/2020. No entanto, o Congresso Nacional, ao apreciar seu conteúdo, decidiu por alterá-la, e dispensou a cobrança de comissão pecuniária nas operações do programa. Sendo assim, para todas as liberações de crédito no âmbito do Peac ocorridas a partir da data da publicação da lei de conversão (Lei 14.042/2020), ocorrida em 20 de agosto de 2020, não houve cobrança de ECG. É importante ressaltar também que, como a referida lei não dispôs sobre retroatividade de seus efeitos, a cobrança de encargo realizada durante a vigência da MP 975/2020 não enseja devolução aos tomadores.

6.1.2 Receitas financeiras e da carteira de títulos e valores mobiliários

Na seção 4, foi apresentado o desempenho da carteira de aplicações do BNDES FGI (Tradicional e Peac). Em complemento, o resultado financeiro de ambos os patrimônios e do consolidado do fundo é discriminado na Nota Explicativa 17 constante nas Demonstrações Financeiras do FGI, disponibilizadas na seção 12.

6.2 DESPESAS

As Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas do fundo, constantes na seção 12 deste relatório, apresentam as despesas do BNDES FGI em 2019 e 2020. Complementarmente, as subseções a seguir oferecem descrição adicional para alguns itens dessas despesas. Ressalte-se que as honras de garantia estão mais detalhadas na seção 8, sob a ótica de caixa.

Em conformidade com o que determina o estatuto do BNDES FGI, apresenta-se ainda nas Tabelas 29 e 30 a apuração do percentual das despesas semestrais dos últimos dois exercícios em relação ao PL médio de cada patrimônio (FGI Tradicional e FGI Peac) nos respectivos semestres (vale lembrar que o patrimônio do FGI Peac foi criado apenas no fim do primeiro semestre de 2020).

As despesas que são foco dessa análise são aquelas relacionadas a *overhead*, excluindo-se as que não se enquadram em tal categoria, quais sejam: a despesa referente à variação da provisão técnica de encargos não ganhos, as despesas ligadas a honras e impostos incidentes sobre receitas. Cabe ressaltar que as despesas aqui consideradas são apenas as despesas diretas, excluindo-se, portanto, para o caso do FGI Tradicional, as despesas administrativas arcadas pelo fundo exclusivo de renda fixa BB FGI FI RF, as quais são apresentadas na respectiva Demonstração do Resultado do Exercício sob a rubrica “Outras” (em despesas operacionais).

TABELA 29 – DESPESAS DE OVERHEAD EM RELAÇÃO AO PL MÉDIO SEMESTRAL – FGI TRADICIONAL

ITEM	1S/19	2S/19	1S/20	2S/20
Despesas de overhead (A)	6.597	6.928	7.147	7.388
PL médio (B)	1.127.414	1.187.9266	1.228.009	1.254.290
(A)/(B)	0,59%	0,58%	0,58%	0,59%

Fonte: Elaboração própria.

TABELA 30 – DESPESAS DE OVERHEAD EM RELAÇÃO AO PL MÉDIO SEMESTRAL – FGI PEAC

ITEM	1S/19	2S/19	1S/20	2S/20
Despesas de overhead (A)	0,00	0,00	0,00	72.780
PL médio (B)	0,00	0,00	5.001.798	14.646.586
(A)/(B)	0,00	0,00	0,00%	0,50%

Fonte: Elaboração própria.

6.2.1 Despesas com fornecedores

As contratações de todos os serviços externos foram realizadas de acordo com o estatuto do BNDES FGI e decisões de Assembleia Geral de Cotistas. Cumpre informar que o Administrador realiza procedimentos concorrenciais antes da contratação de prestadores de serviços. Esses serviços abrangem atualmente auditoria, consultoria atuarial, assessoria para o desenvolvimento de modelos estatísticos de avaliação de risco de crédito e fornecimento de bases de dados, bem como a gestão terceirizada do fundo exclusivo de renda fixa. Estão detalhados a seguir esses contratos.

Auditoria

O contrato firmado com a KPMG Auditores Independentes considerou a prestação de serviços de auditoria independente e emissão de parecer para o exercício de 2020. Não houve necessidade de nova licitação, nem tampouco de aditamento contratual para abranger o novo patrimônio segregado referente ao FGI Peac. O exame das demonstrações financeiras pela KPMG ocorreu de forma consolidada, porém com a abertura das rubricas contábeis em notas explicativas por patrimônio segregado (FGI Tradicional e FGI Peac).

As despesas apropriadas no FGI contabilmente, ao longo do ano, perfizeram R\$ 91 mil (R\$ 103 mil em 2019).

Consultoria atuarial

O contrato OCS 258/2019 foi firmado no ano de 2019 com a Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. e tem como objeto a prestação continuada de serviços de consultoria atuarial para identificação e mensuração das provisões técnicas do BNDES FGI. O contrato tem prazo de 12 meses, prorrogável por iguais períodos, até o total de 60 meses. As despesas atribuídas a esse contrato, apropriadas contabilmente, no FGI, no decorrer do exercício de 2020, somaram de forma consolidada R\$ 188 mil, sendo R\$ 165 mil referente ao FGI Tradicional (R\$ 194 mil em 2019) e R\$ 23 mil referente ao FGI Peac (nula em 2019).

Assessoria e base de dados para modelo de risco de crédito

Em 2018, foi firmado contrato com duração de cinco anos com a Serasa para a prestação de serviços destinados ao desenvolvimento de modelos estatísticos de avaliação de risco de crédito (*credit score*) e fornecimento de bases de dados, conforme especificações constantes do Termo de Referência (edital do Pregão Eletrônico AARH 2/2018 – BNDES). As despesas atribuídas a esse contrato são exclusivas do FGI Tradicional, visto que não há serviço prestado ao FGI Peac. Foram apropriadas contabilmente no decorrer do exercício de 2020 um total de R\$ 56 mil (R\$ 60 mil em 2019).

Gestão do fundo exclusivo de renda fixa

Como detalhado na seção 4.2, o FGI Tradicional possui aplicações em um fundo exclusivo de renda fixa, o BB FGI FI RF, gerido pela BB DTVM. Pelo serviço prestado, essa empresa cobra uma taxa que incide diariamente sobre o PL do BB FGI FI RF. Em 2020, essa taxa se manteve em 0,07% ao ano (a.a.), e o montante apropriado pela BB DTVM, a título de remuneração por seus serviços, foi de R\$ 777 mil (R\$ 729 mil em 2019). Essa quantia é descontada diretamente do PL do BB FGI FI RF, resultando na menor valorização de suas cotas.

6.2.2 Despesas com tributos

Em 1º de janeiro de 2015, com a entrada em vigor do benefício fiscal previsto no parágrafo único do artigo 97 da Lei 13.043/2014, as alíquotas de PIS-Pasep e Cofins sobre as receitas dos fundos garantidores regidos pela Lei 12.087/2009 foram reduzidas a zero.

Sendo assim, as despesas tributárias ainda registradas pelo FGI Tradicional estão relacionadas à apropriação por competência dos citados tributos referentes a operações contratadas anteriormente a essa lei. O regime de competência exige a apropriação da receita com o ECG proporcionalmente ao prazo dos contratos de financiamento com garantia do fundo.

6.2.3 Despesas com a remuneração do Administrador

O estatuto do BNDES FGI designa o BNDES como seu administrador e fixa as taxas relativas à remuneração dessa atividade para cada um dos patrimônios segregados.

FGI Tradicional

No FGI Tradicional, existe previsão estatutária para a cobrança da taxa de administração de recursos e para a taxa de gestão das garantias.

A taxa de administração de recursos incide mensalmente sobre os recursos do FGI Tradicional aplicados em ativos de renda fixa e de renda variável. A alíquota é de 0,15% a.a. Vale destacar que, no caso da carteira de renda fixa, da taxa de administração devida pelo fundo ao Administrador, se deduz o montante cobrado pela BB DTVM pelo serviço de gestão da carteira a ela designado e debitado diretamente do patrimônio do fundo exclusivo de renda fixa, BB FGI FI RF (ver seção 6.2.1 para mais detalhes).

A taxa de gestão das garantias incide mensalmente sobre o valor médio dos ativos do FGI Tradicional, no percentual de 1% a.a. Seu objetivo é remunerar o Administrador pelo desempenho de suas funções na administração da atividade de garantias do fundo.

Na Tabela 31, são detalhados os valores mensais auferidos em 2020 para o FGI Tradicional.

TABELA 31 – REMUNERAÇÃO MENSAL DO ADMINISTRADOR EM 2020 (R\$) – FGI TRADICIONAL

MÊS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS	TAXA DE GESTÃO DAS GARANTIAS	TOTAL
Janeiro	92.825,02	1.068.976,44	1.161.801,46
Fevereiro	95.196,38	1.006.948,75	1.102.145,13
Março	95.233,26	1.083.936,90	1.179.170,16
Abril	93.896,53	1.052.396,95	1.146.293,48
Maio	100.914,02	1.092.561,60	1.193.475,62
Junho	85.626,30	1.069.428,07	1.155.054,37
Julho	93.774,89	1.118.448,59	1.212.223,48
Agosto	101.284,27	1.130.979,35	1.232.263,62
Setembro	96.299,43	1.098.244,98	1.194.544,41
Outubro	102.036,80	1.130.291,57	1.232.328,37
Novembro	98.993,84	1.090.537,41	1.189.531,25
Dezembro	97.182,94	1.127.569,71	1.224.752,65
TOTAL	1.153.263,68	13.070.320,32	14.223.584,00

Fonte: Elaboração própria.

FGI Peac

O Administrador, pela administração dos recursos e gestão das garantias outorgadas do FGI Peac, é remunerado em 1% a.a., incidente sobre o valor dos ativos do fundo vinculado ao programa emergencial. A Taxa de Administração e Gestão do FGI Peac é calculada e cobrada mensalmente, sobre o valor médio da base de cálculo, para pagamento no mês subsequente ao de referência, em consonância com a definição do artigo 2º da Portaria 14.557/2020, expedida pela área do Ministério da Economia responsável por supervisionar a política de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços, conforme §8º do artigo 5º da Lei 14.042/2020.

A Tabela 32 exibe os valores mensais apropriados em 2020 para o FGI Peac.

TABELA 32 – REMUNERAÇÃO MENSAL DO ADMINISTRADOR EM 2020 (R\$) – FGI PEAC

MÊS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS
Janeiro	0,00
Fevereiro	0,00
Março	0,00
Abril	0,00
Maio	0,00
Junho	0,00
Julho	5.168.097,29
Agosto	4.221.864,71
Setembro	12.108.455,35
Outubro	16.760.106,21
Novembro	16.906.341,88
Dezembro	17.482.619,32
TOTAL	72.647.484,76

Fonte: Elaboração própria.

7.

DEMANDAS JUDICIAIS

Ao longo do exercício, o BNDES FGI constou como parte em três processos envolvendo demandas de tomadores de crédito perante os agentes financeiros que contrataram a garantia do fundo. Um desses, voltado à produção antecipada de provas, foi arquivado em janeiro de 2020. Os demais estão sendo acompanhados pelo Administrador e seguem sem sentença.

Ademais, conforme relatado nas prestações de contas de anos anteriores, o BNDES e o FGI, em litisconsórcio ativo, propuseram, em 21 de julho de 2010, demanda para obter tutela jurisdicional que declarasse a inexistência de relação jurídica tributária com o município do Rio de Janeiro, uma vez que as atividades de concessão de garantia desempenhadas pelo BNDES FGI não seriam passíveis de incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). O processo transitou em julgado em favor do BNDES. Em 31 de dezembro de 2020, aguardava-se a remessa dos autos à origem e intimação do BNDES para levantamento dos valores depositados em juízo ao longo do feito. Processo findo com êxito para o BNDES.

8.

HONRAS

FGI Tradicional

Em 2020, no FGI Tradicional, foram realizados 345 pagamentos de honra, em benefício de 9 agentes financeiros distintos, representando um montante de R\$ 40,1 milhões (valor histórico, sem considerar atualizações). Em 2019, foram realizados 660 pagamentos de honra, no valor de R\$ 74,1 milhões.

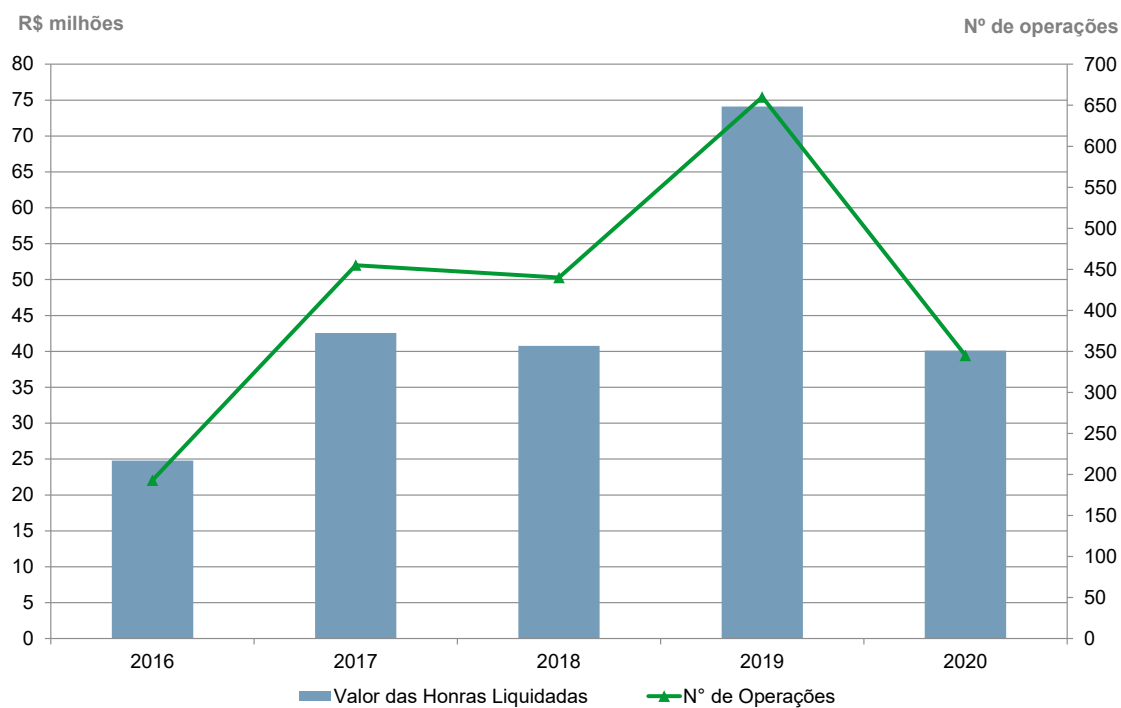
Refletindo os pagamentos realizados e as recuperações de crédito informadas na seção 9, o FGI Tradicional encerrou o ano de 2020 com o Índice de Cobertura de Inadimplência (ICI) global em 3,36%. Em 2019, esse índice era de 3,40%.

O ICI é calculado de acordo com o artigo 12 dos regulamentos do BNDES FGI, no qual é definido o mecanismo *stop-loss*, que limita em 7% a perda líquida máxima admitida a cada agente financeiro para efeito de pagamento de honra pelo fundo. Esse mecanismo tem por objetivo mitigar o risco da carteira de garantias e promover maior alinhamento de interesses com os agentes financeiros, preservando o patrimônio do FGI.

O Gráfico 12 apresenta a evolução dos pagamentos de honra nos cinco últimos exercícios, enquanto o Gráfico 13 apresenta a evolução do ICI global do FGI Tradicional no mesmo período.

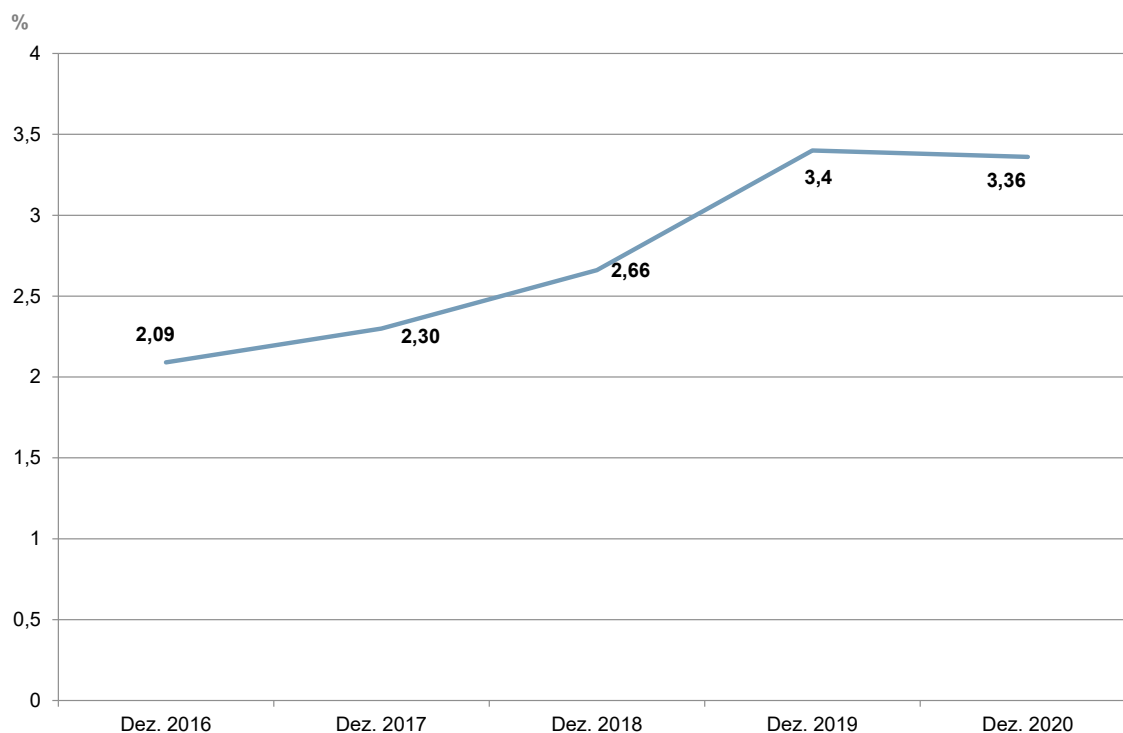
O FGI Tradicional obteve resultado operacional positivo de R\$ 10,7 milhões no ano de 2020, apresentando superávit operacional acumulado de R\$ 49,1 milhões desde sua constituição. Isso significa que as receitas apropriadas em regime de competência com ECG superaram as despesas com honras deduzidas das receitas com recuperações de crédito. Vale ressaltar ainda outro importante indicador da saúde financeira do FGI Tradicional, o qual consiste na razão entre honras, deduzidas de recuperações, sobre a receita apropriada com ECG. Desde a constituição do FGI Tradicional até a data-base do presente relatório, esse índice, calculado considerando valores contábeis nominais, é de 82,5%.

GRÁFICO 12 – EVOLUÇÃO DAS HONRAS LIQUIDADAS – FGI TRADICIONAL



Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 13 – EVOLUÇÃO DO ICI GLOBAL NO FECHAMENTO DE CADA EXERCÍCIO – FGI TRADICIONAL



Fonte: Elaboração própria.

FGI Peac

No FGI Peac, não havia sido realizado nenhum pagamento de honra até 31 de dezembro de 2020, visto que todas as operações no âmbito do programa possuem ao menos seis meses de carência de principal, conforme definição regulamentar.

9.

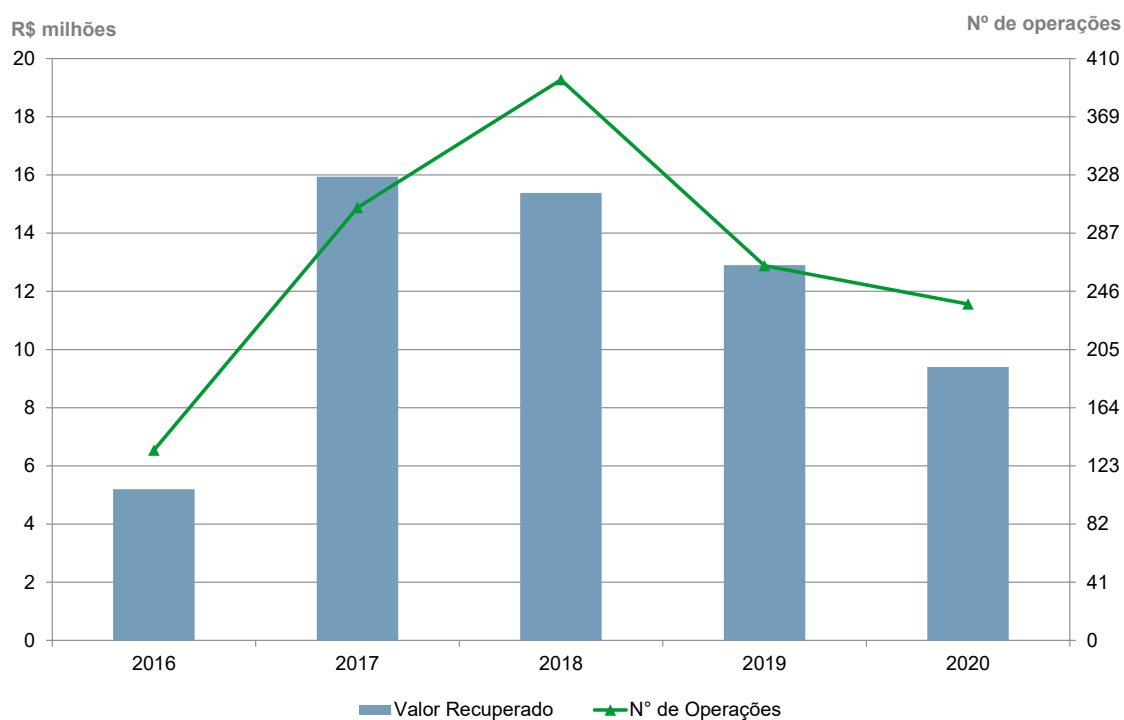
RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

FGI Tradicional

Em 2020, ocorreram recuperações de créditos para o FGI Tradicional referentes a 237 operações, realizadas por 12 agentes financeiros distintos, totalizando um valor nominal de R\$ 9,4 milhões. Esse montante representa o valor repassado pelos agentes financeiros ao fundo atualizado pela Selic e eventuais encargos adicionais da data da recuperação até a data do repasse. Em 2019, as recuperações se deveram a 264 operações, cujo valor recuperado somou R\$ 12,9 milhões.

O Gráfico 14 apresenta a evolução dos recursos recuperados nos cinco últimos exercícios.

GRÁFICO 14 – EVOLUÇÃO DAS RECUPERAÇÕES DE CRÉDITOS – FGI TRADICIONAL



Fonte: Elaboração própria.

FGI Peac

No FGI Peac, não havia eventos de recuperação de crédito até 31 de dezembro de 2020, visto que nenhuma operação havia sido honrada até essa data, conforme mencionado na seção 8.

10.**EVENTOS SUBSEQUENTES**

A presente seção relata eventos relevantes ocorridos entre a data-base do presente relatório e a data de 31 de março de 2021.

Habilitação de agentes financeiros

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2021, tivemos novas habilitações de agentes financeiros no FGI Tradicional. Os contratos foram firmados nas datas de 18 de janeiro de 2021 e 5 de fevereiro de 2021, respectivamente, pelos bancos Sofisa e BTG Pactual.

Reestruturação do Departamento de Produtos de Garantia

No mês de fevereiro de 2021, foi iniciada a reestruturação do Departamento de Produtos de Garantia (DEPOG), unidade responsável pela gestão do FGI no âmbito de seu Administrador, o BNDES.

A reestruturação envolve o reforço da equipe alocada à gestão do fundo, bem como a transferência do departamento, ocorrida em 5 de fevereiro de 2021, para a Área de Operações e Canais Digitais (ADIG), responsável pela gestão das operações indiretas automáticas do BNDES, Canal MPME, entre outras atribuições. A transferência do DEPOG para a ADIG busca aproveitar sinergias entre suas atividades, bem como equipes especializadas em determinadas funções de apoio existentes na ADIG, conferindo assim uma estrutura mais robusta à gestão do FGI.

A referida transferência e a manutenção de departamento dedicado à gestão do fundo não envolvido na atividade de concessão de financiamentos preservam a condição de segregação prevista no parágrafo único, artigo 17 do estatuto do FGI, abaixo transcrito:

Art. 17. [...] Parágrafo único - O Administrador segregará suas funções como Administrador do FGI de suas funções de financiador dos empréstimos e financiamentos garantidos pelo FGI, as quais serão realizadas por unidades distintas.

O entendimento se baseia na efetiva segregação das atividades entre unidades administrativas distintas, ou seja, departamentos com equipes de gestão apartadas, com atribuições específicas. Ademais, apesar de departamentos com funções de financiador estarem sob a mesma superintendência na ADIG, tais departamentos realizam a gestão, como supramencionado, de operações indiretas automáticas. Tais operações, embora elegíveis à contratação da garantia do FGI, são operações em que o risco de crédito do tomador é assumido pelo agente financeiro e cuja decisão de contratar compete única exclusivamente a este, juntamente com o próprio tomador, sem qualquer interferência do BNDES na decisão. Logo, inexistente conflito nas decisões tomadas no âmbito da superintendência da ADIG e seus departamentos no tocante ao FGI.

Medidas judiciais

Quatro demandas envolvendo o BNDES FGI como parte, em que há questionamento de tomadores de crédito perante os agentes financeiros sobre o encargo por concessão de garantia, surgiram no período. O Administrador vem tomando as providências necessárias para prestar as informações requisitadas pelo juízo e defender os interesses do fundo.

Novos normativos

Em 13 de janeiro de 2021, foi divulgado o Aviso AST 1/2021, que comunicou aos agentes financeiros sobre novo prazo para retificação de informações relativas a operações no âmbito do FGI Peac.

Em 12 de março de 2021, foi divulgado o Aviso Sup/ADIG 9/2021, que comunicou aos agentes financeiros a suspensão temporária da exigência de comprovações na contratação de operações de Crédito Livre com garantia do FGI Tradicional.

Em 24 de março de 2021, foi divulgada a Circular Sup/ADIG 8/2021, que comunicou aos agentes financeiros a atualização do Anexo II do Regulamento do FGI Peac.

11.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES BNDES FGI

KPMG Auditores Independentes
 Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
 20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
 Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
 Telefone +55 (21) 2207-9400
 kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Ao Administrador do
 Fundo Garantidor para Investimentos - FGI
 (Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)
 Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Fundo Garantidor para Investimentos - FGI ("FGI" ou "Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Fundo em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.



Responsabilidades do Administrador do Fundo pelas demonstrações financeiras consolidadas

O Administrador do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, o Administrador do Fundo é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que o Administrador pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Administrador do Fundo.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pelo Administrador do Fundo, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com o Administrador a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à Administradora declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 1º de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP-167720/O-1

12.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO BNDES FGI EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E NOTAS EXPLICATIVAS

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
CIRCULANTE		22.080.301	1.256.003
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.728.234	21.509
Aplicações financeiras	6	8.350.753	1.232.576
Créditos das operações de garantias		1.175	1.779
Encargos por concessão de garantia a receber	8	1.175	1.779
Outros créditos		139	139
Impostos a recuperar		138	138
Outros		1	1
NÃO CIRCULANTE		52.403	16.031
Realizável a longo prazo		52.403	16.031
Tributos diferidos	10	366	823
Depósitos judiciais	14	52.037	15.208
Total do Ativo		22.132.704	1.272.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI

(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO			
CIRCULANTE		3.058.957	72.688
Provisão para encargos não ganhos	13	767.532	59.344
Provisão de adequação técnica		2.267.654	7.940
Contas a pagar		23.771	5.404
Honras a pagar	9	4.954	4.124
Taxas de gestão e administração	12	18.707	1.167
Retenções tributárias		3	4
Outros		107	109
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	19.073.747	1.199.346
Capital social		20.573.330	568.485
Cotas A		530.308	539.942
Cotas B		43.022	28.543
Cotas C		20.000.000	-
Lucros/(Prejuízos) Acumulados		(1.499.583)	630.861
Total do Passivo		22.132.704	1.272.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI

(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2020	2019
OPERAÇÕES DE CONCESSÃO DE GARANTIAS			
Encargos por concessão de garantias - Emitidos líquidos		742.460	20.358
Varição da provisão de encargos de concessão de garantia	13	(708.189)	17.554
Encargos de concessão de garantia retidos		34.271	37.912
Honras de garantias prestadas		(40.703)	(70.065)
Recuperações		9.679	12.058
Provisão de adequação técnica		(2.259.714)	(7.940)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE CONCESSÃO DE GARANTIAS		(2.256.467)	(28.035)
OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Taxas de administração e gestão	12	(86.871)	(13.228)
Despesas tributárias	16	(458)	(671)
Despesa com auditoria		(91)	(103)
Despesa com consultoria			
Atuarial		(244)	(194)
Outras despesas administrativas		(1.271)	(986)
Resultado financeiro	17	214.958	135.661
RESULTADO DE OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		126.023	120.479
Lucro/(Prejuízo) do Exercício		(2.130.444)	92.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS
ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro/(Prejuízo) do exercício	(2.130.445)	92.444
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	(2.130.445)	92.444

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital	Lucros/ (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	564.635	538.417	1.103.052
Integralização de cotas por agentes financeiros	3.850	-	3.850
Lucro líquido do exercício	-	92.444	92.444
Saldo em 31 de dezembro de 2019	568.485	630.861	1.199.346
Integralização de cotas por agentes financeiros	20.004.845	-	20.004.845
Prejuízo líquido do exercício	-	(2.130.444)	(2.130.445)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	20.573.330	(1.499.583)	19.073.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI

(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	(2.130.444)	92.444
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades		
(Redução) na provisão para encargos não ganhos	708.188	(17.554)
(Redução) na provisão para contingências	-	-
Aumento na provisão de adequação técnica	2.259.714	7.940
Ajustes e rendimentos de aplicações financeiras	(94.708)	(129.209)
Variação de ativos e obrigações		
Redução de créditos das operações de garantias	604	4
(Aumento) de outros créditos a receber	(36.372)	(289)
(Redução)/Aumento de obrigações a pagar	18.367	(3.456)
Caixa líquido consumido pelas Atividades Operacionais	725.348	(50.120)
Fluxo das Atividades de Financiamento		
Aumento de capital - Cotas B e C	20.004.845	3.850
Caixa líquido gerado pelas Atividades de Financiamento	20.004.845	3.850
Fluxo das Atividades de Investimentos		
Resgate/(Aquisição) de aplicações financeiras	(7.023.468)	23.628
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas Atividades de Investimentos	(7.023.468)	23.628
(Redução) das disponibilidades	13.706.725	(22.642)
Modificação na posição financeira		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.509	44.151
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.728.234	21.509
(Redução) das disponibilidades	13.706.725	(22.642)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI (Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Garantidor para Investimentos - FGI ("FGI" ou "Fundo") foi constituído em 29 de junho de 2009 como um condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e natureza privada, sendo regido pelo seu Estatuto, pelos seus Regulamentos de Operações e pelas demais disposições que lhe forem aplicáveis.

O FGI é formado por dois patrimônios segregados, cada um com direitos e obrigações próprios, distinguidos fundamentalmente por sua finalidade, sendo:

I - o primeiro, de natureza permanente, denominado FGI Tradicional, formado por cotas de classes "A" e "B"; e

II - o segundo, de caráter extraordinário, vinculado ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito, conforme previsto na Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, denominado FGI PEAC e formado por cotas de "Classe C".

A União Federal é cotista do FGI, tendo integralizado "Cotas classe A" com títulos e valores mobiliários, em 11 de agosto de 2009, nos termos da Medida Provisória nº 464, de 9 de junho de 2009, posteriormente sancionada pela Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009. Em 28 de abril de 2016, a União transferiu a totalidade de suas cotas do FGI para a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, conforme deliberação da 4ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da ABGF. Contudo, conforme deliberação da 14ª AGE da ABGF, realizada no dia 05/12/2019, essas mesmas cotas retornaram à União, efetivando-se a transferência de retorno em 20/12/2019. Em 2020, a União integralizou "Cotas classe C" em 4 parcelas de R\$ 5 bilhões cada, nos termos da Medida Provisória nº 975, de 01 de junho de 2020, convertida na Lei 14.042 de 19 de agosto de 2020. Vide explicação mais detalhada abaixo no subtópico "FGI PEAC".

O BNDES também é cotista do FGI, tendo integralizado "Cotas classe A" em espécie no valor de R\$ 100.000 em 2010 para fomentar suas operações. Ademais, integralizou "Cotas classe B" em 2019 no valor de R\$ 3.000.

O FGI tem por finalidade garantir, direta ou indiretamente, o risco de financiamentos e empréstimos concedidos a micro, pequenas e médias empresas, microempreendedores individuais e a autônomos transportadores rodoviários de carga, estes últimos na aquisição de bens de capital inerentes à sua atividade.

O Programa Emergencial de Acesso a Crédito tem por finalidade garantir o risco de crédito em financiamentos e empréstimos concedidos a empresas de pequeno e médio porte, associações, fundações de direito privado e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, e ainda, as empresas nacionais e grupos econômicos estrangeiros que realizem atividade econômica no Brasil previstas na Portaria nº 20.809, de 14 de setembro de 2020, de grande porte, nas hipóteses do artigo 31 da Lei 14.042/2020, no âmbito das medidas voltadas a mitigar os impactos econômicos decorrentes do estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

A Administração do FGI está a cargo do BNDES, ao qual compete, como principais atribuições, conforme disposto no Estatuto do Fundo:

- Administrar e dispor dos ativos do FGI em conformidade com a política de investimentos;

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI (Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

- Instituir os Regulamentos de Operações do FGI;
- Providenciar a avaliação do patrimônio do FGI;
- A outorga das garantias do FGI;
- Representar o FGI, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;
- Zelar pelo equilíbrio entre os ativos e as garantias prestadas;
- Deliberar sobre a gestão e a alienação dos bens e dos direitos do FGI;
- Contratar terceiros para a prestação de serviços para o FGI;
- Submeter à Assembleia Geral de Cotistas eventuais Planos de Contratação de Serviços;
- Estabelecer os critérios a serem atendidos por prestadores de serviços de cobrança, de avaliação de risco ou de outra atividade de interesse do FGI;
- Convocar a Assembleia Geral de Cotistas; e
- Impugnar garantias, adiantamentos ou honras prestadas em desacordo com as normas do FGI.

FGI PEAC – Programa Emergencial de Acesso a Crédito

No dia 02 de junho de 2020, foi publicada a Medida Provisória Nº 975, que instituiu o Programa Emergencial de Acesso à Crédito (PEAC). Tal medida se inseriu no âmbito das ações que visavam mitigar os impactos econômicos negativos decorrentes das restrições sanitárias impostas pelo combate ao COVID-19. A Medida buscava facilitar o acesso ao crédito às pequenas e médias empresas, para que se financiassem a fim de manter o funcionamento regular de suas atividades. A facilitação de acesso ao crédito se dá pela prestação de garantias de crédito, com cobertura de inadimplência por agente financeiro conforme limites estabelecidos no estatuto do fundo.

Foi previsto o aporte da União no valor de até R\$ 20 bilhões no Fundo Garantidor para Investimentos – FGI para as operações no âmbito do FGI PEAC. Tal aporte foi concretizado em 4 transferências de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) no decorrer de 2020. A Medida Provisória previu ainda no seu artigo 2º, a constituição de patrimônio segregado, com direitos e obrigações próprios, para tais operações. Tal previsão gerou a exigência de segregação contábil e financeira entre as operações do FGI no âmbito do Programa Emergencial de Acesso à Crédito (FGI PEAC) e as originalmente realizadas pelo FGI, separadas no patrimônio denominado FGI Tradicional. A MP previu ainda a devolução para União dos recursos não utilizados ou comprometidos para garantia das operações.

A Medida Provisória Nº 975 foi convertida na Lei Nº 14.042, de 19 de agosto de 2020. Diferentemente da Medida Provisória, a Lei previu no seu artigo 6º que não haveria cobrança de comissão sobre as garantias prestadas. De forma que as liberações de crédito em operações realizadas até o dia 19 de agosto de 2020 contemplavam a cobrança de comissão enquanto as realizadas após a publicação no Diário Oficial da União, ocorrida em 20.08.2020, não teriam cobrança de comissão. Dentre as alterações promovidas na conversão em Lei, cumpre mencionar a ampliação do público-alvo e a dispensa da exigência de garantias pessoais e reais.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do FGI, segregadas entre FGI Tradicional e FGI PEAC, referentes ao exercício findo em 31/12/2020, são apresentadas de forma condensada na Nota 2.

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI (Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

2. PATRIMÔNIO SEGREGADO

Os quadros a seguir apresentam as demonstrações contábeis consolidadas, segregadas entre FGI Tradicional e FGI PEAC. As demonstrações são apresentadas de forma condensada e referem-se ao exercício findo em 31/12/2020.

a) Balanço Patrimonial

	Tradicional	PEAC	Total
ATIVO			
CIRCULANTE	1.352.186	20.728.115	22.080.301
Disponibilidades	155.176	13.573.058	13.728.234
Aplicações financeiras	1.195.696	7.155.057	8.350.753
Créditos das operações de garantias	1.175	-	1.175
Outros créditos	139	-	139
NÃO CIRCULANTE	17.988	34.415	52.403
Realizável a longo prazo	17.988	34.415	52.403
Tributos diferidos	366	-	366
Depósitos judiciais	17.622	34.415	52.037
Total do Ativo	1.370.174	20.762.530	22.132.704

	Tradicional	PEAC	Total
PASSIVO			
CIRCULANTE	85.884	2.973.073	3.058.957
Provisão para encargos não ganhos	79.618	687.914	767.532
Provisão de adequação técnica	-	2.267.654	2.267.654
Contas a pagar	6.266	17.505	23.771
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.284.290	17.789.457	19.073.747
Capital social	573.330	20.000.000	20.573.330
Lucros/(Prejuízos) Acumulados	710.960	(2.210.543)	(1.499.583)
Total do Passivo	1.370.174	20.762.530	22.132.704

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI (Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

b) Demonstração dos Resultados

	Tradicional	PEAC	Total
OPERAÇÕES DE CONCESSÃO DE GARANTIAS			
Encargos por concessão de garantias - Emitidos líquidos	54.104	688.356	742.460
Variação da provisão de encargos de concessão de garantia	(20.274)	(687.914)	(708.189)
Encargos de concessão de garantia retidos	33.830	442	34.271
Honras de garantias prestadas	(40.703)	0	(40.703)
Recuperações	9.679	0	9.679
Provisão de adequação técnica	7.940	(2.267.654)	(2.259.714)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE CONCESSÃO DE GARANTIAS	10.746	(2.267.212)	(2.256.467)
OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Taxas de administração e gestão	(14.224)	(72.647)	(86.871)
Resultado financeiro	85.509	129.449	214.958
Outras	(1.932)	(133)	(2.065)
RESULTADO DE OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	69.353	56.669	126.022
Lucro/(Prejuízo) do Exercício	80.099	(2.210.543)	(2.130.444)
Lucro/(Prejuízo) do Exercício por cota	0,14035013	(0,2419524)	-

c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Tradicional			PEAC			TOTAL
	Capital	Lucros Acumulados	Total Tradicional	Capital	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total PEAC	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	568.485	630.861	1.199.346	-	-	-	1.199.346
Integralização de cotas	4.845	-	4.845	20.000.000	-	20.000.000	20.004.845
Lucro líquido do exercício	-	80.099	80.099	-	(2.210.543)	(2.210.543)	(2.130.444)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	573.330	710.960	1.284.290	20.000.000	(2.210.543)	17.789.457	19.073.747

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI (Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

d) Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Tradicional	PEAC	Total
Fluxo das Atividades Operacionais			
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	80.099	(2.210.543)	(2.130.444)
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades	(55.210)	2.928.403	2.873.193
Variação de ativos e obrigações	(490)	(16.911)	(17.401)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades Operacionais	24.399	700.949	725.348
Fluxo das Atividades de Financiamento			
Aumento de capital	4.845	20.000.000	20.004.845
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento	4.845	20.000.000	20.004.845
Fluxo das Atividades de Investimentos			
(Aquisição)/ Resgate de aplicações financeiras	104.423	(7.127.891)	(7.023.468)
Caixa Líquido gerado pelas Atividades de Investimentos	104.423	(7.127.891)	(7.023.468)
Aumento nas disponibilidades	133.667	13.573.058	13.706.725
Modificação na posição financeira			
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.509	-	21.509
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	155.176	13.573.058	13.728.234
Aumento das disponibilidades	133.667	13.573.058	13.706.725

3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade e continuidade operacional

Conformidade

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e abrangem o Fundo Garantidor para Investimentos e o fundo exclusivo BB FGI Fundo de Investimento Renda Fixa ("BB FGI").

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, o BB FGI está sendo consolidado linha a linha nas demonstrações financeiras do Fundo, sendo considerado como uma estratégia da Tesouraria do Fundo. Observa-se, assim, a prevalência da essência econômica sobre a forma jurídica recomendada pelo CPC 00.

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI (Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

BB FGI Fundo de Investimento Renda Fixa - Fundo exclusivo

O FGI é investidor exclusivo do BB FGI Fundo de Investimento Renda Fixa ("BB FGI"), que é o instrumento de aplicação dos recursos disponíveis no caixa do FGI. O fundo é gerido pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM e dispõe de regulamento próprio, adequado ao que determina a política de investimentos do FGI. O BB FGI deve apresentar, na composição de sua carteira, títulos e operações compromissadas mantendo, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de seu patrimônio líquido representado por ativos financeiros relacionados diretamente à taxa de juros doméstica.

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional do FGI, uma vez que a Administração está convencida de que este possui recursos e condições para prosseguir no negócio num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, além de não ter conhecimento de incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

b) Informações para efeito de elaboração das demonstrações financeiras

Em consonância com suas estratégias de negócios, o FGI possui fundo de investimento exclusivo, o qual é incluído nas suas demonstrações financeiras (BB FGI Fundo de Investimento Renda Fixa, administrado pela BB DTVM). Os títulos e investimentos mantidos por meio desse fundo são registrados nas rubricas Caixa e Equivalentes de Caixa, Aplicações Financeiras, e Outros Créditos, considerando os vencimentos originais dos títulos e as estratégias de investimento. As obrigações do fundo estão registradas na rubrica de Contas a Pagar – Outros, e o resultado proveniente deste fundo está registrado na rubrica de Outras Receitas e (Despesas) Operacionais – Outras Despesas Administrativas e Resultado Financeiro.

	R\$ mil	
	31.12.2020	31.12.2019
Ativo		
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	155.176	21.509
Aplicações financeiras	1.195.696	1.232.576
Outros créditos	1	1
Total	1.350.873	1.254.086

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI

(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Passivo		
Passivo Circulante		
Contas a pagar - outros	35	24
Total	35	24
Resultado		
Outras receitas e (despesas) operacionais		
Outras despesas administrativas	(1.163)	(986)
Resultado financeiro	85.308	135.369
Total	84.145	134.383

c) Base de mensuração

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A marcação a mercado da carteira de títulos e valores mobiliários, das operações compromissadas e as provisões relacionadas às honras estão sujeitas a essas estimativas e premissas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

e) Aprovação para emissão, moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela administração em 01 de abril de 2021. As mesmas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do FGI. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI (Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras consolidadas.

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o saldo em caixa e as operações compromissadas que possuem prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. As operações compromissadas são registradas pelo custo de aquisição, ajustadas diariamente pelo rendimento proporcional auferido com base na taxa de remuneração contratada, reconhecido no resultado.

4.2 Aplicações financeiras

As operações compromissadas e os títulos e valores mobiliários, compostos por títulos públicos federais (vide Nota Explicativa nº 6), são classificados como para negociação e mensurados ao valor justo através do resultado, conforme definido na Política de Investimento contida no estatuto do Fundo.

Ao determinar o valor justo dos instrumentos financeiros, é utilizada a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação para as quais todos os *inputs* significativos são baseados nos dados de mercado observáveis.

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

Os títulos e valores mobiliários são classificados como nível 1. As operações compromissadas junto ao BNDES lastreadas em títulos públicos são classificadas como nível 2.

4.3 Taxas de gestão e administração

São calculadas mensalmente sobre os valores médios das respectivas bases de cálculo, para pagamento no mês subsequente ao de referência, conforme disposto no art. 19 do Estatuto do FGI.

4.4 Impostos e contribuições correntes e diferidos

O PIS e a COFINS são diferidos sobre a receita de encargos por concessão de garantia, no prazo de cobertura dos contratos. Vide Notas Explicativas nºs 10 e 11.

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI (Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

4.5 Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Passivos contingentes: são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como probabilidade de perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como probabilidade de perda remota.
- Provisões: são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, e levando-se em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações classificadas pelos assessores jurídicos como probabilidade de perdas prováveis são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração e divulgadas em notas explicativas.
- Obrigações legais: referem-se a demandas judiciais que estão sendo contestadas a legalidade ou a constitucionalidade de tributos e contribuições.
- Depósitos judiciais: estão sendo apresentados no ativo separadamente da provisão para contingências.
- Provisão de encargos não ganhos: É constituída conforme metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial elaborada por atuários externos. Essa provisão é calculada com base no valor emitido de Concessão de Garantia menos a amortização acumulada calculada pelo critério *pro rata* dia referente ao tempo de vigência do risco a decorrer em relação ao tempo total de vigência do risco assumido.

4.6 Reconhecimento de receita

- Concessão de garantia: O valor total da receita é registrado no momento da emissão da garantia em rubrica específica. Ao mesmo tempo é constituída a Provisão de Encargos Não Ganhos referente à mesma receita, a fim de que seja reconhecida no resultado por competência.

4.7 Regime de apuração do resultado

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI (Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

4.8 Provisão de adequação técnica

O Fundo aplica anualmente o teste de adequação de passivos sobre a conta de Provisão para Encargos não Ganhos (Nota Explicativa nº 4.5) a fim de avaliar se as provisões constituídas de acordo com as suas operações, estão suficientes para a cobertura dos contratos cobertos por este.

Para esse teste, o Fundo utiliza uma metodologia atuarial com base em estimativas correntes de fluxos de caixas futuros, em que é considerada a projeção individual de cada contrato ativo na data-base, levando em conta os riscos cobertos pelo Fundo. Sendo assim, projeta-se o valor do desembolso futuro com pagamento de honras. Após a estimativa de fluxo de caixa, os valores são agrupados e os fluxos de caixas são descontados a valor presente com base na Taxa Referencial - TR.

Por meio da comparação entre o valor constituído para arcar com os compromissos futuros (provisão para encargos não ganhos) e o valor das estimativas correntes de fluxos de caixa futuros dos contratos, busca-se concluir se as provisões constituídas são adequadas. Em 31 de dezembro de 2020, se fez necessário o lançamento da provisão complementar como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão de adequação técnica		
Tradicional	-	7.940
PEAC	2.267.654	-

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	40	34
Tradicional	39	34
PEAC	1	-
Operações compromissadas (i)	13.728.194	21.475
Tradicional	155.137	21.475
PEAC	13.573.057	-
Total	13.728.234	21.509

(i) As operações compromissadas são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O valor contábil das operações compromissadas representa a exposição máxima de crédito do FGI para essas aplicações.

O detalhamento das operações compromissadas está descrito a seguir:

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI (Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	31/12/2020		31/12/2019	
Operações compromissadas	Quantidade	Valor de mercado	Quantidade	Valor de mercado
Títulos Públicos Federais (Tradicional)				
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT	14.465	155.137	2.055	21.475
Títulos Públicos Federais (PEAC)				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	7.441.557	7.195.697	-	-
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT	327.509	3.511.250	-	-
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN F	2.500.000	2.866.110	-	-
Total	10.283.531	13.728.194	2.055	21.475

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o resultado com operações compromissadas do FGI Tradicional foi de R\$ 1.696 (R\$ 1.667 em 2019), e do FGI PEAC com vencimentos inferiores a 90 dias foi de R\$ 101.106, relacionados na Nota Explicativa nº 17.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

São compostos pelos títulos públicos, inclusive aqueles adquiridos por meio do fundo exclusivo BB FGI Fundo de Investimento Renda Fixa, além das operações compromissadas com vencimento em mais de 90 dias.

6.1 Composição das aplicações financeiras

	31/12/2020			31/12/2019		
	Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado	Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado
FGI Tradicional						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	731.800	609.407	681.845	763.500	692.321	711.939
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN F	424.030	431.332	494.116	417.730	430.656	490.955
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.850	18.191	19.735	2.835	29.677	29.682
Sub-total FGI Tradicional		1.058.930	1.195.696		1.152.654	1.232.576

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI (Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

FGI PEAC						
Operações compromissadas - Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.159.943	5.528.562	5.554.245	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	150.000	1.599.329	1.600.812	-	-	-
Sub-total FGI PEAC		7.127.891	7.155.057	-	-	-
Total			8.350.753		1.152.654	1.232.576

6.2 Movimentação das aplicações financeiras

	Tradicional	PEAC	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.126.995	-	1.126.995
Aquisição/(Resgate) de títulos de renda fixa	(23.628)	-	(23.628)
Rendas com título de renda fixa	100.931	-	100.931
Ajuste a valor de mercado	28.278	-	28.278
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.232.576	-	1.232.576
Aquisição/(Resgate) de títulos de renda fixa	(104.423)	1.599.329	1.494.906
Aplicação/(Resgate) de operações compromissadas		5.528.562	5.528.562
Rendas com título de renda fixa	90.558	12.704	103.262
Rendas de aplicações em operações compromissadas	-	25.682	25.682
Ajuste a valor de mercado	(23.015)	(11.220)	(34.235)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.195.696	7.155.056	8.350.753

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Fundo exclusivo BB FGI pode, estrategicamente, efetuar operações com derivativos somente para fins de proteção da carteira, desde que tais operações não gerem exposição superior ao patrimônio líquido do Fundo. Tais operações, apesar do objetivo com que são realizadas, podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seu cotista.

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI (Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

O regulamento do FGI autoriza o Administrador e/ou Gestor do fundo investido a realizar operações com derivativos de qualquer natureza, exclusivamente para fins de proteção das posições do fundo investido.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não houve resultado das operações com instrumentos financeiros derivativos no mercado de futuros. Em 31 de dezembro de 2020, o Fundo não possuía posições em aberto no mercado de instrumentos financeiros derivativos.

8. ENCARGOS POR CONCESSÃO DE GARANTIA A RECEBER

Os Encargos por Concessão de Garantia (ECG) incidem sobre o valor garantido da operação contratada e é devido proporcionalmente a cada parcela liberada do crédito garantido. Os valores são recebidos no mês subsequente ao do registro.

A Medida Provisória Nº 975 previa a cobrança de comissão para as operações no âmbito do FGI PEAC. A mesma, quando convertida na Lei Nº 14.042 no dia 19 de agosto de 2020, proibiu a cobrança. De forma que as liberações em operações realizadas até o dia 19 de agosto de 2020 no âmbito do FGI PEAC contemplavam a cobrança de comissão enquanto as realizadas após essa data não contemplavam. Em relação ao FGI Tradicional não houve alterações. Consequentemente, todo o saldo a receber em 31/12/2020 se refere às operações do FGI Tradicional.

9. HONRAS A PAGAR

O saldo na rubrica “Honras a Pagar” refere-se à provisão constituída com contrapartida em despesa, para cobrir os valores esperados a liquidar relativos a honras já ocorridas e solicitadas em dezembro de 2020. Os valores são, normalmente, pagos no mês subsequente ao da provisão. Todas as operações garantidas no âmbito do FGI PEAC possuem carência de, no mínimo, 6 meses. Visto que o Programa Emergencial iniciou operação em 30 de junho de 2020, todo o saldo de honras a pagar em 31/12/2020 se refere apenas às operações do FGI Tradicional.

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

Referem-se ao diferimento de PIS e COFINS (alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente) sobre a receita de encargos por concessão de garantia, tendo em vista que esses tributos eram devidos no momento do recebimento desta, e que é auferida pelo prazo dos contratos cobertos. O valor era calculado com base no saldo da conta “Provisão de encargos não ganhos”, conforme Nota Explicativa nº 13. A partir de 2015, com a introdução da Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, art. 97, o FGI passou a ser tributado à alíquota zero para PIS e COFINS. Tendo em vista que as operações do PEAC iniciaram após a referida Lei, aplica-se a alíquota zero para qualquer operação, de forma que o saldo dessa conta se refere exclusivamente às operações do FGI Tradicional.

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI (Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

11. TRIBUTAÇÃO

Em conformidade com o art. 11 da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, os rendimentos auferidos pelo Fundo não se sujeitam à incidência de imposto de renda na fonte, devendo integrar a base de cálculo dos impostos e das contribuições devidos pelo cotista, na forma da legislação vigente, quando houver o resgate de cotas, total ou parcial, ou na dissolução do Fundo.

Conforme a Lei nº 13.043/14, art. 97, as receitas auferidas pelos fundos garantidores constituídos nos termos das Leis nºs 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 11.786, de 25 de setembro de 2008, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 12.712, de 30 de agosto de 2012, ficam isentas do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, inclusive no tocante aos ganhos líquidos mensais e à retenção na fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira de renda fixa e de renda variável.

12. TAXAS DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

O Administrador e Gestor do Fundo Garantidor para Investimentos, composto por seus dois patrimônios segregados (denominados estatutariamente de FGI Tradicional e FGI PEAC), é o BNDES.

A metodologia de cálculo utilizada na apuração da remuneração do Administrador para cada um dos patrimônios está baseada nos artigos 19 e 19-A de seu Estatuto, que preveem, respectivamente:

I) Para o FGI Tradicional:

(a) A taxa de administração dos recursos corresponde ao percentual de 0,15% ao ano, incidente sobre o total dos recursos do FGI Tradicional aplicados em ativos financeiros, na forma do art. 29 de seu Estatuto.

(b) A taxa de gestão de garantias corresponde ao percentual de 1% ao ano, incidente sobre a totalidade dos ativos do FGI Tradicional.

As taxas mencionadas são calculadas e cobradas, mensalmente, sobre os valores médios das respectivas bases de cálculo, do mês anterior, para pagamento no mês subsequente ao de referência.

O valor da taxa de administração referente ao FGI Tradicional efetivamente paga ao Administrador é apurado conforme o item (a), porém deduzido dos valores cobrados pela BB DTVM ao fundo de investimento BB FGI FI RF a título de taxa de administração.

II) Para o FGI PEAC:

A taxa de administração dos recursos e de gestão das garantias corresponde a 1% ao ano, incidente sobre o valor dos ativos vinculados ao FGI PEAC, observada a definição do artigo 2º da Portaria nº 14.557, de 18 de junho de 2020, expedida pela área do Ministério da Economia responsável por supervisionar a política de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços, conforme §8º do art. 5º da Lei nº 14.042, de 19.08.2020.

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI (Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

A Taxa de Administração e Gestão do FGI PEAC será calculada e cobrada mensalmente, sobre o valor médio da base de cálculo, para pagamento no mês subsequente ao de referência.

Na hipótese de o Administrador realizar a contratação de terceiros para exercer total ou parcialmente a gestão de ativos do FGI PEAC, parte da respectiva Taxa de Administração e Gestão poderá ser paga diretamente pelo FGI PEAC ao terceiro contratado. Em 31 de dezembro de 2020, o Administrador do FGI PEAC não havia realizado contratação de terceiros para prestação de serviço de gestão de ativos.

13. PROVISÃO PARA ENCARGOS NÃO GANHOS

Representa a proporção do encargo por concessão de garantia auferido referente aos riscos assumidos e ainda não expirados. É constituída através de nota técnica atuarial e calculada com base no valor emitido do Encargo por Concessão de Garantia, menos a amortização acumulada calculada pelo critério *pro rata* dia referente ao tempo de vigência do risco a decorrer em relação ao tempo total de vigência do risco assumido.

Anualmente, o Fundo aplica o teste de adequação de passivos, conforme Nota Explicativa nº 4.8. Concluiu-se que a provisão complementar se fez necessária para o FGI PEAC.

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para encargos não ganhos		
Tradicional	79.618	59.344
PEAC	687.914	-

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

O Fundo questionava judicialmente a incidência de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) sobre a receita de encargos por concessão de garantia auferida. Até novembro de 2020, os valores apurados eram recolhidos em juízo no mês subsequente ao de referência, considerando a alíquota de 5%, e estes representam a totalidade do saldo da conta "Depósitos judiciais".

Em 2017, foi publicado um acórdão que deu provimento ao recurso do BNDES e do FGI, entendendo não caracterizada prestação de serviço. Atualmente, o feito encontra-se pendente de julgamento de recurso oposto pelo município do Rio de Janeiro/RJ.

Em 2018, os advogados do Administrador do FGI classificaram o risco de perda da ação como possível, de forma que a provisão foi revertida.

Em 2020, o processo transitou em julgado com êxito para o BNDES. Aguarda-se a remessa dos autos à origem e intimação do BNDES para levantamento dos valores depositados ao longo do feito.

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI

(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Valores depositados em juízo:

	Tradicional	PEAC	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	14.248	-	14.248
Depósitos	961	-	961
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.208	-	15.208
Depósitos	2.413	34.416	36.829
Saldo em 31 de dezembro de 2020	17.621	34.416	52.038

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

As cotas do FGI, nominativas e escriturais, correspondem a frações ideais de seu patrimônio, podendo ser de classes distintas, conforme os direitos que outorguem ou às restrições que imponham a seus titulares.

a) Cotas “Classe A” - Asseguram aos cotistas todos os direitos inerentes à sua condição, exceto o de serem computadas para fins de atendimento da margem para garantia de operações do FGI.

b) Cotas “Classe B” - Asseguram aos cotistas todos os direitos inerentes à sua condição, inclusive o de serem computadas para fins de atendimento da contrapartida exigida para outorga de garantias pelo FGI, mas somente poderão ser resgatadas pelo cotista se estiverem liberadas, entendidas como tal aquelas que superarem a quantidade necessária para atender à exposição do FGI às operações do cotista Agente Financeiro, conforme art. 8º do Estatuto do Fundo (vide Nota Explicativa nº 17).

c) Cotas “Classe C” – Cotas que compõe lastro para o programa emergencial de acesso a crédito (PEAC). Asseguram aos cotistas todos os direitos inerentes à sua condição, e somente poderão ser resgatadas pelo cotistas se estiverem liberadas, nos termos do artigo 5º da Lei 14.042/2020 e do artigo 9º-A do Estatuto.

O FGI não pagará rendimentos a seus cotistas. O valor de cada cota é calculado mensalmente, considerando-se o respectivo patrimônio líquido, dividido pelo respectivo número de cotas, apurados no fechamento do mês.

	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
FGI Tradicional - Cotas A e B	570.708.190	2,25034443	568.473.871	2,10976523
FGI PEAC - Cotas C	9.136.273.207	1,94712400	-	-
Total				

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI (Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Referentes ao FGI Tradicional. Compostas por PIS e COFINS diferidos, conforme Nota Explicativa nº 10.

17. RESULTADO FINANCEIRO

	Nota Explica tiva	31/12/2020			31/12/2019		
		Tradicional	PEAC	Total	Tradicional	PEAC	Total
Resultado financeiro		85.508	129.449	214.958	135.661	-	135.661
Rendas de títulos de renda fixa	6.2	90.558	12.704	103.262	100.931	-	100.931
Lucro com títulos de renda fixa		16.069	-	16.069	4.493	-	4.493
Ajuste a valor de mercado de títulos de renda fixa	6.2	(23.015)	(11.221)	(34.236)	28.278	-	28.278
Renda de aplicações em operações compromissadas	5	1.696	126.789	128.485	1.667	-	1.667
Outros		200	1.177	1.378	292	-	292

18. GARANTIAS

18.1. FGI Tradicional

O FGI Tradicional prestará garantias:

I - Diretamente, a operações de crédito contratadas com:

- (a) Microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte;
- (b) Empresas de médio ou menor porte, consideradas como tal, para fins do disposto no Estatuto, aquelas cujo faturamento bruto anual não ultrapasse a 300 milhões de reais; e
- (c) Autônomos transportadores rodoviários de carga, na aquisição de bens de capital inerentes à sua atividade.

II- Indiretamente, para garantia do risco das operações referidas no tópico anterior, mediante:

- (a) Garantia a operações cobertas por fundos ou sociedades de garantia de crédito;
- (b) Aquisição de cotas de outros fundos garantidores ou de fundos de investimento em direitos creditórios; e
- (c) Garantia do risco de crédito dos beneficiários referidos no tópico anterior, na aquisição de bens de capital comercializados por meio de operações de repasse de agente financeiro para

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI (Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

fabricante habilitado, independentemente do porte e observada a compatibilidade com os riscos assumidos e com os mitigadores adicionais adotados, nos termos dos Regulamentos do FGI Tradicional.

A contratação da garantia do FGI Tradicional pelo agente financeiro deverá ser precedida de sua habilitação, da celebração de contrato com o FGI e da subscrição, para fins de contrapartida, de cotas “Classe B” de emissão do FGI Tradicional, no valor de 0,5% do valor das garantias que o agente financeiro pretender contratar.

O valor máximo de exposição do FGI Tradicional na prestação de garantias, diretas e indiretas, está limitado a 12 vezes o seu patrimônio líquido. Por sua vez, o valor máximo de exposição do FGI Tradicional a um mesmo conglomerado está limitado a quatro vezes o seu patrimônio líquido, observando os mecanismos de mitigação de risco fixados pelo Administrador.

Em 26 de outubro de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas do FGI Tradicional foi deliberado e aprovado o estabelecimento de diretrizes e parâmetros para atuação do Administrador do FGI Tradicional na oferta de garantia indireta por meio da aquisição de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC).

O valor contábil das participações diretas e indiretas do FGI Tradicional em FIDCs, bem como valores subscritos não integralizados de cotas de FIDCs ou de fundos intermediários e valores referentes a compromissos de subscrição de séries futuras de cotas desses fundos:

I - não serão considerados para fins de cálculo da exposição do FGI Tradicional, sendo também deduzidos do valor do patrimônio líquido do FGI Tradicional quando da apuração do limite estabelecido de exposição global do fundo; e

II - não deverão ultrapassar o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do FGI Tradicional nas respectivas datas de subscrição ou de assunção do compromisso de subscrição.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o FGI Tradicional ainda não havia realizado aquisição de cotas de FIDCs, não possuindo exposição a esta classe de ativo.

As garantias concedidas pelo FGI Tradicional observarão os seguintes limites, cumulativamente:

(a) No máximo, 80% do valor do financiamento.

(b) No máximo, 10 milhões reais por beneficiário, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Administrador.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo total das garantias prestadas líquido das amortizações dos contratos com cobertura do FGI Tradicional, era de R\$ 1.828.364 (R\$ 1.155.434 em 2019).

A fim de mitigar o risco da carteira de garantias e preservar seu patrimônio, o FGI Tradicional possui um mecanismo de *stop-loss*, conforme disposto no art. 12 de seu Regulamento de Operações. Esse mecanismo limita em 7% a perda líquida máxima admitida a cada agente financeiro para efeito de pagamento de honra pelo Fundo.

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI (Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

18.1. FGI PEAC

O FGI PEAC, por estar associado a programa emergencial de garantias com o objetivo de mitigar os impactos econômicos ocasionados pela crise de Covid-19, conforme previsto na Lei 14.042, de 19 de agosto de 2020, admitiu protocolo de operações perante o Administrador apenas até 31 de dezembro de 2020.

A prestação de garantias durante a vigência do Programa foi destinada a operações de crédito concedidas a:

I - empresas de pequeno e médio porte, associações, fundações de direito privado e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, que tenham sede ou estabelecimento no Brasil e que tenham auferido, no ano-calendário de 2019, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e inferior ou igual a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais); e

II - empresas nacionais ou grupos econômicos estrangeiros, de grande porte, que contemplem, em 13 de setembro de 2020, em seus objetos sociais a realização, no Brasil, de alguma das atividades econômicas previstas na Portaria nº 20.809, de 14 de setembro de 2020, e que tenham auferido, no ano-calendário de 2019, receita bruta superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais)

O início da contratação da garantia do FGI PEAC por cada agente financeiro foi precedida de sua habilitação e da assinatura de Termo de Adesão.

A alavancagem do FGI PEAC está associada ao valor máximo de cobertura de inadimplência na prestação de garantias, conforme definido no artigo 3º da Portaria nº 14.557, de 18 de junho de 2020, expedida pela área do Ministério da Economia responsável por supervisionar a política de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços, com base no § 10 do art. 5º da Lei nº 14.042, de 19.08.2020.

A cobertura, pelo FGI PEAC, da inadimplência suportada por cada Agente Financeiro, está limitada ao valor total composto pelo somatório dos seguintes componentes:

I – 30% do somatório dos valores liberados das operações em créditos concedidos a entidades de pequeno porte pelo Agente Financeiro no âmbito do Programa; e

II - 20% do somatório dos Valores Liberados das Operações em créditos concedidos a Entidades de Médio Porte e a Empresas de Grande Porte pelo Agente Financeiro no âmbito do Programa

As garantias concedidas pelo FGI PEAC observaram as seguintes condições, cumulativamente:

I – cobertura de 80% do valor do crédito, por operação de crédito, considerando apenas o principal da dívida;

II – limite máximo de R\$ 10 milhões para o somatório dos valores do crédito em operações objeto de garantia do FGI PEAC para cada tomador de crédito, por Agente Financeiro; e

III – limite mínimo de R\$ 5.000,00 para o valor do crédito em cada operação.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo total das garantias prestadas líquido das amortizações dos contratos com cobertura do FGI PEAC, era de R\$ 73.697.615 (R\$ 0 em 2019).

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI (Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

19. GERENCIAMENTO DE RISCO

O gerenciamento de risco é um processo contínuo e evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a proporcionar unicidade às políticas, aos processos, aos critérios e às metodologias de controle de riscos.

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira em operações sujeitas a risco cambial, risco de juros, preços de ações e preços de mercadorias.

O FGI Tradicional possui em sua carteira apenas ativos de renda fixa. Esses instrumentos financeiros fazem parte de um fundo exclusivo de investimento em renda fixa, o qual tem a gestão terceirizada à BB DTVM. Portanto, no caso desse modelo de FGI, o risco de mercado está associado apenas a perdas potenciais em posições sujeitas à variação das taxas de juros.

Através da Medida Provisória 975/2020, o Governo Federal autorizou o aumento de até R\$ 20 bilhões no FGI no âmbito do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC). Esses novos recursos têm sido aplicados diretamente pelo BNDES em instrumentos de renda fixa avaliados como instrumentos sem risco de mercado¹.

Por se tratar de um fundo garantidor, a gestão dos ativos do FGI em ambos os patrimônios (Tradicional e PEAC) não tem por objetivo principal a obtenção de ganhos financeiros elevados, mas sim a preservação de seu patrimônio para a honra de seus compromissos, buscando equilíbrio entre rentabilidade, segurança e liquidez.

Gerenciamento do risco de taxas de juros

O risco de taxa de juros corresponde à incerteza de o valor justo ou de os fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros oscilarem devido a mudanças nas taxas de juros de mercado.

Gerenciamento do risco de taxas de juros – FGI Tradicional

Em 31 de dezembro de 2020, a exposição no fator de risco taxa de juros dos recursos do FGI Tradicional era de R\$ 1.350.838 mil (2019: R\$ 1.254.061 mil), em que mais de 97% (2019: 98%) da exposição era relativa a títulos públicos federais.

O risco de mercado da carteira de renda fixa desse modelo de FGI é gerido pela BB DTVM. São utilizadas métricas consagradas de gestão de risco, tais como: VaR, *Expected Shortfall*, *VaR incremental*, limite dinâmico de VaR e teste de estresse.

Além das métricas mencionadas, acompanha-se o prazo médio da carteira e realiza-se análise de concentração dos vencimentos por prazo e por fator de risco. Mensalmente, a BB DTVM emite relatório com a evolução desses indicadores para avaliação do Administrador do FGI.

¹ Os investimentos estão sendo realizados em LFTs, operações compromissadas prefixadas com vencimento anterior a próxima reunião do COPOM e operações compromissadas pós-fixadas de prazos mais longos).

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI (Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Gerenciamento do risco de taxas de juros – FGI PEAC

Em 31 de dezembro de 2020, os recursos aplicados em renda fixa correspondiam a R\$ 20.728.115 mil, sendo 100% desses recursos aplicados em instrumentos sem risco de mercado.

O risco de mercado do FGI PEAC é gerido pelo BNDES de forma independente. Como as aplicações financeiras desse patrimônio não possuem risco, não são acompanhados indicadores de risco, avaliando-se de forma complementar o prazo médio da e a concentração dos vencimentos por prazo.

Análise de sensibilidade

O BNDES realiza o monitoramento do risco de mercado da carteira de ativos do FGI através da métrica VaR paramétrico, considerando-se um horizonte de tempo de um dia útil e 99% de nível de confiança. O cálculo das volatilidades e das correlações dos fatores de risco utiliza a técnica conhecida como EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average*), em que as observações mais recentes possuem maior relevância que as mais antigas.

Análise de sensibilidade – FGI Tradicional

A tabela a seguir apresenta os valores do VaR Total do Fundo em 31 de dezembro de 2020, bem como o VaR médio de 2020, seus valores mínimo e máximo. O VaR do FGI Tradicional em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 4.533, o que corresponde a 0,36% de seu patrimônio líquido na data.

	Média	Mínimo	Máximo	31/12/2020
Risco Total do Fundo	9.491	2.846	25.776	4.533

Para o dia 31 de dezembro de 2019, o VaR da carteira do FGI Tradicional foi de R\$ 3.390. Além do VaR de 31 de dezembro de 2019, a tabela a seguir apresenta o VaR médio de 2019, seus valores mínimo e máximo.

	Média	Mínimo	Máximo	31/12/2019
Risco Total do Fundo	3.796	3.020	5.596	3.390

Análise de sensibilidade – FGI PEAC

Como em 2020 as aplicações financeiras dos recursos do FGI PEAC foram realizadas em instrumentos sem risco de mercado, o VaR calculado diariamente no período teve valor zero.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de o Fundo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de o FGI não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI

(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

O FGI, tanto no patrimônio Tradicional, quanto no âmbito do PEAC, possui baixo risco de liquidez, especialmente por apresentar carteira de ativos predominantemente líquida, composta majoritariamente por títulos públicos federais e operações compromissadas. Além disso, seu passivo de curto prazo é pequeno frente a seus ativos líquidos.

20. PARTES RELACIONADAS

O FGI possui as seguintes partes relacionadas, diretas e indiretas.

a) Posições com o Administrador – BNDES

BALANÇO PATRIMONIAL	2020			2019		
	Tradicional	PEAC	Total	Tradicional	PEAC	Total
Ativo Circulante						
Operações compromissadas	-	19.127.301	19.127.301	-	-	-
Passivo Circulante						
Taxas de gestão e administração	1.224	17.483	18.707	1.167	-	1.167

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	2020			2019		
	Tradicional	PEAC	Total	Tradicional	PEAC	Total
Outras receitas e (despesas) operacionais						
Operações compromissadas	-	126.788	126.788	-	-	-
Taxas de gestão e administração	(14.224)	(72.647)	(86.871)	(13.228)	-	(13.228)

b) Transações com o Tesouro Nacional

BALANÇO PATRIMONIAL	2020			2019		
	Tradicional	PEAC	Total	Tradicional	PEAC	Total
Ativo Circulante						
Títulos Públicos	1.195.696	1.600.812	2.796.508	1.232.576	-	1.232.576

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI

(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	2020			2019		
	Tradicional	PEAC	Total	Tradicional	PEAC	Total
Resultado financeiro						
Resultado com títulos públicos	83.612	1.483	85.095	133.701	-	133.701

c) Partes relacionadas indiretas referente empresas públicas estatais com o controle da União

i) Saldos garantidos

	2020			2019		
	Tradicional	PEAC	Total	Tradicional	PEAC	Total
Repasses						
Caixa Econômica Federal	226.495	-	226.495	272.782	-	272.782
Banco do Brasil	33.462	-	33.462	62.648	-	62.648
Crédito Livre						
Caixa Econômica Federal	-	12.109.012	12.109.012	-	-	-
Banco do Brasil	-	34.672	34.672	-	-	-

ii) Despesas com honras Pagas

	2020			2019		
	Tradicional	PEAC	Total	Tradicional	PEAC	Total
Caixa Econômica Federal	8.523	-	8.523	53.312	-	53.312
Banco do Brasil	1.146	-	1.146	244	-	244

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

iii) Receita de recuperações

	2020			2019		
	Tradicional	PEAC	Total	Tradicional	PEAC	Total
Caixa Econômica Federal	2.165	-	2.165	2.155	-	2.155
Banco do Brasil	10	-	10	33	-	33

FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI (Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

DIRETORIA

Gustavo Henrique Moreira Montezano – Presidente

Ângela Brandao Estellita Lins

Bianca Nasser Patrocínio

Bruno Laskowsky

Claudenir Brito Pereira

Fábio Almeida Abrahão

Leonardo Mendes Cabral

Petrônio Duarte Cançado

Ricardo Wering de Barros

Saulo Benigno Puttini

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Luciana Torres Bastos

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcos Paulo Pereira da Silva
Contador - CRC-RJ 097.092/O-9

ANEXO I**OPERAÇÕES EFETUADAS NA CARTEIRA DE RENDA FIXA (FGI TRADICIONAL)**

DATA DA OPERAÇÃO	OPERAÇÃO	TÍTULO	DT. VENCTO TÍTULO	VALOR FINANCEIRO (R\$)
03/01/2020	Compra	LTN	01/01/2022	45.146.728,95
06/01/2020	Compra	LTN	01/07/2023	15.094.068,23
06/01/2020	Compra	LTN	01/07/2023	25.692.296,58
10/01/2020	Compra	LTN	01/04/2021	189.282,87
10/01/2020	Compra	NTN-F	01/01/2025	1.154.193,63
03/02/2020	Compra	LTN	01/04/2021	33.284.996,74
07/02/2020	Compra	LTN	01/04/2020	19.884.118,76
07/02/2020	Compra	LTN	01/04/2022	2.695.011,00
07/02/2020	Compra	LTN	01/01/2024	6.811.381,50
07/02/2020	Compra	NTN-F	01/01/2031	380.191,85
06/03/2020	Compra	LTN	01/04/2022	3.648.376,00
06/03/2020	Compra	LTN	01/01/2024	2.441.352,00
06/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2031	1.244.148,73
01/04/2020	Compra	NTN-F	01/01/2025	57.839.907,55
01/07/2020	Compra	LTN	01/04/2022	9.452.467,44
01/07/2020	Compra	LTN	01/07/2022	9.331.431,91
02/07/2020	Compra	LTN	01/04/2022	47.268.372,30
02/07/2020	Compra	LTN	01/01/2024	42.092.757,90
02/07/2020	Compra	NTN-F	01/01/2027	9.539.818,88
02/07/2020	Compra	NTN-F	01/01/2029	12.100.973,56
31/07/2020	Compra	LFT	01/09/2026	10.649.923,66
25/08/2020	Compra	LTN	01/10/2022	11.098.581,93
27/08/2020	Compra	NTN-F	01/01/2029	1.195.723,50
01/10/2020	Compra	LTN	01/10/2021	12.632.001,31
01/10/2020	Compra	LTN	01/01/2024	24.815.197,26
03/11/2020	Compra	LTN	01/01/2024	40.966.082,40
03/02/2020	Venda	LTN	01/04/2020	3.973.917,84
03/02/2020	Venda	LTN	01/04/2020	8.941.315,13
03/02/2020	Venda	LTN	01/04/2020	20.863.068,64
03/02/2020	Venda	LTN	01/04/2020	993.479,45
07/02/2020	Venda	LTN	01/04/2021	9.520.728,99
07/02/2020	Venda	LTN	01/04/2021	17.803.763,21
07/02/2020	Venda	LTN	01/04/2021	5.998.059,26

(Continua)

(Continuação)

DATA DA OPERAÇÃO	OPERAÇÃO	TÍTULO	DT. VENCTO TÍTULO	VALOR FINANCEIRO (R\$)
01/04/2020	Venda	LTN	01/04/2020	22.000.000,00
01/04/2020	Venda	LTN	01/04/2020	20.000.000,00
01/04/2020	Venda	LTN	01/04/2020	10.600.000,00
01/04/2020	Venda	LTN	01/04/2020	5.000.000,00
01/04/2020	Venda	LTN	01/04/2020	20.000.000,00
17/04/2020	Venda	LTN	01/07/2023	2.555.485,31
01/07/2020	Venda	LTN	01/07/2020	8.500.000,00
01/07/2020	Venda	LTN	01/07/2020	30.000.000,00
01/07/2020	Venda	LTN	01/07/2020	2.000.000,00
01/07/2020	Venda	LTN	01/07/2020	10.000.000,00
01/07/2020	Venda	LTN	01/07/2020	13.000.000,00
01/07/2020	Venda	LTN	01/07/2020	10.000.000,00
01/07/2020	Venda	LTN	01/07/2020	5.000.000,00
01/07/2020	Venda	LTN	01/07/2020	9.000.000,00
01/07/2020	Venda	LTN	01/07/2020	5.000.000,00
01/07/2020	Venda	LTN	01/07/2020	2.700.000,00
01/07/2020	Venda	LTN	01/07/2020	13.000.000,00
01/07/2020	Venda	LTN	01/07/2020	10.000.000,00
01/07/2020	Venda	LTN	01/07/2020	15.000.000,00
01/07/2020	Venda	LTN	01/07/2020	14.000.000,00
01/07/2020	Venda	LTN	01/07/2020	4.100.000,00
11/08/2020	Venda	NTN-F	01/01/2029	4.879.925,56
11/08/2020	Venda	NTN-F	01/01/2029	1.219.981,38
01/09/2020	Venda	LFT	01/09/2020	7.485.371,66
01/09/2020	Venda	LFT	01/09/2020	908.937,98
01/09/2020	Venda	LFT	01/09/2020	12.832.065,73
02/09/2020	Venda	LTN	01/01/2022	19.247.704,56
02/09/2020	Venda	NTN-F	01/01/2025	11.764.790,05
01/10/2020	Venda	LTN	01/10/2020	15.000.000,00
01/10/2020	Venda	LTN	01/10/2020	15.000.000,00
01/10/2020	Venda	LTN	01/10/2020	10.900.000,00
03/11/2020	Venda	NTN-F	01/01/2025	1.132.358,81
03/11/2020	Venda	NTN-F	01/01/2025	2.871.092,31
03/11/2020	Venda	NTN-F	01/01/2025	3.100.779,69
03/11/2020	Venda	NTN-F	01/01/2025	9.187.495,38
03/11/2020	Venda	NTN-F	01/01/2025	11.484.369,23
03/11/2020	Venda	NTN-F	01/01/2025	12.632.806,15
03/11/2020	Venda	NTN-F	01/01/2025	2.871.092,31

(Continua)

(Continuação)

DATA DA OPERAÇÃO	OPERAÇÃO	TÍTULO	DT. VENCTO TÍTULO	VALOR FINANCEIRO (R\$)
03/11/2020	Venda	NTN-F	01/01/2025	4.019.529,23
03/11/2020	Venda	NTN-F	01/01/2025	3.445.310,77
03/11/2020	Venda	NTN-F	01/01/2025	1.722.655,38
03/11/2020	Venda	NTN-F	01/01/2025	4.954.356,89

Fonte: BB DTVM.

ANEXO II**OPERAÇÕES EFETUADAS NA CARTEIRA DE RENDA FIXA (FGI PEAC)**

DATA DA OPERAÇÃO	OPERAÇÃO	TÍTULO	DT. VENCTO TÍTULO	DT. VENCTO OPERAÇÃO	VALOR FINANCEIRO (R\$)
24/06/2020	Compra revenda	LTN	01/10/2020	06/08/2020	3.999.999.667,89
24/06/2020	Compra revenda	LTN	01/04/2022	25/06/2021	653.516.075,96
24/06/2020	Compra revenda	LTN	01/07/2022	25/06/2021	346.483.361,80
07/07/2020	Revenda	LTN	01/07/2022	25/06/2021	920,49
24/07/2020	Revenda	LTN	01/10/2020	06/08/2020	950.750,90
31/07/2020	Compra final	LFT	01/03/2023	01/03/2023	800.058.952,27
31/07/2020	Revenda	LTN	01/10/2020	06/08/2020	800.059.339,47
04/08/2020	Compra final	LFT	01/03/2026	01/03/2026	799.269.926,62
04/08/2020	Revenda	LTN	01/10/2020	06/08/2020	798.987.369,25
05/08/2020	Revenda	LTN	01/10/2020	06/08/2020	120.416,91
06/08/2020	Compra revenda	LTN	01/07/2023	17/09/2020	2.409.956.741,70
06/08/2020	Revenda	LTN	01/10/2020	06/08/2020	2.409.956.916,65
07/08/2020	Compra revenda	LTN	01/07/2022	03/08/2021	428.233,69
10/08/2020	Compra revenda	LTN	01/07/2022	06/08/2021	2.419.870,14
11/08/2020	Compra revenda	LTN	01/07/2023	09/08/2021	9.765.561,84
12/08/2020	Compra revenda	LTN	01/04/2022	09/08/2021	97.595.318,03
13/08/2020	Compra revenda	LTN	01/07/2022	09/08/2021	198.052,57
14/08/2020	Compra revenda	LTN	01/07/2022	10/08/2021	119.639.233,19
17/08/2020	Compra revenda	LTN	01/04/2022	13/08/2021	57.804.084,81
18/08/2020	Compra revenda	LTN	01/04/2022	16/08/2021	109.226,74
19/08/2020	Revenda	LTN	01/07/2022	25/06/2021	4.221.951,26
20/08/2020	Compra revenda	LTN	01/01/2022	16/08/2021	27.709,89
21/08/2020	Compra revenda	LTN	01/01/2022	17/08/2021	528.331,00
26/08/2020	Compra revenda	LTN	01/10/2021	23/08/2021	29.998.376,88
27/08/2020	Compra revenda	LTN	01/04/2021	15/03/2021	2.915.380.698,27
27/08/2020	Compra revenda	LTN	01/01/2022	15/03/2021	955.285.465,94
27/08/2020	Compra revenda	NTN-F	01/01/2023	15/03/2021	1.129.334.297,76
28/08/2020	Compra revenda	LTN	01/10/2021	24/08/2021	23.188,57
03/09/2020	Revenda	LTN	01/07/2022	25/06/2021	15.806.308,05
08/09/2020	Compra revenda	LTN	01/04/2021	11/03/2021	2.463.113.177,65
08/09/2020	Compra revenda	LTN	01/01/2024	11/03/2021	817.562.242,35
08/09/2020	Compra revenda	NTN-F	01/01/2023	11/03/2021	851.002.809,60
08/09/2020	Compra revenda	NTN-F	01/01/2025	11/03/2021	868.321.263,96
08/09/2020	Revenda	LTN	01/07/2022	25/06/2021	12.008,45
09/09/2020	Compra revenda	LTN	01/10/2021	10/09/2021	1.041.508,35

(Continua)

(Continuação)

DATA DA OPERAÇÃO	OPERAÇÃO	TÍTULO	DT. VENCTO TÍTULO	DT. VENCTO OPERAÇÃO	VALOR FINANCEIRO (R\$)
10/09/2020	Revenda	LTN	01/07/2022	25/06/2021	4.221.140,61
14/09/2020	Compra revenda	LTN	01/10/2021	10/09/2021	250.386.241,21
15/09/2020	Compra revenda	LTN	01/10/2021	13/09/2021	118.124.124,71
16/09/2020	Compra revenda	LTN	01/10/2021	13/09/2021	736.387,04
17/09/2020	Compra revenda	NTN-B	15/08/2040	29/10/2020	2.415.378.553,63
17/09/2020	Revenda	LTN	01/07/2023	17/09/2020	2.415.182.354,50
21/09/2020	Compra revenda	LTN	01/10/2021	17/09/2021	966,86
22/09/2020	Revenda	LTN	01/07/2022	25/06/2021	679.446,85
05/10/2020	Compra revenda	LTN	01/04/2022	06/04/2021	2.568.179.970,55
05/10/2020	Compra revenda	LTN	01/07/2023	06/04/2021	2.413.386.231,54
07/10/2020	Revenda	LTN	01/07/2022	25/06/2021	23.129,43
09/10/2020	Revenda	LTN	01/07/2022	25/06/2021	11.429.496,69
16/10/2020	Compra revenda	LTN	01/01/2022	13/10/2021	136.476,45
29/10/2020	Compra revenda	LTN	01/01/2022	25/10/2021	2.861,32
29/10/2020	Compra revenda	NTN-B	15/08/2022	10/12/2020	3.499.997.743,99
29/10/2020	Revenda	LTN	01/10/2021	24/08/2021	23.261,42
29/10/2020	Revenda	LTN	01/10/2021	10/09/2021	1.044.234,46
29/10/2020	Revenda	LTN	01/01/2022	16/08/2021	27.809,41
29/10/2020	Revenda	LTN	01/04/2022	25/06/2021	658.073.023,95
29/10/2020	Revenda	LTN	01/04/2022	09/08/2021	97.989.725,11
29/10/2020	Revenda	LTN	01/07/2022	25/06/2021	312.421.354,81
29/10/2020	Revenda	LTN	01/07/2023	09/08/2021	9.805.759,33
29/10/2020	Revenda	NTN-B	15/08/2040	29/10/2020	2.420.615.922,78
05/11/2020	Revenda	LTN	01/07/2022	03/08/2021	6.560,61
09/11/2020	Revenda	LTN	01/07/2022	03/08/2021	29.058,50
11/11/2020	Revenda	LTN	01/07/2022	10/08/2021	16.760.192,64
17/11/2020	Compra revenda	LTN	01/01/2022	16/11/2021	29.694,80
07/12/2020	Revenda	LTN	01/07/2022	03/08/2021	30.040,72
09/12/2020	Revenda	LTN	01/07/2022	10/08/2021	16.905.714,99
10/12/2020	Compra revenda	LFT	01/09/2022	21/01/2021	3.507.580.261,21
10/12/2020	Compra revenda	LTN	01/04/2021	11/12/2020	5.953,44
10/12/2020	Revenda	NTN-B	15/08/2022	10/12/2020	3.507.586.939,56
11/12/2020	Compra revenda	LTN	01/04/2022	07/12/2021	6.643,66
11/12/2020	Revenda	LTN	01/04/2021	11/12/2020	5.953,88
16/12/2020	Compra revenda	LTN	01/04/2022	13/12/2021	2.853,24
04/01/2021	Pagamento de juros	NTN-F	01/01/2023	04/01/2021	85.415.487,50
04/01/2021	Pagamento de juros	NTN-F	01/01/2025	04/01/2021	36.606.637,50
04/01/2021	Recebimento de juros	NTN-F	01/01/2023	04/01/2021	85.415.487,50

(Continua)

(Continuação)

DATA DA OPERAÇÃO	OPERAÇÃO	TÍTULO	DT. VENCTO TÍTULO	DT. VENCTO OPERAÇÃO	VALOR FINANCEIRO (R\$)
04/01/2021	Recebimento de juros	NTN-F	01/01/2025	04/01/2021	36.606.637,50
11/01/2021	Revenda	LTN	01/07/2022	03/08/2021	31.032,75
12/01/2021	Revenda	LTN	01/07/2022	10/08/2021	17.482.594,84
21/01/2021	Compra revenda	LTN	01/10/2021	30/09/2021	3.514.923.434,59
21/01/2021	Revenda	LFT	01/09/2022	21/01/2021	3.514.923.360,61
05/02/2021	Revenda	LTN	01/07/2022	03/08/2021	30.135,10
09/02/2021	Revenda	LTN	01/07/2022	10/08/2021	17.545.263,91
05/03/2021	Revenda	LTN	01/07/2022	06/08/2021	30.112,14
09/03/2021	Revenda	LTN	01/07/2022	10/08/2021	15.860.665,57
11/03/2021	Compra revenda	LTN	01/10/2021	20/09/2021	5.047.274.170,73
11/03/2021	Revenda	LTN	01/04/2021	11/03/2021	2.486.401.937,37
11/03/2021	Revenda	LTN	01/01/2024	11/03/2021	825.292.301,53
11/03/2021	Revenda	NTN-F	01/01/2023	11/03/2021	859.049.049,68
11/03/2021	Revenda	NTN-F	01/01/2025	11/03/2021	876.531.250,20
15/03/2021	Revenda	LTN	01/04/2021	15/03/2021	2.944.924.524,87
15/03/2021	Revenda	LTN	01/01/2022	15/03/2021	964.966.118,69
15/03/2021	Revenda	NTN-F	01/01/2023	15/03/2021	1.140.778.723,08

Fonte: Elaboração própria.

ANEXO III

LISTA DE PRODUTOS, LINHAS E PROGRAMAS PASSÍVEIS DE OUTORGA DE GARANTIA PELO FUNDO GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS – FGI TRADICIONAL

(vigente em 31.03.2021)

1. OPERAÇÕES COM RECURSOS DO SISTEMA BNDES

Produtos, Linhas e Programas passíveis de Cobertura pelo **FGI Tradicional** em operações de financiamento do BNDES e da FINAME diretamente ou por intermédio de seus Agentes Financeiros, observados os dispositivos constantes do Estatuto e dos Regulamentos de Operações do FGI.

1.1. GARANTIA DIRETA EM OPERAÇÕES DE REPASSE:

1.1.1 Linhas de financiamento do Produto BNDES Exim:

- Pré-embarque;
- Pré-embarque Empresa Âncora.

1.1.2 Linhas de financiamento do Produto BNDES Finame:

- BK Aquisição e Comercialização;
- BK Produção;
- Moderniza BK;
- Materiais Industrializados.

1.1.3 Linhas de financiamento do Produto BNDES Automático:

- Micro, Pequenas e Médias Empresas – Projetos de Investimento;
- Emergencial;
- Empréstimo para Micro e Pequenas Empresas;
- Crédito Médias Empresas.

1.1.4 Programas de financiamento:

- BNDES MPME Inovadora – Programa BNDES de Apoio a Micro, Pequena e Média Empresa Inovadora;
- Programa Fundo Clima, no Subprograma Máquinas e Equipamentos Eficientes (operações no âmbito do Produto BNDES Finame).

1.1.5 Linhas/Programas de refinanciamento/renegociação:

- Linha BNDES de Renegociação Emergencial de Operações Indiretas Automáticas – BNDES Renegociação Emergencial
- Programa BNDES para Composição de dívidas – Pro – CDD

Orientações pertinentes às operações no Pro-CDD:

- a) Cada operação do Pro-CDD com garantia do FGI poderá contemplar apenas uma operação de origem, necessariamente do mesmo agente financeiro.
- b) A nova dívida objeto de composição com garantia do FGI apenas poderá contemplar operação de origem que: (i) tenha garantia do FGI ativa, e (ii) não tenha sido objeto de pagamento de honra ou de protocolo de solicitação de honra com processamento ainda em aberto.
- c) O saldo devedor da operação renegociada será limitado à soma das parcelas vencidas e vincendas da operação objeto da composição, atualizadas pelos encargos contratuais de normalidade até a data da liquidação das mesmas.
- d) O valor garantido da nova operação será limitado ao somatório: (i) do valor máximo passível de Pagamento de Honra da operação de origem, apurado nos termos do Artigo 25 do Regulamento do FGI no momento do protocolo da solicitação, e (ii) do valor do ECG complementar devido em função da nova renegociação e multiplicado pelo percentual de garantia.
- e) O percentual máximo garantido na nova operação será limitado ao percentual da operação de origem.
- f) A nova operação deverá preservar as mesmas garantias constituídas para a operação de origem, ressalvadas as condições de liberação ou substituição previstas no Artigo 10 dos Regulamentos do FGI.

2 OPERAÇÕES DE FGI CRÉDITO LIVRE

Linhas e Programas de Financiamento passíveis de cobertura pelo **FGI Tradicional** em operações contratadas com recursos **não** originados do Sistema BNDES, observados os dispositivos constantes do Estatuto e dos Regulamentos de Operações do FGI.

2.1 LINHAS DE INVESTIMENTO EM ATIVOS FIXOS PRODUTIVOS OU DESTINADAS À AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL:

2.1.1 Condições do crédito:

- Prazo total da operação: entre 24 (vinte e quatro) e 120 (cento e vinte) meses;
- Prazo de carência: até 12 (doze) meses ou um terço do prazo total, o que for menor;
- Capital de giro associado ao investimento: limitado a 20% (vinte por cento) do valor total do crédito.

2.1.2 Condições da garantia:

- Percentual garantido: até 80% (oitenta por cento) do valor do financiamento;
- Taxa de Atualização da Garantia: Taxa Média Referencial do Sistema de Liquidação e Custódia – Selic.

2.2 PROGRAMAS DA FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP):

2.2.1 Programa FINEP Inovacred, Inovacred Conecta e Inovacred 4.0

2.2.1.1 Condições do crédito:

- Abrangência: financiamentos concedidos por meio do Programa FINEP Inovacred e suas linhas: Inovacred Conecta e Inovacred 4.0;
- Prazo total da operação: entre 24 (vinte e quatro) e 120 (cento e vinte) meses;
- Prazo de carência: até 24 (vinte e quatro) meses.

2.2.1.2 Condições da garantia:

- Percentual garantido: até 80% (oitenta por cento) do valor do financiamento;
- Taxa de Atualização da Garantia: Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP descontada de 3 % (três por cento) ao ano (remuneração do Agente Financeiro)

2.2.2 Programa FINEP Expresso

2.2.2.1 Condições do crédito:

- Abrangência: financiamentos concedidos por meio do Programa FINEP Expresso;
- Prazo total da operação: entre 24 (vinte e quatro) e 120 (cento e vinte) meses;
- Prazo de carência: até 24 (vinte e quatro) meses.

2.2.2.2 Condições da garantia:

- Percentual garantido: até 80% (oitenta por cento) do valor do financiamento;
- Taxa de Atualização da Garantia: Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

2.3 LINHAS DE CAPITAL DE GIRO

2.3.1 Condições do crédito:

- Prazo total da operação: até 60 (sessenta) meses;

- Prazo de carência: até 12 (doze) meses ou um terço do prazo total, o que for menor;
- É vedada a retenção de recursos da operação garantida pelo FGI para pagamento total ou parcial de débitos preexistentes da beneficiária perante o Agente Financeiro;
- É vedada a inclusão de cláusula no contrato de financiamento com a beneficiária que a obrigue a utilizar recursos da operação garantida pelo FGI para pagamento total ou parcial de débitos preexistentes perante o Agente Financeiro.

2.3.2 Condições da garantia:

- Percentual garantido: até 80% (oitenta por cento) do valor do financiamento;
- Taxa de Atualização da Garantia: Taxa Média Referencial do Sistema de Liquidação e Custódia – Selic.

2.4 LINHA DE REPASSE DE RECURSOS DO FUNDO GERAL DE TURISMO - FUNGETUR

2.4.1 Condições do crédito:

- Prazo total da operação: entre 24 (vinte e quatro) e 120 (cento e vinte) meses;
- Prazo de carência:
 - a) Em operações destinadas exclusivamente à aquisição de máquinas e equipamentos para empreendimentos turísticos: até 12 (doze) meses ou um terço do prazo total, o que for menor;
 - b) Em operações destinadas à implantação, ampliação, modernização ou reforma de empreendimentos turísticos: até 36 (trinta e seis) meses ou um terço do prazo total, o que for menor;
- Capital de giro associado ao investimento: limitado a 20% (vinte por cento) do valor total do crédito.

2.4.2 Condições da garantia:

- Percentual garantido: até 80% (oitenta por cento) do valor do financiamento;
- Taxa de Atualização da Garantia: Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC;
- O Agente Financeiro deve assumir a responsabilidade exclusiva pelo risco de crédito, perante o FUNGETUR, das operações firmadas com beneficiários finais a serem objeto de garantia do FGI; e
- É vedada a outorga de garantia do FGI a operações com taxa de juros ao tomador, pré ou pós-fixada, descontada do *spread* do Agente Financeiro, inferior ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, devendo ser previamente habilitadas perante o Administrador do FGI operações nessas condições.

2.5 LINHAS CONDICIONADAS À PRÉVIA HABILITAÇÃO DO ADMINISTRADOR DO FGI:

- Linhas de financiamento que contemplem operações de crédito com taxa de juros ao tomador, pré ou pós-fixada, descontada do *spread* do Agente Financeiro, inferior à Selic.

2.6 OPERAÇÕES VEDADAS

2.6.1 Não são passíveis de cobertura pelo FGI Crédito Livre as operações:

- agrícolas ou de crédito rural;
- de arrendamento mercantil;
- de microcrédito no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPPO e no âmbito do Produto BNDES Microcrédito;

- de crédito imobiliário;
- de crédito rotativo; e
- indexadas em moeda estrangeira.

2.6.2 Não são passíveis de cobertura pelo FGI quaisquer investimentos ou gastos de qualquer natureza no âmbito dos seguintes setores:

- Comércio de armas no País (CNAE 4789-0/09);
- Atividades bancárias / financeiras (CNAE Divisão 64 e Grupo 661);
- Motéis, saunas e termas (CNAE 5510-8/03 e 9609-2/05); e
- Relacionados a jogos de prognósticos e assemelhados (CNAE 8299-7/06 e Classe 9200-3).

2.6.3 Não são passíveis de cobertura pelo FGI quaisquer investimentos ou gastos de qualquer natureza que se destinem aos seguintes empreendimentos:

- Empreendimentos imobiliários, tais como edificações residenciais, edificações comerciais destinadas à revenda, empreendimentos comerciais destinados a aluguéis de escritórios, time-sharing, hotel-residência e loteamento;
- Empreendimentos do setor de mineração que incorporem processo de lavra rudimentar ou garimpo; e
- Ações e projetos sociais contemplados com incentivos fiscais.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Av. República do Chile, 100 – Centro

20031-917 Rio de Janeiro – RJ

Tel.: 0800-702-6337

fgi@bndes.gov.br

<https://www.bndes.gov.br/apoio/fgi>

